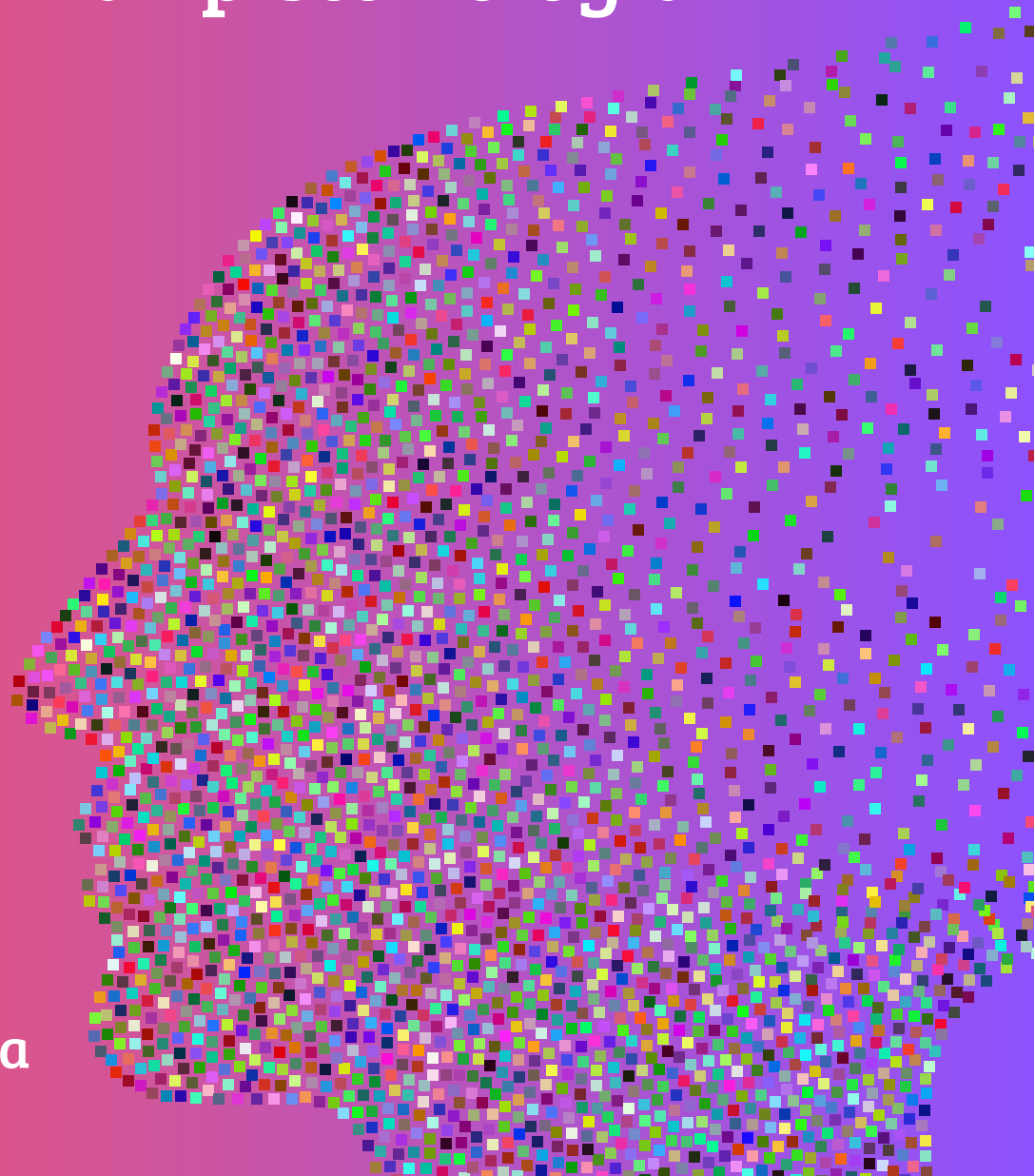


Jonas Rodrigo Gonçalves

# O Corpo Conceitual da Psicologia da Diferença e seus Fundamentos: uma Epistemologia

Editora  
Coleta Científica



**JONAS RODRIGO GONÇALVES**

**O Corpo Conceitual da Psicologia da Diferença e seus  
Fundamentos: uma Epistemologia**

1ª edição

Editora Coleta Científica

Unaí – MG

2024



---

Gonçalves, Jonas Rodrigo.

O corpo conceitual da Psicologia da Diferença e seus fundamentos: uma epistemologia. Brasília: Editora Coleta Científica, 2024.

1ª edição

179 fls.

ISBN: 978-65-999558-9-1

DOI: 10.29327/5466548

CDU: 150 / 159.9

---

Este livro é a tese, na íntegra, aprovada como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília/DF, sob a orientação da Profa. Dra. Ondina Pena Pereira.

## **EDITORA COLETA CIENTÍFICA**

Editor-chefe da editora Coleta Científica

Jonas Rodrigo Gonçalves, Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil.

Editores desta obra

Jonas Rodrigo Gonçalves, Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil.

Danilo da Costa, Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil.

Conselho Editorial

1. Arthur Henrique de Pontes Regis, Faculdade Processus, DF, Brasil.
2. Alessandro Aveni, Universidade de Brasília, UnB, DF, Brasil.
3. Cristilene Akiko Kimura, Faculdade Sena Aires, Fasesa, GO, Brasil.
4. Maria Aparecida de Assunção, Faculdade Processus, DF, Brasil.
5. Maria Inez Montagner, Universidade de Brasília, UnB, DF, Brasil.
6. José Osvaldo Silveira dos S., Universidade Católica de Brasília, Brasil.
7. Carla Chiste Tomazoli Santos, Faculdade Sena Aires, GO, Brasil.
8. Caroline Pereira da Costa, Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
9. Flavio Pereira de Sousa, Universidade Católica de Brasília, DF, Brasil.
10. Julia Jensen Didonet, Universidade de Brasília, UnB, DF, Brasil.

Corpo de pareceristas

Como foi realizado o processo de revisão às cegas por pares, não serão divulgados os nomes dos pareceristas ad hoc

### **INFORMAÇÕES EDITORIAIS DESTA OBRA**

Tipo de Produção: Bibliográfica

Subtipo de Produção: Livro

Tiragem: Livro digital com tiragem de 100 unidades para arquivo

Reedição: Não

Reimpressão: Não

Meio de Divulgação: Obra Digital / Eletrônica

URL: <https://portalcoleta.com.br/index.php/editora/article/view/175>

Idioma: Idioma Nacional

Cidade / País: Unai-MG, Brasil

Natureza da Obra: Obra Única

Natureza do Conteúdo: Resultado de Projeto de Pesquisa

Tipo da Contribuição na obra: Obra Completa

Tipo de Editora: Editora Brasileira Comercial

Nome da Editora: Editora Coleta Científica

Cidade da Editora: Unai-MG

Financiamento: Própria Editora

Conselho Editorial: Membros Nacionais

Distribuição e Acesso: Acesso Universal Livre

Informações Sobre Autores: Sim

Parecer e Revisão por Pares: Sim

Índice Remissivo: Não

Premiação: Não se aplica

Tradução da obra para outros idiomas: Não

Natureza do texto: Obra autoral que envolve a sistematização de resultados de um programa de pesquisa conduzido pelo próprio autor, fruto de sua trajetória profissional

Leitor preferencial: Obras acadêmicas destinadas a pesquisadores, docentes e especialistas da área e áreas afins

Origem da obra: Originada de grupos ou redes de pesquisa internas ao programa

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais!

Dedico à minha mãe, Renira Francisco Gonçalves, *in memoriam*, que foi minha grande inspiração em toda a minha vida. Teve, com meu pai, 9 (nove) filhos. Sempre foi uma pessoa que ajudou os mais necessitados: muitos anos como catequista em Praia Grande (SP); outros tantos anos como professora voluntária de costura a mulheres em situação de vulnerabilidade em São Vicente (SP); líder comunitária que arrecadava e distribuía doações no litoral de São Paulo; alfabetizadora em Brasília (DF) de crianças e adultos com maior dificuldade. Foi mãe dedicada, reforçando nos filhos a importância dos estudos, e filha que honrou seus pais, como mulher corajosa e inteligente. Com os filhos já criados, partiu em busca de cuidar de si mesma e transformou-se numa supermulher: ousada; arredia; protagonista; livre; insubordinável; segura; forte; criadora de possibilidades; rebelde; diferente; feliz. Infelizmente faleceu no ano desta defesa e não pode ver aquilo que contribuiu com o que eu me tornasse. Gratidão pela potência de ser que em mim despertou, minha mãe amada!

Dedico ao meu pai, João Gonçalves Filho, *in memoriam*, meu grande exemplo de pessoa trabalhadora e dedicada à sua família. Numa retrospectiva, meu pai sempre esteve muito presente em momentos importantes da minha vida. Muitas vezes dando orientações que, de pronto, eu não aceitava, e só depois, com a maturidade, conseguia entender aquele mecanismo de proteção, de pai para filho. Aos 11 (onze) anos, eu disse à minha madrinha Renilza Francisco Borges (a quem também dedico esta pesquisa) que queria trabalhar e dela ganhei um isopor, gelo e garrafinhas de água para vender na praia. Ele não me impediu, mas me protegeu, ia comigo até o calçadão de carro, deixava o estoque gelando no porta-malas e, enquanto eu vendia água pela areia, ele seguia me acompanhando, para minimizar meu esforço. Tinha custos com combustível, com o seu tempo, mas nunca aceitou um centavo. Era o meu trabalho, e a recompensa dele era minha. Ele que perdeu seu pai ainda criança e teve de trabalhar para ajudar sua mãe a criar seus irmãos. É um homem tão honesto que, com seu trabalho, conseguiu criar muito bem seus 9 (nove) filhos, mesmo em tempos difíceis. Do meu pai também herdei meu inconformismo com o capitalismo opressor que tanto suga da classe trabalhadora. Leitor assíduo e sempre muito interessado em informação jornalística, desenvolveu um senso crítico melhor do que muitos que tiveram acesso à educação formal. Agregador, querendo a família sempre unida e por perto, orientava que um filho com mais oportunidade ajudasse o outro, e assim fortaleceu em nós, filhos, esta união na qual todos nos ajudamos e enfrentamos juntos as adversidades da vida. Gratidão, meu pai amado, por ser exemplo de pessoa trabalhadora e com senso crítico frente aos agenciamentos políticos e sociais a que estamos submetidos.

## AGRADECIMENTOS

São muitos os meus agradecimentos. Metodólogos dizem que a dedicatória é emocional e os agradecimentos são acadêmicos. E, para conseguir chegar ao resultado deste trabalho, academicamente tenho muito a agradecer a tanta gente que contribuiu direta ou indiretamente.

À minha orientadora, Ondina Pena Pereira, por ter despertado em mim toda a potência de entender e escrever sobre este tema tão relevante e especial, libertador e potencializante. Ela me oportunizou e me potencializou, muitas vezes, a me fazer descobrir "eus" em mim que eu nem conhecia.

Ao Danilo da Costa, que me ensinou sobre o método Estado do Conhecimento, contribuindo ricamente com o endosso científico desta pesquisa, além de ter me encorajado a nunca desistir.

À Capes e à Universidade Católica de Brasília, que, por intermédio da bolsa-taxa Prosuc, permitiram que eu estudasse com gratuidade numa instituição privada de alta qualidade acadêmica.

À Flávia Bascuñán Timm, que me fez ampliar o conceito de vulneráveis, para além da vulnerabilidade econômica e social, a partir do distanciamento e/ou da oposição ao padrão hegemônico, nas reuniões do grupo Outras Palavras, cujo projeto feito por ela e pela professora Ondina, trouxe as primeiras pistas e a base teórica sobre o conceito de Psicologia da Diferença.

A todos e todas do grupo de pesquisa Outras Palavras, conduzido pela professora Ondina, cujas reuniões, encontros e trocas foram essenciais para a construção desta pesquisa.

Ao meu irmão, João Carlos Gonçalves, que pacientemente ouviu minhas lamúrias sobre as dificuldades em alguns momentos da pesquisa, sendo sempre objetivo e pontual apontando soluções eficazes.

Ao professor Arthur Henrique de Pontes Regis, membro da minha banca de qualificação e de defesa, que de maneira relevante me orientou, dentre outras questões, da necessidade da explicação escrita na tese sobre quem são os vulneráveis da pesquisa, dada a amplitude de seu escopo neste trabalho.

À professora Juliana Ferreira da Silva, membra da minha banca de qualificação e de defesa, que de maneira assertiva me orientou, dentre outras questões, a alterar a classificação metodológica de uma tese teórica de revisão de literatura para uma tese epistemológica.

À professora Leda Gonçalves de Freitas, membra suplente de minha banca de qualificação e membra de minha banca de defesa, que exerceu função indireta crucial acerca da compreensão da aplicação prática da Psicologia Política contra os agenciamentos do capitalismo alienante.

Ao professor Gustavo Javier Castro Silva, membro de minha banca de defesa, que, como meu professor no mestrado em Ciência Política, Políticas Públicas e Direitos Humanos tanto contribuiu com a construção de saberes outrora adquiridos agora necessários a este novo direcionamento temático.

Às professoras Claudine Fernandes de Araújo, Maria Aparecida de Assunção e Cristilene Akiko Kimura, gestoras das instituições em que leciono, que não mediram esforços, no que tange a alterações de cargos e funções, bem como na oportunidade de trabalho na modalidade remota, de forma a permitirem que eu pudesse me dedicar com afinco a este doutorado, mantendo meus vínculos empregatícios.

## EPÍGRAFE

Deus é Natureza, é imanente, é potência!

Afetos de alegria são potência!

Espinosa e sua ética são potência!

A ideia da Diferença é potência!

Deleuze e Guattari e sua Filosofia da Diferença são potência!

A Psicologia Política

em seu fomento a um devir-ação anticapitalista é potência!

Opor-se aos agenciamentos do capitalismo é potência!

A Clínica Política,

em sua forma de escuta alternativa

a vítimas de violência,

é potência!

Lutar contra o padrão hegemônico é potência!

Dar protagonismo aos tidos como “vulneráveis”,  
reforçando a relevância de suas ações reacionárias,  
é potência!

Contrapor-se às castrações do desejo é potência!

O desejo livre é potente!

Assim como é potente o rizoma que articula e relaciona tudo isso

com a Psicologia da Diferença!

Ah, e ela, a Psicologia da Diferença,

em todas as suas conexões rizomáticas,

é pura potência!

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AT – Acompanhamento Terapêutico

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

ENSP - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz

MEC – Ministério da Educação

PPG – Programa de Pós-Graduação

PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UCS – Universidade Caxias do Sul

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unicamp - Universidade Estadual de Campinas



## LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Etapas do Estado do Conhecimento .....	48
---	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução de pesquisas acerca da temática deste estudo na BDTD..... 46

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Bibliografia anotada de Wiltonn Willian Leite .....	50
Quadro 02: Bibliografia anotada de Joaquim Teixeira Alves .....	51
Quadro 03: Bibliografia anotada de Miécimo Ribeiro Moreira Júnior .....	52
Quadro 04: Bibliografia anotada de Claudia Ferreira dos Santos .....	53
Quadro 05: Bibliografia anotada de Marcio Francisco Teixeira de Oliveira .....	53
Quadro 06: Bibliografia anotada de Rafael dos Santos Monteiro .....	54
Quadro 07: Bibliografia anotada de Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz .....	55
Quadro 08: Bibliografia anotada de Luiz Carlos Braga .....	56
Quadro 09: Bibliografia anotada de Adriana Barin de Azevedo .....	57
Quadro 10: Bibliografia anotada de Juarez Lopes Rodrigues .....	58
Quadro 11: Bibliografia anotada de Giorgio Gonçalves Ferreira .....	59
Quadro 12: Bibliografia anotada de Mara Lafourcade Rayel .....	60
Quadro 13: Bibliografia anotada de Altair de Souza Carneiro .....	61
Quadro 14: Bibliografia anotada de Lourenco da Silva Queiroz .....	62
Quadro 15: Bibliografia anotada de Adriana Muniz Dias .....	63
Quadro 16: Bibliografia anotada de César Augusto Savazzoni .....	64
Quadro 17: Bibliografia anotada de Lou Guimarães Leão Caffagni .....	65
Quadro 18: Bibliografia anotada de Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga .....	66
Quadro 19: Bibliografia anotada de Jean Costa Santana .....	67
Quadro 20: Bibliografia anotada de Enzo Banti Bissoli .....	68
Quadro 21: Bibliografia anotada de Ana Paula da Silva Dettman .....	69
Quadro 22: Bibliografia anotada de José Roberto Netto Nogueira .....	70
Quadro 23: Bibliografia anotada de Emanuel Otto Schwieder .....	70
Quadro 24: Bibliografia anotada de Danilo Marques da Silva Godinho .....	71
Quadro 25: Bibliografia anotada de Karla Julliana da Silva Sousa .....	71
Quadro 26: Bibliografia anotada de Marco Aurelio Soares Jorge .....	72
Quadro 27: Bibliografia anotada de Soraia Ansara .....	73
Quadro 28: Bibliografia sistematizada de Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz .....	74
Quadro 29: Bibliografia sistematizada de Mara Lafoucade Rayel .....	75
Quadro 30: Bibliografia sistematizada de Altair de Souza Carneiro .....	76
Quadro 31: Bibliografia sistematizada de César Augusto Savazzoni .....	77

Quadro 32: Bibliografia sistematizada de Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga	78
Quadro 33: Bibliografia sistematizada de Jean Costa Santa.....	78
Quadro 34: Bibliografia sistematizada de Emanuel Otto Schwieder .....	79
Quadro 35: Bibliografia sistematizada de Marco Aurelio Soares Jorge.....	80
Quadro 36: Bibliografia categorizada sobre Deus em Spinoza enquanto Natureza..	81
Quadro 37: Bibliografia categorizada sobre Afetos em Spinoza .....	82
Quadro 38: Bibliografia categorizada sobre a ideia da Diferença em Deleuze e Guattari .....	83
Quadro 39: Bibliografia categorizada sobre os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico.....	84
Quadro 40: Bibliografia categorizada sobre os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental.....	85

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Fluxo do processo constitutivo do estado de conhecimento .....	30
Figura 02: Exemplo da Etapa 01 do Estado do Conhecimento – Bibliografia Anotada .....	33
Figura 03: Exemplo da Etapa 02 do Estado do Conhecimento – Bibliografia Sistematizada .....	33
Figura 04: Exemplo da Etapa 03 do Estado do Conhecimento – Bibliografia Categorizada.....	35
Figura 05: Definição de Conhecimento.....	40
Figura 06: Modelo Metodológico de Pesquisa .....	42
Figura 07: Modelo Metodológico de Pesquisa Epistemológica .....	44
Figura 08: Espinosa – Deus [ou a Natureza] .....	87
Figura 09: Espinosa – Origem e Natureza dos Afetos.....	98
Figura 10: Rizoma em Deleuze e Guattari.....	116
Figura 11: <i>Psicología Política y Comunicación Digital</i> .....	132
Figura 12: Da clínica à rua: psicanálise e política.....	143
Figura 13: Nova Ordem Mundial.....	151

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	17
2. JUSTIFICATIVA .....	19
3. METODOLOGIA .....	26
3.1. Pesquisa Teórica e Bibliográfica .....	26
3.2. Método Estado do Conhecimento .....	29
3.2.1. Bibliografia Anotada .....	32
3.2.2. Bibliografia Sistematizada .....	33
3.2.3. Bibliografia Categorizada .....	35
3.3. Método Epistemológico .....	38
4. ESTADO DO CONHECIMENTO .....	45
4.1. Etapas do método Estado do Conhecimento .....	47
4.2. Bibliografia anotada .....	50
4.3. Bibliografia sistematizada .....	74
4.4. Bibliografia categorizada .....	81
5. CONTRIBUIÇÕES DE SPINOZA ACERCA DA TEORIA DOS AFETOS, DIALOGANDO COM A SUA ÉTICA E A LEITURA DE SUA OBRA FEITA POR DELEUZE E OUTROS(AS) AUTORES(AS) .....	87
5.1. Deus em Spinoza enquanto Natureza .....	89
5.2. Afetos em Spinoza .....	100
5.3. A ideia da Diferença em Deleuze e Guattari .....	118
6. FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA POLÍTICA E SEU ARCABOUÇO TEÓRICO .....	133
7. FUNDAMENTOS DA CLÍNICA POLÍTICA, ENQUANTO FORMA TERAPÊUTICA DE ESCUTA EXPERIMENTAL .....	145
8. PSICOLOGIA DA DIFERENÇA COMO ANTÍTESE DOS DISCURSOS DE HIERARQUIZAÇÃO E DE HEGEMONIA, OBJETIVANDO A VALORIZAÇÃO DAS SINGULARIDADES .....	153
8.1. Padrão hegemônico .....	154
8.2. Quem são vulneráveis para a Psicologia da Diferença? .....	160
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	165
10. REFERÊNCIAS .....	170

## RESUMO

O tema desta pesquisa é o “O arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença e suas relações com a Psicologia Política e a Clínica Política”. A Psicologia Política diferencia-se da Psicologia Social, enquanto um novo campo que apresenta não somente a coletividade como perspectiva de inserção social, mas pensa os indivíduos como sujeitos políticos, capazes de potencializar um devir ativo que se mobilize contra os agenciamentos de opressão, que reforçam a lógica de poder e fomentam vulnerabilidades. Esta pesquisa responde ao seguinte problema: “Que traços do arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença se conectam rizomaticamente com a Psicologia Política e com a Clínica Política?”. A partir da inexistência do termo “Psicologia da Diferença” em publicações de outros(as) autores(as), releva conceituar a Psicologia Política e a Clínica Política, evidenciando teoricamente a Psicologia da Diferença como um rizoma. Como hipótese tem-se que: “Tendo como ponto de partida a ética de Spinoza e a ideia da diferença em Deleuze e Guattari, a Psicologia da Diferença, pensada como rizoma, conecta-se à Psicologia Política, enquanto forma experimental de escuta, assim como à Clínica Política, enquanto prática de abertura a grupos e pessoas afetados por variadas formas de violência política”. O objetivo principal desta pesquisa é “compreender o corpo conceitual da Psicologia Política e a prática da Clínica Política, com o objetivo de estabelecer relações com o corpo conceitual da Psicologia da Diferença, assim como com sua proposta de escuta”. Esta pesquisa traz cinco objetivos específicos. O primeiro objetivo específico é “apresentar as contribuições de Spinoza acerca da teoria dos afetos, colocando em diálogo a sua Ética com a leitura de sua obra feita por Deleuze e outros(as) autores(as)”. O segundo objetivo específico é “estudar os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico”. O terceiro objetivo específico é “investigar os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental”. O quarto objetivo específico é “conceituar Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização das singularidades”. O quinto objetivo específico é “discutir como a Psicologia da Diferença se articula com a Psicologia Política e com a Clínica Política”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia da Diferença; Espinosa; Deleuze; Guattari; Psicologia Política; Clínica Política.

## **ABSTRACT**

*The theme of this research is “The conceptual framework of the Psychology of Difference and its relations with Political Psychology and Political Clinic”. Political Psychology differs from Social Psychology, as a new field that presents not only the collectivity as a perspective of social insertion, but thinks of individuals as political subjects, capable of enhancing an active becoming that mobilizes against the assemblages of oppression, which reinforce the logic of power and foster vulnerabilities. This research responds to the following problem: “What features of the conceptual framework of the Psychology of Difference are rhizomatically connected with Political Psychology and with the Political Clinic?”. From the non-existence of the term “Psychology of Difference” in publications by other authors, it is important to conceptualize Political Psychology and Clinical Politics, theoretically evidencing the Psychology of Difference as a rhizome. The hypothesis is that: “Having Spinoza’s ethics as a starting point and the idea of difference in Deleuze and Guattari, the Psychology of Difference, thought of as a rhizome, connects to Political Psychology, as an experimental form of listening, as well as as the Political Clinic, as a practice of openness to groups and people affected by various forms of political violence”. The main objective of this research is “to understand the conceptual body of Political Psychology and the practice of Clinical Politics, with the aim of establishing relationships with the conceptual body of Psychology of Difference, as well as with its listening proposal”. This research has five specific objectives. The first specific objective is “to present Spinoza’s contributions regarding the theory of affects, putting his Ethics in dialogue with the reading of his work by Deleuze and other authors”. The second specific objective is “to study the foundations of Political Psychology and its theoretical framework”. The third specific objective is “to investigate the fundamentals of the Political Clinic, as a therapeutic form of experimental listening”. The fourth specific objective is “to conceptualize the Psychology of Difference as the antithesis of hierarchization and hegemony discourses, aiming at valuing singularities”. The fifth specific objective is “to discuss how the Psychology of Difference is articulated with Political Psychology and with the Political Clinic”.*

**KEYWORDS:** *Psychology of Difference; Spinoza; Deleuze; Guattari; Political Psychology; Political Clinic.*



## 1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o “O arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença e suas relações com a Psicologia Política e a Clínica Política”.

A Psicologia Política diferencia-se da Psicologia Social, enquanto um novo campo que apresenta não somente a coletividade como perspectiva de inserção social, mas pensa os indivíduos como sujeitos políticos, capazes de potencializar um agir ativo que se mobilize contra os agenciamentos de opressão, que reforçam a lógica de poder e fomentam vulnerabilidades.

Esta pesquisa pretende responder ao seguinte problema: “Que traços do arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença se conectam rizomaticamente com a Psicologia Política e com a Clínica Política?”.

A partir da inexistência do termo “Psicologia da Diferença” em publicações de outros(as) autores(as), releva conceituar a Psicologia Política e a Clínica Política, evidenciando teoricamente a Psicologia da Diferença como um rizoma.

Como hipótese tem-se que: “Tendo como ponto de partida a ética de Spinoza e a ideia da diferença em Deleuze e Guattari, a Psicologia da Diferença, pensada como rizoma, conecta-se à Psicologia Política, enquanto forma experimental de escuta, assim como à Clínica Política, enquanto prática de abertura a grupos e pessoas afetados por variadas formas de violência política”.

O objetivo principal desta pesquisa é “compreender o corpo conceitual da Psicologia Política e a prática da Clínica Política, com o objetivo de estabelecer relações com o corpo conceitual da Psicologia da Diferença, assim como com sua proposta de escuta”.

Esta pesquisa traz cinco objetivos específicos. O primeiro objetivo específico é “apresentar as contribuições de Spinoza acerca da teoria dos afetos, colocando em diálogo a sua Ética com a leitura de sua obra feita por Deleuze e outros(as) autores(as)”. O segundo objetivo específico é “estudar os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico”. O terceiro objetivo específico é “investigar os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental”. O quarto objetivo específico é “conceituar Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização das

singularidades”. O quinto objetivo específico é “discutir como a Psicologia da Diferença se articula com a Psicologia Política e com a Clínica Política”.

Em relação à organização estrutural da tese, após a justificativa e a metodologia, apresentar-se-á o terceiro capítulo, da Metodologia. Do ponto de vista metodológico, este trabalho funde a Pesquisa Teórica e Bibliográfica, o Método Estado do Conhecimento – considerando-se suas três etapas (Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada e Bibliografia Categorizada) – e o Método Epistemológico.

O quarto capítulo apresentará o método Estado do Conhecimento, aplicando-o às suas etapas: Bibliografia anotada; Bibliografia sistematizada; Bibliografia categorizada.

Como quinto capítulo, teremos as contribuições de Spinoza acerca da Teoria dos Afetos, dialogando com a sua ética e a leitura de sua obra feita por Deleuze e outros(as) autores(as). Este capítulo contará com três subcapítulos: Deus em Spinoza enquanto Natureza; afetos em Spinoza; e a ideia da Diferença em Deleuze e Guattari.

O sexto capítulo trará os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico, explicando sua relação rizomática com a Psicologia da Diferença.

Já o sétimo capítulo discutirá os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental, também enquanto rizoma da Psicologia da Diferença, apresentando como elas se articulam.

O oitavo capítulo do trabalho discorrerá sobre a Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização das singularidades. Para isso, seus subcapítulos versarão sobre o padrão hegemônico e sobre quem são vulneráveis para a Psicologia da Diferença.

Na sequência, virão as considerações finais, o capítulo das referências, os anexos e os apêndices.

## 2. JUSTIFICATIVA

Esta tese justifica-se pela necessidade de: apresentar as contribuições de Spinoza acerca da teoria dos afetos, colocando em diálogo a sua Ética com a leitura de sua obra feita por Deleuze e outros(as) autores(as); compreender os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico; investigar os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental; conceituar Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização da multiplicidade e da singularidade; discutir como a Psicologia da Diferença se articula com a Psicologia Política e com a Clínica Política.

Para Spinoza, não existe uma relação de superioridade entre a alma e o corpo ou entre o corpo e alma, bem como não existe uma relação de causalidade entre o corpo e a alma (mente), ou vice-versa. O corpo não causa a mente, e a mente não gera corpo. Por exemplo, para Spinoza não existe a possibilidade de um pensamento positivo interferir positivamente na ordem dos corpos, no qual, por meio de poder “misterioso”, a ordem dos corpos seria alterada pelo poder de um pensamento para lhe favorecer.

Dois universos – o do pensamento e o do corpo – são expressões de uma mesma realidade. Realidade que se manifesta em cada um dos seres, os quais, estando no mundo, encontram outros seres, o que produz encontros entre ideias, encontros entre corpos. É importante que, nesses encontros, os corpos convenham um ao outro, as ideias convenham uma com a outra. É essa a condição para que se componham entre si e formem um todo mais potente. Caso não se convenham – uma ideia a outra ideia, um corpo a outro corpo – o resultado é a decomposição de ambos, isto é, sua redução à impotência.<sup>1</sup>

A mente não causa corpo e vice-versa. Corpo se relaciona com corpos, e a mente se relaciona com ideias. Para um corpo vir à existência é necessário que haja encontro com outros corpos. Não adianta, então, fazer um esforço da mente para poder gerar um corpo, isso é impossível em Spinoza. No entanto, embora um não cause o outro, existe uma relação entre eles. Isto é, o que passa no corpo, a mente conhece. A afecção que o corpo sofreu não foi causada pela mente, mas a mente, uma vez que está unida ao corpo, conhece aquela afecção. A afecção é a própria

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Ondina Pena. A prática psicológica e a crítica aos sistemas hegemônicos de produção de significados: uma contribuição conceitual. PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco, 2015, p.15-16.

imagem, a impressão, que o corpo sofreu no encontro com outro corpo, e a mente, então, dado que está unida ao corpo, tem o conhecimento disso. Com sua potência de produzir ideias, a mente terá uma ideia daquilo. Porém, nesse primeiro momento, a mente irá conceber uma ideia inadequada, uma ideia passiva daquilo, visto não precisar se esforçar para produzir essa ideia.

Quando se produz a afecção, a impressão ou a imagem, é produzido também um afeto. E o afeto envolve a afecção. O afeto é a variação, portanto, da nossa potência de agir e da nossa potência de pensar. Quando temos consciência, temos consciência de uma imagem, o corpo que nos afetou, e temos a consciência de um afeto: estou alegre ou estou triste, por exemplo. Entretanto, não separamos a imagem do corpo que nos afetou do afeto de que temos a consciência, o que se considera como ideia inadequada no primeiro gênero do conhecimento, constituído evidentemente por imagens.

3. Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções. Explicação. Assim, quando podemos ser a causa adequada dessas afecções, por afeto, compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão.<sup>2</sup>

Esse primeiro gênero do conhecimento é caracterizado por noções universais: somos afetados pelas coisas, existe semelhança entre as coisas, entre os objetos, e, então, vamos formando essas noções universais, não só por meio das imagens, mas também por intermédio das palavras. No entanto, pelo primeiro gênero do conhecimento, não temos o conhecimento das relações entre os corpos. Mesmo assim, esse primeiro gênero do conhecimento é importante, é uma potência de acordo com o uso. Contudo, como Spinoza está pensando no homem livre, este não pode se reduzir ao imaginário, mas no que usa sua potência de pensar, no âmbito racional.

Axiomas. 1. A essência do homem não envolve a existência necessária, isto é, segundo a ordem da natureza tanto pode ocorrer que este ou aquele homem exista quanto que não exista. 2. O homem pensa. 3. Os modos de pensar tais como o amor, o desejo, ou qualquer outro que se designa pelo nome de afeto do ânimo, não podem existir se não existir, no mesmo indivíduo, a ideia da coisa amada, desejada, etc. Uma ideia, em troca, pode existir ainda que não exista qualquer outro modo do pensar. [...]<sup>3</sup>

Axiomas são verdades universais que não precisam ser explicadas. Porém, quando se diz “o homem pensa”, geralmente se entende que o homem pensa por meio de imagens ou de palavras, ou seja, reduz-se à opinião. O primeiro gênero do

<sup>2</sup> SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. [Tradução de Tomaz Tadeu] Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 98.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 52.

conhecimento, para Spinoza, é o conhecimento da opinião (*doxa*), daí ele fazer uma crítica à maior parte das pessoas cujo conhecimento é restrito ao conhecimento de primeiro gênero.

Isso significa que o meu corpo tem que ser afetado para produzir uma outra imagem, um outro afeto. Visto que Spinoza afirma que um afeto só é destruído por outro afeto mais forte. O que pode vir através da opinião (primeiro gênero) ou por meio do entendimento (segundo gênero).

A esse esforço da mente de produzir uma ideia de algo, Spinoza chama de vontade. À medida que o corpo é afetado, a mente irá produzir uma ideia daquela imagem, ou seja, a vontade. Esse esforço simultâneo no corpo e na mente será chamado por Spinoza de apetite. A nossa essência é esse esforço, esse *conatus*.

Essa inversão elucida a noção: anterior à falta, o desejo é imediatamente o apetite, o esforço (*conatus*) pelo qual cada coisa, cada um de nós, persevera no seu ser. Esse esforço determina-se pelas afecções que nos vêm dos objetos, o que causa a consciência do *conatus*. A consciência do desejo nada acrescenta a ele: ela apenas registra o sentimento da passagem de uma perfeição maior (alegria) a uma menor (tristeza), ou o inverso, dependendo da forma pela qual somos afetados pelos objetos encontrados. Aqueles que nos convêm levam-nos a uma potência superior, portanto, à alegria; os que não nos convêm comprometem nossa coesão e nos subdividem, levando-nos à impotência.<sup>4</sup>

Há três afetos primários. O primeiro afeto, a consciência do apetite, será chamado de desejo. Na realidade, trata-se da mesma coisa o apetite e o desejo, sendo a única diferença o fato de geralmente dizermos desejar isso ou aquilo quando temos consciência de um apetite, ou seja, nós apetecemos, porém, de modo inconsciente. E quando temos consciência disso, já se trata de um efeito, o desejo. Desejo, portanto, é o próprio esforço para se perseverar na própria natureza. Enquanto existimos, somos desejo. Esse desejo não implica nenhum tipo de falta.

---

<sup>4</sup> PEREIRA, 2015, p.16.

A essência atual do corpo é, assim como a da mente, o seu próprio esforço. Ora, a essência atual de *qualquer* coisa singular existente em ato, em qualquer atributo da substância, é o esforço para perseverar em seu ser ou em sua natureza. [...] “Esforço” é a tradução de “*conatus*”. Tudo que existe se esforça por um tempo indefinido para permanecer em sua natureza. [...] Quando o *conatus* refere-se à mente e ao corpo, Spinoza chama-o de *apetite*. [...] E quando esse apetite torna-se *consciente* em nós, Spinoza chama-o de *desejo*.<sup>5</sup>

No entanto, ora esse desejo é favorecido, ora esse desejo é constringido. Nosso desejo é produzido através das afecções do nosso próprio corpo. Esse desejo, que é o que nós somos, então, nunca é algo estático, é produzido e varia através das afecções que nosso próprio corpo sofre. A alegria, portanto, será uma passagem da nossa própria mente para uma maior perfeição. Esse desejo favorecido, em razão de uma afecção que meu corpo sofreu, faz com que a minha mente – que está unida ao corpo – passe a uma maior perfeição. Essa passagem se dá porque eu não sou mais o mesmo, eu sou outro, a minha essência é outra, o meu desejo é outro, eu me modifiquei.

A Teoria dos Afetos de Spinoza atua como base da ideia da Diferença de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Conforme explica Santos<sup>6</sup>:

O ponto de cesura e criação de Deleuze e Guattari converge para a emergência de um meio imanente vital e plural, que, como exo-condição e exo-consistência do plano de pensamento, permitem depurar os conceitos da arena estável do modelo da representação e lançá-los num campo complexo de variação conceitual, fora de adequações e referências tradicionais. Os conceitos são colmatados por afectos, intensidades, são “dramatizados” em função de suas conexões, ou ainda da potência e dos afetos que se instalam entre as coisas, no ‘meio’ das coisas, como afetos e ‘meios’ intensivos.

Segundo Santos<sup>7</sup>, Deleuze e Guattari partem desse plano de exo-consistência, no qual as conexões e as implicações permitem contextualizar o liame da filosofia com um meio social imanente, de condições e circunstâncias as quais prefiguram o plano de imanência absoluto do pensamento, e seu movimento de desterritorialização e reterritorialização, e consideram, sob esse traçado, a relação que se configura entre o capitalismo e a filosofia. A partir dessa aliança, o movimento absoluto do pensamento conecta-se ao movimento relativo do capital, opera um movimento contínuo de desterritorialização o qual se desenvolve de acordo com o modelo do

<sup>5</sup> FERREIRA, Amauri Carlos. **Introdução à Filosofia de Spinoza**. São Paulo: Quebra Nozes, 2009, p.26 [Disponibilizado por Le Livros]. Acesso em: 14 abr. 2019. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/8ex51>>.

<sup>6</sup> SANTOS, Zamara Araujo dos. **A geofilosofia de Deleuze e Guattari**. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP: Unicamp, 2013, p.50.

<sup>7</sup> Ibid., p.53.

capitalismo europeu, no intuito de garantir a reterritorialização da população mundial sobre a Europa. Trata-se, nesse caso, de conceber as desterritorializações do pensamento sobre o capital como produção, como investimento, como captura e como linhas de fuga, e cuja reterritorialização é um movimento relativo o qual decompõe a terra e os territórios conforme o modelo de produção do europeu. O plano de imanência absoluto é concebido, portanto, ao nível do movimento de desterritorialização, absoluta ou relativa, e evoca as circunstâncias e mutações concretas da relação variável entre terra–território, com seus devires geográficos e suas linhas de fuga, porém também contorna um movimento contínuo de reterritorialização, de onde se supõe a tripla conjunção territorialização–desterritorialização–reterritorialização. É, com efeito, nesse liame de conjunções e capturas que se congregam os efeitos de agenciamentos maquínicos, ao configurar, dessa forma, um conjunto complexo de investimentos e produções nos quais as operações assinalam o domínio de máquinas abstratas.

Nessa perspectiva, surge a necessidade de compreender os fundamentos da Psicologia Política, diferenciando-a da Psicologia Social, e seu arcabouço teórico. Dávila *et al.*<sup>8</sup> *apud* Prado<sup>9</sup> conceituam:

a Psicologia Política, ao focar as ações coletivas como objeto de reflexão e compreensão, pode ser entendida como um estudo das condições, sejam elas materiais, simbólicas, institucionais, psicossociais, éticas ou políticas, que são necessárias para a constituição de uma identidade coletiva – NÓS – baseada na diferenciação de um elemento exterior.

Para Prado<sup>10</sup>, pensar a partir da relação entre os processos que constituem a identidade coletiva e o campo da publicização, tanto das formas aliadas quanto adversárias, na disputa por significar o real, pode colaborar para: a) caracterizar um campo de ação de uma Psicologia Política preocupada, não mais, com uma “psicologização” dos atores coletivos, nem somente com uma “politização” dos fatores psicológicos, porém destinada à compreensão dos processos articulatórios da criação de identidades coletivas a partir das ações coletivas; e para isso, seria necessária uma postura teórica atenta, tanto à continuidade histórica quanto à descontinuidade, no sentido de poder apreender a expansão das ideologias, historicamente, bem como

<sup>8</sup> DÁVILA, J. M.; FOUCE, J.G.; GUTIÉRREZ, L.; LILLO, A.; MARTÍN, E. La Psicología Política Contemporánea. **Revista Psicología Política**, 17, p. 21-43, nov., 1998.

<sup>9</sup> PRADO, Marco Aurélio M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicología Política**, jul., 2000, p.154.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.170.

as mutações das formas de opressão e de organização social; b) entender os fatores psicossociais os quais incidem sobre os fenômenos da reivindicação social e da participação social, por meio das ações coletivas; c) valorizar e estudar o que deveria ser princípio de uma sociedade democrática: o surgimento de novos sujeitos políticos, dado que eles emergem a partir do reconhecimento de novas formas de opressão. Estes sujeitos políticos, de acordo com seu tempo histórico, surgem e se organizam em identidades coletivas, criando novas formas de ação coletiva as quais correspondem às novas maneiras de opressão social.

A partir da Psicologia Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental, tem-se a Clínica Política. Schwieder<sup>11</sup> procura tencionar alguns aspectos do que poderia ser essa experiência de uma clínica a qual se situe na fronteira entre operações de forças molares e moleculares, espaços estriados e lisos, tentando transitar pelas transversalidades e tendo a análise de implicação como uma de suas ferramentas principais. Tais tensões abrangem: o inexorável trabalho dos afetos, a irrupção dos microfascismos, a perspectiva ecosófica, a destituição como experimental de resistência, a experiência da crise e seus movimentos de contenção, os paradoxos do trabalho nas organizações, grupos e coletivos, além da produção de subjetividades nesses espaços e tempos. De todo modo, não se trata de oferecer um novo tipo de clínica psicológica, porém de suscitar a cintilação de práticas singulares e seus agenciamentos podendo confrontá-los às instituições, aquelas, por vezes, invisibilizadas no cotidiano do trabalho.

Nesse sentido, pretende-se conceituar a Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização da multiplicidade e das singularidades, ao pressupor que a Psicologia da Diferença se articula com a Psicologia Política e com a Clínica Política.

Esta pesquisa é importante numa esfera pessoal por trazer aos profissionais psicólogos a Psicologia da Diferença enquanto forma terapêutica de escuta experimental, considerando que a Psicologia da Diferença se constitui como um rizoma com a Psicologia Política e com a Clínica Política.

---

<sup>11</sup> SCHWIEDER, Emanuel Otto. **Figuras para uma clínica política institucional**: análise de implicação e gestos de gestar relações não fascistas. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019, p. iv.



Para a Ciência, é relevante por apresentar algo conceitualmente novo, a partir de confiável base teórico-científica, permitindo este direcionamento temático sustentado nas Ciências Sociais, na Filosofia e, sobretudo, na Psicologia.

A principal justificativa se dá para a sociedade que é quem mais ganha com esta pesquisa, ou melhor, com a aplicação prática dela, uma vez que as singularidades dos sujeitos, a partir de uma lógica analítica da coletividade e todas as suas pressões e seus agenciamentos, poderão ser potencializadas por este devir transformador que supere a ideia de repetição, diante da Psicologia da Diferença.

### 3. METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão de literatura de caráter conceitual acerca dos fundamentos da Psicologia Política e da Clínica Política e sua relação com o arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença.

Trata-se de uma pesquisa teórica e bibliográfica, com base em artigos acadêmicos, artigos científicos, livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, bem como em trabalhos apresentados em eventos científicos e/ou publicados em anais de congressos, ou simpósios, ou conferências. Enquanto contribuição científica para a revisão literária, utiliza-se o método Estado do Conhecimento. Por conceituar “o que é Psicologia da Diferença”, trata-se de uma tese epistemológica.

#### 3.1. Pesquisa Teórica e Bibliográfica

De acordo com Marconi e Lakatos<sup>12</sup>, a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo de quase todas as pesquisas, e algumas são desenvolvidas, exclusivamente, por esse meio. Esse modo de pesquisa possibilita ao(à) pesquisador(a) e, posteriormente, ao(à) leitor(a), tomar conhecimentos das principais teorias, concepções e descobertas do tema estudado.

O levantamento de literatura teve como objetivo principal esmiuçar conceitualmente os descritores desta tese, a saber: Spinoza; Espinosa; Deus em Spinoza enquanto Natureza; Afetos em Spinoza; Diferença em Deleuze e Guattari; Psicologia Política; Clínica Política; escutas experimentais; hierarquização; hegemonia; singularidades. Isso no intuito de conceituar, enquanto tese teórica, a Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização das singularidades, explicitando como a Psicologia da Diferença se articula com a Psicologia Política e com a Clínica Política.

Este levantamento de literatura foi realizado utilizando como bases de dados: a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); SCIELO (Scientific Eletronic Library On-line); Google Acadêmico (Google Scholar); BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações); Portal de Periódicos Capes/MEC.

---

<sup>12</sup> MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

Conforme explica Gonçalves<sup>13</sup>, em um trabalho teórico de revisão de literatura, o instrumental utilizado é composto por livros com ISBN e por artigos oriundos de revistas com ISSN, cujos(as) autores(as) são mestres(as) ou doutores(as). Os artigos de revisão de literatura partem da pesquisa das palavras-chave (descritores) que compõem o tema em bases de busca dos artigos científicos, como o Google Acadêmico, por exemplo. Tais bases de busca desses artigos acadêmicos ou científicos funcionam como indexadores que realizam uma triagem a qual localiza apenas periódicos científicos e suas publicações sobre aquele determinado tema.

Foram selecionados para a pesquisa artigos científicos que se encaixam nos seguintes critérios de inclusão: foram indexados nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); SCIELO (Scientific Eletronic Library On-line); Google Acadêmico (Google Scholar); BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações); Portal de Periódicos Capes/MEC.

Ainda como critérios de inclusão: publicações nacionais ou internacionais; divulgadas em língua portuguesa e em língua espanhola; publicações sem recorte de tempo e que tenham relação com o assunto proposto, ou mesmo apenas com algum descritor desta tese.

Segundo Gonçalves<sup>14</sup>, ao escrever um trabalho de pesquisa bibliográfica:

elencam-se os critérios de exclusão e de inclusão das bases de dados. Deve-se estabelecer se o referencial teórico irá especificar um período para artigos e livros elegíveis, como os últimos cinco anos, por exemplo. Além disso, determina-se se haverá exigência de titulação entre os(as) autores(as) dos livros e dos artigos a serem selecionados, como exigir que pelo menos um(a) dos(as) autores(as) seja mestre(a) ou doutor(a), por exemplo. Também se especifica a obrigatoriedade ou não de artigos oriundos de revistas científicas com qualis (Capes) ou ISSN, bem como livros com ISBN.

Como critérios de exclusão: publicações indexadas em outras bases que não sejam: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); SCIELO (Scientific Eletronic Library On-line); Google Acadêmico (Google Scholar); BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações); Portal de Periódicos Capes/MEC.

Também foram excluídos: publicações internacionais publicadas em outras línguas estrangeiras que fogem ao domínio deste autor (exceto Português e Espanhol); artigos sem indexação de ISSN; livros ou capítulos de livros sem ISBN; publicações que não tenham relação com o tema da tese ou dos descritores.

---

<sup>13</sup> GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Ano III, Vol.III, n.7, jul.-dez., p.95-107, 2020, p.98.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p.98.

Além das publicações que atendam aos critérios de exclusão e de inclusão acima dispostos, este estudo se respalda, enquanto base teórica principal, nas obras de Baruch Spinoza, Gilles Deleuze, Felix Guattari, Michel Foucault, entre outros(as) autores(as) que se aprofundaram na produção bibliográfica destes pensadores, como Ondina Pena Pereira.

No que concerne à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que os dados obtidos na coleta das fontes bibliográficas foram tratados, discutidos, contestados, aprofundados, esquizoanalizados (analisados sob a ótica da Esquizoanálise, explicada no quinto capítulo deste trabalho).

O contexto da pesquisa foi o arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença relacionado ao estudo dos fundamentos da Psicologia Política e da Clínica Política. A perspectiva é a de entender a Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização das singularidades, a partir de como a Psicologia da Diferença se articula com a Psicologia Política e com a Clínica Política. Nesse sentido, os sujeitos desta pesquisa são os autores da base teórica que permitiram o direcionamento temático aqui proposto à Psicologia da Diferença, enquanto escuta experimental esquizoanalítica, no que tange a uma ética das singularidades.

### 3.2. Método Estado do Conhecimento

O projeto apresentado na qualificação apresentou parte do Estado do Conhecimento, o qual foi concluído nesta tese. A conclusão com a aplicação das três etapas do Estado do Conhecimento consta no quarto capítulo deste trabalho. Porém, neste momento, este subcapítulo da Metodologia pretende explicar detalhadamente o que é o método Estado do Conhecimento e suas três etapas: bibliografia anotada, bibliografia sistematizada e bibliografia categorizada.

Nesse contexto, o Estado do Conhecimento tem como objetivo desvelar questões sobre a proposição de uma perspectiva metodológica para que se identifique o levantamento teórico de determinado tema, produzidas nos programas *stricto sensu* de pós-graduação. Isso quer dizer que se busca observar a incidência e o conteúdo acerca da temática escolhida para estudo, pela comunidade científica do Brasil<sup>15</sup>.

Na construção de um levantamento da produção científica de uma área é relevante o pesquisador conhecer e refletir acerca das publicações relacionadas ao tema no campo científico. Também se faz imprescindível analisar e identificar possíveis abordagens e caminhos, não só de fundamentação teórica, mas também de aspectos metodológicos, os quais contribuirão na delimitação e na organização de sua investigação. Para dar conta da complexidade do tema e retratá-lo de maneira adequada, a metodologia utilizada para esse tipo de trabalho é de caráter qualitativo, envolvendo aspectos sobre as etapas na construção de um estado de conhecimento<sup>16</sup>.

Ao se levar em consideração os estudos de Morosini e Fernandes<sup>17</sup> e Morosini<sup>18</sup>, elaborou-se uma imagem (Figura 1) a qual identifica as etapas constituintes do estado do conhecimento, representando o movimento realizado pelo(a) investigador(a).

---

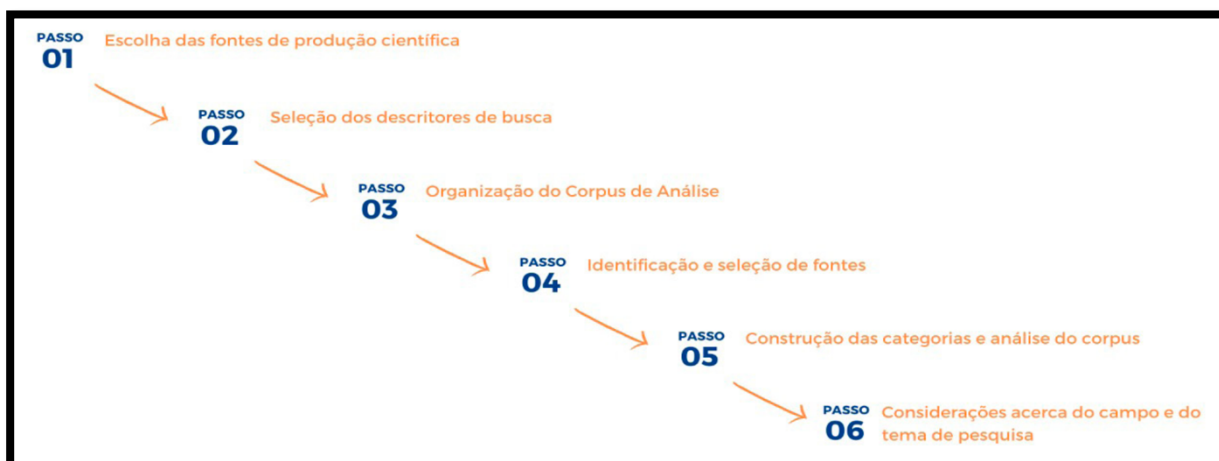
<sup>15</sup> MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de Conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**. Vol. 8, n. 55, 16 dez. 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946>>. Acesso em: 31 ago. 2022.p. 70.

<sup>16</sup> Ibid., p. 70.

<sup>17</sup> MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**. Porto Alegre, Vol. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez., 2014. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/18875>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

<sup>18</sup> Ibid.

**Figura 01: Fluxo do processo constitutivo do estado de conhecimento.**



Fonte: MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ<sup>19</sup>.

O estado de conhecimento se estrutura nas fases metodológicas especificadas a seguir: escolha das fontes de produção científica (internacional e/ou nacional); seleção de descritores de busca; organização do *corpus* de análise: leitura flutuante dos resumos apresentados nos bancos de dados; seleção dos primeiros achados na bibliografia anotada; identificação e seleção das fontes as quais constituirão a bibliografia sistematizada, ou seja, o *corpus* de análise; construção das categorias analíticas do *corpus*: análise das fontes selecionadas e organização da bibliografia categorizada, a partir da elaboração dessas categorias; considerações sobre o campo e o tema de pesquisa, com contribuições do estado de conhecimento para a delimitação de caminhos os quais serão utilizados na tese ou na dissertação<sup>20</sup>.

Na primeira etapa, realiza-se a seleção das fontes as quais serão usadas na busca de material de análise. Entre os repositórios nacionais disponíveis destacam-se: o banco de dados BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações); do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia), o qual objetiva estimular a publicação digital das produções científicas no Brasil, integrando em um único portal as informações sobre as publicações, bem como disponibilizando acesso ao documento integral da instituição de origem<sup>21</sup>.

Outro banco sugerido é o banco de teses e dissertações da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), criado em 2001,

<sup>19</sup> MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 71.

<sup>20</sup> Ibid., p. 72.

<sup>21</sup> Ibid., p. 72.

tendo por finalidade facilitar o acesso às informações sobre dissertações e teses produzidas nos programas *stricto sensu* de pós-graduação brasileiros<sup>22</sup>.

Tais fontes podem se complementar por meio de bancos digitais de IES (Instituições de Ensino Superior) as quais possuam programas de excelência acadêmica (comprovada por avaliação da Capes com notas entre 6 e 7). Dependendo da especificidade da área de pesquisa e do tema, poderá ser buscado em bancos de eventos os quais podem ser internacionais ou nacionais, além de associações e de representações profissionais diversas.

Cabe ao(à) pesquisador(a) analisar a perspectiva e a abrangência a serem dadas na construção do estado do conhecimento. Por isso, ter um prévio conhecimento do campo teórico irá contribuir significativamente nessa etapa do método<sup>23</sup>.

Na seleção dos descritores de busca ou das palavras-chaves, exige-se atenção do(a) pesquisador(a), pois ao usar uma única palavra-chave (descriptor), corre-se o risco de se obter na busca baixa abrangência. Da mesma maneira, quando utilizados amplos descritores, os resultados podem não apresentar o tema principal, gerando a perda do foco. O uso das palavras-chave ou dos descritores, na construção do estado do conhecimento, permite localizar uma infinidade de material bibliográfico, devido à indexação de palavras que foram inseridas e vinculadas aos diferentes assuntos de interesse dos pesquisadores<sup>24</sup>.

Nesse sentido, para a realização do estado do conhecimento, foram realizadas pesquisa na BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), conforme sugerem as autoras desta metodologia.

Foi realizada pesquisa na BDTD<sup>25</sup> (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), com recorte temporal de 2010 a 2020, usando os descritores de cada objetivo específico com o conectivo aditivo “e”, gerando os seguintes resultados: com o descriptor “Deus” com acréscimo dos campos de busca “Spinoza” e “Espinosa”, foram localizados 7 (sete) trabalhos; com o descriptor “Afeto” com acréscimo dos campos de busca “Spinoza” e “Espinosa”, foram localizados 36 (trinta e seis) trabalhos, dentre os quais foram selecionados os 5 (cinco) manuscritos que mais se aproximam desta

---

<sup>22</sup> MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 72.

<sup>23</sup> Ibid., p. 72.

<sup>24</sup> Ibid., p. 72.

<sup>25</sup> BDTD, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Acesso em: 02 jan. 2021. Disponível em: <<https://bdttd.ibict.br>>.

pesquisa; com o descritor “Filosofia da Diferença” com acréscimo dos campos de busca “Deleuze”, “Guattari” e Esquizoanálise, foram localizados 66 (sessenta e seis) trabalhos, dentre os quais foram selecionados os 5 (cinco) manuscritos que mais se aproximam desta pesquisa; com o descritor “Psicologia Política”, foram localizados 83 (oitenta e três) trabalhos, dentre os quais foram selecionados os 5 (cinco) manuscritos que mais se aproximam desta pesquisa; com o descritor “Clínica Política”, foram localizados 29 (vinte e nove) trabalhos, dentre os quais foram selecionados os 5 (cinco) manuscritos que mais se aproximam desta pesquisa; com o descritor “Psicologia da Diferença”, sem recorte temporal, foram localizados 12 (doze) trabalhos, no entanto, nenhum dos trabalhos com abordagem da Psicologia da Diferença em si, mas sim dissertações e teses que ou mencionam “Psicologia”, ou mencionam “Diferença”.

### 3.2.1. Bibliografia Anotada

A bibliografia anotada oferece o cenário, no que tange aos dados demográficos, isto é, o contexto acerca do material a ser analisado. Por exemplo, quantos trabalhos foram publicados por região, por ano, por programa, quais as palavras-chave mais recorrentes etc.<sup>26</sup>

Nesse sentido, organiza-se o *corpus* para que facilite identificar todas as referências as quais serão utilizadas em análise posterior. Esta etapa se denomina bibliografia anotada, a qual se constitui numa relação distribuída em uma tabela das dissertações e/ou teses organizadas por referência bibliográfica, contendo o número de identificação, o ano da defesa, o autor, o título, as palavras-chave e o respectivo resumo, conforme exemplo abaixo<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> KOHLS-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica online**. Vol. 33, 2021. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>>. Acesso em: 4 set. 2022, p. 133.

<sup>27</sup> MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 73.



**Figura 02: Exemplo da Etapa 01 do Estado do Conhecimento –  
Bibliografia Anotada**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
SOBRENOME, Nome do Autor. <b>Título do Trabalho em Negrito</b> . Dissertação de Mestrado/Tese de Doutorado. Cidade da Instituição: Universidade, ano.					

Fonte: elaboração própria.

A tabela tem por finalidade o registro das bibliografias as quais serão utilizadas na análise para que a referência completa do documento não se perca, bem como, para possibilitar uma releitura dos resumos sempre que necessário. Isso no momento em que for implementar uma nova seleção, ao descartar o que não for utilizado e ao refinar a busca inicial com atenção maior e apropriação do conteúdo das fontes<sup>28</sup>.

Assim, definidos o corpus de análise, ou seja, o conjunto de documentos os quais devem ser criteriosamente selecionados e, após a leitura flutuante destes documentos, fazer uso de regras para sua definição, o que em geral, pode ser feito utilizando-se da regra da exaustividade, ou seja, conhecer todos os elementos para poder definir o corpus. Isso é feito quando da leitura dos resumos, passamos da bibliografia anotada para a sistematizada, considerando também conhecer a metodologia, objetivos e resultados de cada pesquisa<sup>29</sup>.

### 3.2.2. Bibliografia Sistematizada

Dando prosseguimento à construção deste método de pesquisa, o próximo passo é a bibliografia sistematizada, a qual se constitui na relação dos trabalhos de dissertações ou de teses, a partir dos seguintes itens: número de identificação do trabalho, ano de defesa, autor, título, objetivos, metodologia e resultados, conforme se observa na figura a seguir<sup>30</sup>.

**Figura 03: Exemplo da Etapa 02 do Estado do Conhecimento –  
Bibliografia Sistematizada**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS

Fonte: elaboração própria.

<sup>28</sup> Ibid., p. 73.

<sup>29</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 133.

<sup>30</sup> MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 73.

Esses itens podem ser substituídos por outros itens conforme o objetivo da investigação e a necessidade do(a) pesquisador(a). Essa tabela servirá de subsídio para informações adicionais, isto é, ela possibilita uma compreensão abrangente da área temática, podendo gerar informações acerca da região da publicação, da instituição, dentre outros recortes buscados<sup>31</sup>.

A figura acima apresenta um exemplo de bibliografia sistematizada. Nessa fase, não existe atenção para a organização lógica dos trabalhos, pode ser em ordem alfabética (pelo nome do autor), por ano de publicação, ou outra forma alternativa a qual o(a) pesquisador(a) compreenda em momento posterior. Isso quer dizer que a disposição é livre<sup>32</sup>.

Para compor a bibliografia sistematizada, deve-se realizar o que denominamos de leitura flutuante dos trabalhos os quais compõem a bibliografia anotada. Para isso, é realizada a leitura dos resumos no intuito de verificar a adequação da publicação ao objetivo do estado do conhecimento proposto. Caso algum dos trabalhos constantes na bibliografia anotada, depois da leitura flutuante do resumo, não esteja alinhado ao objetivo que foi proposto no estudo, este trabalho não deve ser inserido na seção da bibliografia sistematizada<sup>33</sup>.

Na bibliografia anotada irão constar todos os trabalhos da busca inicial que foi realizada, sendo que na bibliografia sistematizada, após a leitura flutuante, faz-se a seleção dos trabalhos os quais serão incluídos e excluídos. Isto é, na bibliografia sistematizada, pode haver uma quantidade menor de trabalhos do que na bibliografia anotada. Porém, salienta-se a importância de se manter a numeração inicial, ou seja, o rótulo estabelecido para cada trabalho na tabela da bibliografia anotada, deixando sempre claros os critérios de exclusão e de inclusão<sup>34</sup>. Isso porque na bibliografia sistematizada não se especifica a obra em questão, servindo a numeração do trabalho para a sua devida localização na bibliografia anotada.

A fase de exploração do material, isto é, as etapas da bibliografia anotada e da bibliografia sistematizada são importantes para a etapa de categorização e análise. Pois, se estas duas primeiras etapas forem criteriosamente realizadas, a fase de

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 73.

<sup>32</sup> Ibid., p. 73-74.

<sup>33</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 134.

<sup>34</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 135.

análise será nada mais nada menos do que a aplicação das decisões tomadas e a estruturação dessas decisões e inferências na forma de texto. Parece simples, porém a etapa de escrita do texto só é simples, quando respeitada a metodologia do estado do conhecimento ao longo do trabalho, e que esta seja realizada exaustiva e meticulosamente em todas as etapas<sup>35</sup>.

### 3.2.3. Bibliografia Categorizada

A terceira etapa é chamada de bibliografia categorizada. Constitui-se, pois, no reagrupamento numa tabela da bibliografia sistematizada, segundo blocos temáticos os quais representam as categorias. Essa reordenação da tabela é dependente de uma resumida postura teórica, em grandes linhas, tais como: categorias construídas *a priori* e contrastadas com o material empírico em análise, ou com categorias construídas a partir da empiria, ou ainda categorias híbridas, que são decorrentes da oxigenação das categorias *a priori* pelas categorias consideradas empíricas<sup>36</sup>.

Esse passo é um dos mais relevantes na construção do estado do conhecimento, uma vez que tem a potencialidade de conferir maior sentido e entendimento do campo científico que se deseja realizar pesquisa. Isso possibilitará diferentes sentidos do *corpus*, ao colaborar no processo de categorização, o qual deve ser gradativo e refinado na medida em que avança, ao exigir capacidade e atenção por parte do(a) pesquisador(a). Um exemplo de bibliografia categorizada é apresentado, na figura a seguir, que conta com: número de identificação; ano; autor(es); título; objetivos; metodologia; resultados<sup>37</sup>. Porém, tudo separado por categorias, advindas das junções de descritores, como no exemplo abaixo.

**Figura 04: Exemplo da Etapa 03 do Estado do Conhecimento – Bibliografia Categorizada**

Categoria 1 - Deus em Spinoza enquanto Natureza						
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados

Fonte: elaboração própria.

<sup>35</sup> Ibid., p. 135.

<sup>36</sup> MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 74.

<sup>37</sup> MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 74-75.

A fase de construção das categorias implica não somente um reagrupamento, como também na conceituação da categoria identificada. Há também outros exemplos que nesse momento não são esgotados<sup>38</sup>.

Nessa perspectiva e diante do percurso metodológico que foi proposto, é possível que se constate o aprofundamento com o exercício da “descoberta” do campo conceitual bem como científico da temática que foi trabalhada, assim como a produção de sentido, em um caminho permanente de construção e reconstrução do “ser” pesquisador e de suas relações com o objeto que foi pesquisado<sup>39</sup>.

Construída a tabela da chamada bibliografia categorizada, passa-se para a fase da produção e da construção do texto do texto em si (revisão de literatura), na qual o(a) autor (a) e/ou investigador(a) se permite, a partir dos trabalhos mapeados e classificados categoricamente, analisar e cotejar os achados em uma expressão textual a qual segue as abordagens da sua área de conhecimento<sup>40</sup>.

A consulta bibliográfica apoia-se, principalmente, em fontes que são nacionais, podendo estender-se às obras latinoamericanas e/ou internacionais. Em paralelo, propõe a reflexão acerca da construção da produção científica como forma textual<sup>41</sup>.

Note-se que, na etapa de categorização, os trabalhos que compõem esta tabela são aqueles os quais passaram pela seleção inicial, isto é, pela leitura flutuante a partir da qual foi realizada a seleção dos trabalhos que tem maior proximidade com a temática e o objetivo da pesquisa do Estado do Conhecimento que foi proposto<sup>42</sup>.

Importante destacar que cada categoria necessita ser explicada e explicitada de maneira epistemológica, isto é, na redação do texto do estado do conhecimento a denominação dada à categoria precisa apresentar o viés teórico e/ou o preceito epistemológico que a constitui<sup>43</sup>.

Nesse sentido, para conhecer e planejar esse percurso global enquanto uma reinvenção, é essencial que o(a) pesquisador(a) aproprie-se do conhecimento anterior, ou seja, o que vem sendo estudado por determinada área ou determinado campo científico, para que possa viabilizar e inovar na reinvenção de seu trabalho

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 75.

<sup>39</sup> Ibid., p. 76.

<sup>40</sup> Ibid., p. 76.

<sup>41</sup> MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Educação**. Vol. 40, n. 1, p. 101-116, 2014. DOI: 10.5902/1984644415822. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/15822>>. Acesso em: 4 set. 2022.p. 111.

<sup>42</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 136.

<sup>43</sup> Ibid., p. 137.

acadêmico ou científico. Para isso, uma das alternativas para se conhecer sistematicamente a realidade da construção de um conhecimento científico de um determinado campo, em um determinado espaço e tempo, é por meio da realização de pesquisa do tipo denominado Estado do Conhecimento<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> Ibid., p. 125.

### 3.3. Método Epistemológico

A partir da banca de qualificação, foi sugerido que este trabalho traz em si mais uma proposta epistemológica do que uma pesquisa conceitual teórica. Isso porque, ao conceituar Psicologia da Diferença, explica-se o que é Psicologia da Diferença, caracterizando a perspectiva epistemológica. Nesse sentido, entendamos melhor o Método Epistemológico.

Na visão de Martino<sup>45</sup> diz que se pode abordar o problema do conhecimento tanto sob a ótica filosófica, quanto sob a perspectiva científica. As disciplinas circunscritas na ótica filosófica são a gnosiologia (ou teoria do conhecimento) e a filosofia das ciências. Sob a perspectiva científica, encontram-se, principalmente, a história da ciência, sociologia da ciência e a psicologia da ciência. A diferença basilar entre esses dois grupos consiste no fato de as disciplinas filosóficas se situarem em um plano interno ao plano do conhecimento, isto é, restringem sua discussão aos aspectos que são inerentes a eles. Ao mesmo tempo em que as demais se preocupam com os aspectos ditos exteriores os quais determinam o desenvolvimento do trabalho dos cientistas. Ainda que as disciplinas científicas possuam determinada autonomia em relação às questões epistemológicas em si, às vezes elas confundem-se com alguns métodos e caminhos do pensamento epistemológico. Nessa perspectiva, Martino<sup>46</sup> restringe ao estudo do conhecimento científico a epistemologia: “Ela se opõe à filosofia da ciência por se ocupar de problemas mais específicos e próprios do conhecimento científico, tais como os de seu objeto, classificação, método (critérios de validade, de operação) e de sua fundamentação (lógica e ontológica)”.

Apesar de seu vínculo estreito com a tradição filosófica, pode a epistemologia ser colocada a serviço da ciência, à medida que todo trabalho científico suporta uma dimensão epistemológica. “Nesse sentido, a ciência deixa de ser objeto de uma disciplina filosófica para ser parte da investigação científica. Inverte-se a relação pela qual definíamos a epistemologia (definição geral), e vemos a epistemologia ser deslocada da filosofia para a ciência, não como disciplina à parte, mas como parte dessa última”<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> MARTINO, Luis C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Edit.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p.69-101.

<sup>46</sup> Ibid., p. 80.

<sup>47</sup> Ibid., p. 82.

Segundo explica Fonseca Júnior<sup>48</sup>, devido a essa elasticidade da epistemologia, a qual engloba desde questões filosóficas gerais com a teoria do conhecimento, passando por questões filosóficas particulares com a filosofia da ciência até chegar à condição de epistemologia aplicada, existe quem a considere uma disciplina proteiforme, pois, conforme as necessidades, ela se apresenta enquanto "lógica", ou "filosofia do conhecimento", ou "sociologia", ou "filosofia" etc.<sup>49</sup> Diante desse problema, faz-se necessário organizar um quadro geral sobre as diferentes concepções de epistemologia.

Segundo Fonseca Júnior<sup>50</sup>, enquanto condição de teoria do conhecimento, a epistemologia se constitui como a disciplina da filosofia a qual se ocupa da investigação acerca da definição, da origem, da possibilidade, e do valor do conhecimento humano.

De acordo com Hessen<sup>51</sup>, a essência do conhecimento se encontra vinculada estreitamente ao conceito de verdade: “Só o conhecimento verdadeiro é conhecimento efetivo. ‘Conhecimento não-verdadeiro’ não é propriamente conhecimento, mas erro e engano”. O problema do conhecimento se encontra presente, desde seus primórdios, no pensamento filosófico. Porém, durante muito tempo permaneceu por completo inserido em contextos psicológicos e metafísicos.

Para Chauí<sup>52</sup>, os primeiros filósofos gregos diziam, por exemplo, “que a realidade (O Ser, a Natureza) é racional e que a podemos conhecer porque também somos racionais; nossa razão é parte da racionalidade do mundo, dela participando”. A teoria do conhecimento tornou-se uma disciplina filosófica apenas a partir do século XVII, devido à precedência milenar da metafísica, enquanto reação dos filósofos modernos à filosofia medieval, que afirmava ser possível conhecer a verdade, ainda que a razão não contradissesse a fé. O primeiro afazer da filosofia moderna, logo, foi desvincular a fé e da razão, tratando-as em separados domínios e sem qualquer relação entre si.

---

<sup>48</sup> FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **A comunicação organizacional**: um estudo epistemológico. Tese de Doutorado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Umesp – Universidade Metodista de São Paulo, 2007, p. 42.

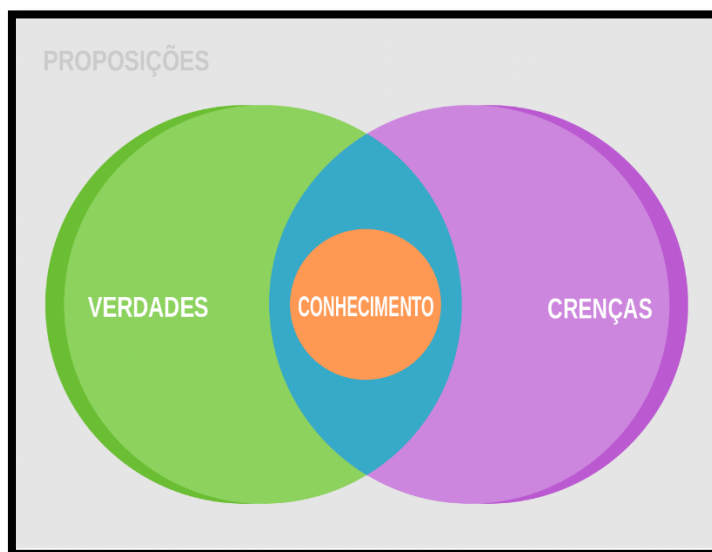
<sup>49</sup> JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 3. ed. rer. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 85.

<sup>50</sup> FONSECA JÚNIOR, *op. cit.*, p. 42.

<sup>51</sup> HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução de João Vergílio Galleranni Cutter. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 22-23.

<sup>52</sup> CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 121.

**Figura 05: Definição de Conhecimento**



Fonte: DIANAKC<sup>53</sup>.

Conforme aduz Fonseca Júnior<sup>54</sup>, como prolongamento da reflexão gnosiológica, o termo o qual designa esta abordagem pode ser grafado tanto no singular como no plural, de acordo com a fonte de referência.

No sentido estrito de Lalande<sup>55</sup>, a filosofia das ciências se refere ao “estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências”. No sentido amplo, entretanto, a filosofia da ciência costuma indicar todas as possibilidades, todo o conjunto de questões e todos os modos efetivos pelos quais a filosofia aceita a ciência ou as ciências como objeto.

Para Papineau<sup>56</sup>, essa definição faz sentido ao se verificar que a tradição anglo-saxã incorpora a epistemologia e a metafísica da ciência à filosofia da ciência. Tal disciplina poderia incluir, em tese, levada às últimas consequências, as demais áreas advindas da filosofia, isto é, a estética, a ética e a lógica da ciência. Contudo, a concepção de Martino<sup>57</sup> não acompanha esse raciocínio de forma direta. Para

<sup>53</sup> DIANAKC. **Uma simplificação do Diagrama de Venn da definição de conhecimento** [figura]. Em 04 jul. 2013. Disponível em: <[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diagrama\\_conhecimento.svg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diagrama_conhecimento.svg)>. Acesso em: 13 out. 2022.

<sup>54</sup> FONSECA JÚNIOR, 2007, p. 59.

<sup>55</sup> LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 313.

<sup>56</sup> PAPINEAU, David. Filosofia da ciência. BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits.). **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002, p. 291-324.

<sup>57</sup> MARTINO, 2003.



Martino<sup>58</sup>, os problemas indicados pela filosofia das ciências agrupam-se da seguinte maneira: a) epistemologia; b) filosofia das ciências (sentido estrito); c) gnosiologia.

Quintanilla<sup>59</sup>, por sua vez, apresenta os seguintes métodos e problemas da filosofia da ciência: a) aqueles relativos à estrutura e natureza das teorias científicas; b) aqueles que se referem aos procedimentos científicos da pesquisa científica e ao desenvolvimento da ciência; c) outros problemas e perspectivas.

Para Fonseca Júnior<sup>60</sup>, a concepção da epistemologia enquanto ciência autônoma se constitui como um dos temas que mais tem gerado controvérsia, pois encontra-se no cerne das discussões acerca do estatuto desta disciplina.

De acordo com Japiassú<sup>61</sup>, tal estatuto “está longe de poder ser definido, tanto em relação às ciências, entre as quais pretende instalar-se como disciplina autônoma, quanto em relação à filosofia, de que insiste em separar-se”, o que seria considerado um equívoco. Para o autor, uma das razões de ser da epistemologia consiste em postular a filosofia “como uma das exigências fundamentais de qualquer olhar crítico e reflexivo sobre as ciências que se vêm criando e transformando o mundo através de produtos que não cessam de lançar em nossa cultura”.

De acordo com Fonseca Júnior<sup>62</sup>, no modelo elaborado por Lopes<sup>63</sup>, a epistemologia pode ser considerada o critério fundador de todas as alternativas metodológicas, bem como a primeira instância do trabalho tido como científico. Segundo Lopes<sup>64</sup>:

O critério epistemológico orienta a opção em torno da diversidade dos paradigmas existentes nas Ciências Sociais e de seus modelos teóricos particulares. Seja implícita ou explícita, a adesão a um quadro teórico de referência se realiza na própria origem de um projeto de pesquisa, porque desse quadro depende a própria formulação do objeto de estudo.

O que pode se observar na figura a seguir.

---

<sup>58</sup> MARTINO, 2003.

<sup>59</sup> QUINTANILLA, Miguel Angel. **Breve dicionário filosófico**. Tradução de Laura Nair Silveira Duarte. Aparecida/SP: Santuário, 1996.

<sup>60</sup> FONSECA JÚNIOR, 2007, p. 61-62.

<sup>61</sup> JAPIASSÚ, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, p. 23.

<sup>62</sup> FONSECA JÚNIOR, *op. cit.*, p. 62.

<sup>63</sup> LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1994.

<sup>64</sup> *Ibid.*, p. 88-89.

**Figura 06: Modelo Metodológico de Pesquisa**



Fonte: Lopes<sup>65</sup>.

Para Fonseca Júnior<sup>66</sup>, o reconhecimento de uma possível contribuição mútua entre ciência humanas e filosofia tem implicações de ordem metodológica e disciplinar.

Acerca do aspecto metodológico, uma maneira de caracterizar as interfaces destas duas formas de racionalidade foi sugerida por Oliva<sup>67</sup>, pautada na análise semiótica da linguagem científica. Para esse autor, uma teoria completa da linguagem envolve três importantes níveis – semântica, sintaxe e pragmática. A semântica irá representar o conteúdo do discurso e se refere “às relações entre linguagem e realidade, palavras e objetos, enunciados e estados de coisas. A regra semântica especifica sob que condições um signo é aplicável a um objeto ou situação. Seu problema central é a verdade”. A sintaxe irá representar a maneira do discurso e diz respeito “às relações subsistentes entre os signos sem que se leve em consideração a que se referem, em que contexto e porque são empregados”. Já a pragmática, em si, irá representar o contexto do discurso e diz respeito “aos aspectos biológicos, psicológicos e sociais que acompanham a utilização dos signos”.

De acordo com Fonseca Júnior<sup>68</sup>, ao se ter como base estes três níveis, um discurso científico bem construído deve ser impecável do ponto de vista formal

<sup>65</sup> LOPES, 1994, p. 88-89.

<sup>66</sup> FONSECA JÚNIOR, 2007, p. 71-72.

<sup>67</sup> OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 13.

<sup>68</sup> FONSECA JÚNIOR, 2007, p. 71-72.

(requisito sintático), além de se referir de forma unívoca a estados da realidade (requisito semântico), bem como convencer a comunidade de pesquisadores(a) sobre o valor explicativo das teses que foram defendidas (requisito pragmático).

Apesar da existência de diferentes possibilidades de investigação acerca do conhecimento científico, Oliva<sup>69</sup> aduz que a filosofia da ciência se dedica, na maioria de seus estudos, à análise dos constituintes considerados sintático-semânticos e lógicos e empíricos do que se entende como racionalidade científica, ao estar concentrada no chamado contexto da justificação. Por exemplo, não se consideraria como sendo seu papel se preocupar com os processos históricos os quais culminam em criar novos conhecimentos, isto é, com o contexto da descoberta científica, como se propõe esta tese, no que tange a explicar o que é Psicologia da Diferença.

Para Oliva<sup>70</sup>, a análise de fatores externos que são intervenientes na produção da ciência se constitui, em princípio, objeto de disciplinas, quais sejam: a psicologia; a história; e a sociologia das ciências. No entanto, como é reconhecido pelo próprio autor, após a metade do século XX, a distinção rígida entre o contexto da justificação e o contexto da descoberta passou a ter cada vez mais questionamento. A partir disso, a autointitulada filosofia da ciência pós-positivista passou a defender “a tese de que os estudos metacientíficos só conseguirão se livrar da tendência às reconstruções idealizadas caso a racionalidade da ciência seja abordada como um processo no qual a forma, o conteúdo e o contexto apareçam em inextrincável associação”.

Na visão de Fonseca Júnior<sup>71</sup>, o processo epistemológico irá permitir diferentes possibilidades de investigação, a depender do enfoque (científico ou filosófico) e do quão abrangente é a pesquisa. Se o ponto inaugural do estudo for a filosofia, logo as perguntas e respostas deverão ser filosóficas necessariamente, mesmo que apoiadas em dados que são empíricos produzidos acerca de determinada ciência ou conjunto de ciências durante o processo de investigação – neste caso, o estudo caracteriza-se como uma tese de doutrina ou de ideias. Se o ponto inaugural for a ciência, logo as perguntas e respostas obedecerão aos critérios da metodologia científica, por caber as tarefas de fundamentação e de vigilância crítica à reflexão filosófica, no âmbito da pesquisa. Em ambas as situações, a investigação abrangerá desde um conjunto de ciências (por exemplo, ciências naturais, ciências humanas, ciências lógico-

---

<sup>69</sup> OLIVA, 2003, p. 13.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>71</sup> FONSECA JÚNIOR, *op. cit.*, p. 107.

matemáticas), um grupo de ciências (Administração, Psicologia, Comunicação, Ciências da informação), de uma ciência em particular (Psicologia) ou de uma subárea de determinada ciência (Psicologia da Diferença), como se observa na figura a seguir.

**Figura 07: Modelo Metodológico de Pesquisa Epistemológica**

DIMENSÕES		ETAPAS	
I	Filosófica	a	Elaboração do tema-tese
		b	Desenvolvimento do tema-tese
II	Híbrida	c	Adoção de referencial teórico para a pesquisa empírica
III	Científica	d	Realização da pesquisa empírica
IV	Filosófica	e	Reflexão filosófica sobre os resultados da pesquisa empírica

Fonte: Fonseca Júnior<sup>72</sup>.

Como se observou, o Método Epistemológico pode permitir conceituar algo ainda não conceituado anteriormente, explicando e detalhando suas particularidades.

Esta pesquisa de maneira rizomática funde três métodos científicos: o estado do conhecimento, que oferece um panorama do que já foi pesquisado sobre o tema pretendido, revelando sua relevância investigativa; a revisão de literatura, enquanto base teórica conceitual capaz de oferecer suporte para uma nova teoria a partir de teorias já existentes; e o método epistemológico, já explicado, que, no caso desta tese, não busca explicar o que é Psicologia da Diferença a partir da diferenciação entre as outras psicologias já existentes, mas, sim, explicar por que ela é diferente, enquanto potência criadora, afastando-se da lógica de repetição explicada por Deleuze e Guattari.

<sup>72</sup> FONSECA JÚNIOR, 2007, p. 109.

#### 4. ESTADO DO CONHECIMENTO

Este capítulo apresenta o Estado do Conhecimento desta tese que se propõe a responder que traços do arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença se conectam rizomaticamente com a Psicologia Política e com a Clínica Política. Nesse sentido, será feita uma apresentação, separada pelas etapas desta metodologia, a partir dos descritores do trabalho, do que foi localizado em termos de dissertações e teses.

Morosini e Fernandes<sup>73</sup> explicam que o Estado do Conhecimento se constitui como um estudo essencial para nortear os passos futuros dentro da pesquisa que se pretende, além de permitir contatar os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, assim possibilitando oportunidades de enriquecimento do estudo. Por intermédio desse processo, existe uma amplitude de visão sobre o objeto da investigação que se pretende desenvolver.

Aqui não se pretende a realização de um Estado da Arte, devido à sua complexidade e, sobretudo, pelo fato de sua grande abrangência correr o risco de não realizar os afunilamentos necessários aos objetos de pesquisa, por suas especificidades.

O estudo do estado da arte constitui-se em uma etapa de suma importância para o desenvolvimento de qualquer tipo de investigação. Entretanto, este processo tem se revelado extremamente complexo, tendo em vista o volume de trabalhos produzidos e divulgados na atualidade, mediante diferentes fontes e formas de comunicação e compartilhamento dos resultados das pesquisas<sup>74</sup>.

Levando em conta a observação acima, optamos por apresentar nesta tese o Estado do Conhecimento, a partir da seleção dos principais trabalhos sobre os descritores desta pesquisa, que são relevantes para a temática deste trabalho como um todo ou para determinado descritor em específico, apresentados os respectivos resumos e/ou informações pertinentes que evidenciam tal seleção.

Neste primeiro momento de buscas no banco de dados da BDTD, acerca de dissertações e teses que abordam a temática desta pesquisa, foram encontrados 26

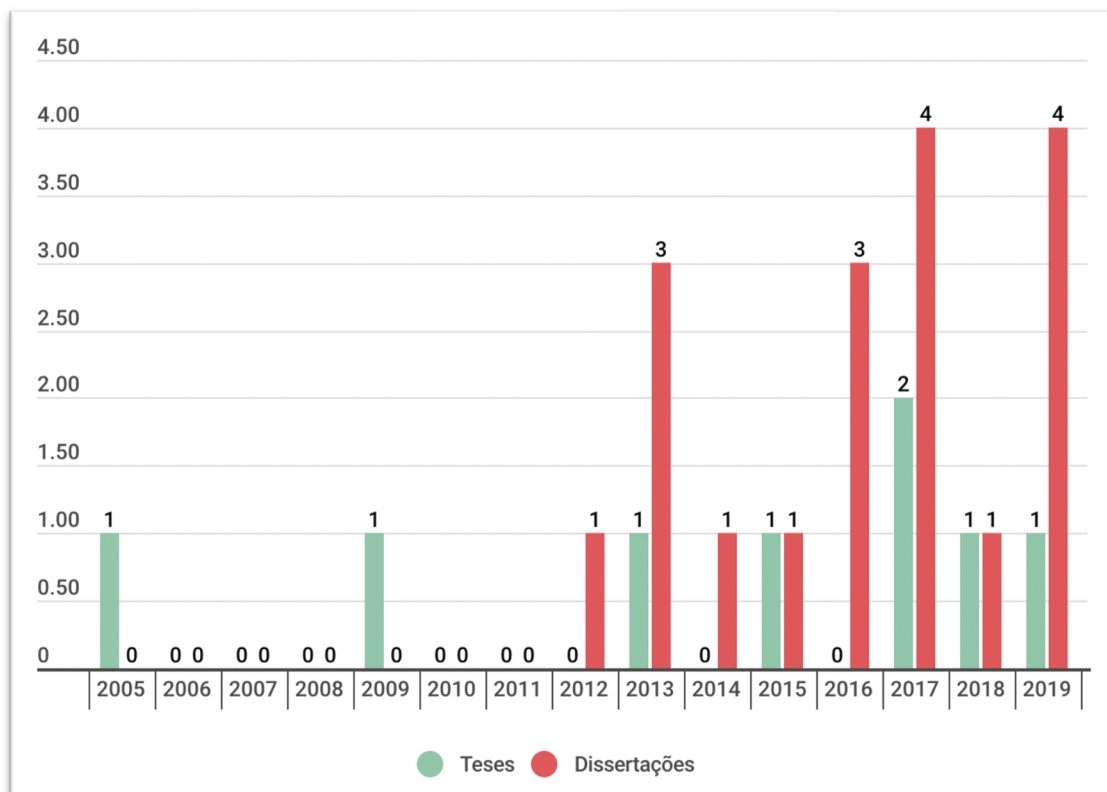
---

<sup>73</sup> MOROSINI; FERNANDES, 2014.

<sup>74</sup> ROSSETO, G. A. R. S. et al. Desafios dos estudos “estado da Arte”: Estratégias de pesquisa na pós-graduação. **Educação: Saberes e Práticas**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2013, p. 2. Disponível em: <[http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista\\_saberes\\_praticas/pasta\\_upload/artigos/a18.pdf](http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista_saberes_praticas/pasta_upload/artigos/a18.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2020.

estudos. No gráfico a seguir, serão apresentadas as evoluções temporais de pesquisas em nível de mestrado e doutorado que foram encontradas com os seguintes descritores: “Spinoza”; “Espinosa”; “Afeto”; Filosofia da Diferença”; “Deleuze”, “Guattari”; “Esquizoanálise”; “Psicologia Política”; e “Clínica Política”.

**Gráfico 01: Evolução de pesquisas acerca da temática deste estudo na BDTD.**



Fonte: elaboração própria.

Notamos neste gráfico que a evolução de pesquisas acerca desta temática começou a evoluir em 2013 com quatro publicações, sendo três dissertações e uma tese. Já no ano 2017, identificamos a continuidade na evolução com quatro dissertações e duas teses. Em 2019, o ano mais recente, com publicações em nível de pós-graduação, acerca desta temática aparece com cinco publicações. Nesse sentido, observamos a importância de manter esse assunto na atualidade.

#### 4.1. Etapas do método Estado do Conhecimento

Segundo Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt<sup>75</sup>, o Estado do Conhecimento se apoia na concepção de campo científico de Bourdieu<sup>76</sup> e busca apontar os condicionantes desta produção na perspectiva de campo social com suas relações de força, de lutas e de estratégias, de interesses e de lucros. Identifica-se, então, a ciência oficial, com atenção especial aos critérios de qualidade que são determinados pelo estado objetivado e pelo estado incorporado.

Morosini e Fernandes<sup>77</sup> têm trabalhado com o estado do conhecimento enquanto uma matéria instrumental e formativa a qual favorece a leitura de realidade do que se está sendo discutido na comunidade acadêmica, bem como em relação a aprendizagens tanto da escrita como da formalização metodológica para o desenvolvimento do percurso investigativo.

Nessa perspectiva, estado de conhecimento, para Morosini e Fernandes<sup>78</sup>, é a identificação, o registro e a categorização que conduzam à reflexão e à síntese acerca da produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço temporal, que congrega periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

Segundo Morosini e Fernandes<sup>79</sup>, o Estado de Conhecimento abre a possibilidade de uma visão ampla e atual dos movimentos acerca da pesquisa que estão ligados ao objeto da investigação que se pretende desenvolver. Logo, é um estudo basilar para passos futuros dentro da pretendida pesquisa. Permite ao pesquisador entrar em contato com os movimentos atuais sobre o objeto de investigação, oferecendo-lhe uma noção abarcante do nível de interesse acadêmico. Além disso, com mais exatidão, direciona para itens a ser explorados (como o reforço de resultados encontrados ou mesmo a criação de novos ângulos para o tema de estudo), o que abre inúmeras oportunidades para o enriquecimento do estudo em questão. Dessa forma, a construção do Estado de Conhecimento provê um mapeamento das já existentes ideias, oferecendo segurança acerca das fontes de

---

<sup>75</sup> MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021, p. 33.

<sup>76</sup> BOURDIEU, Pierre. O campo científico. ORTIZ, R. (Org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p.122- 155.

<sup>77</sup> MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155.

<sup>78</sup> Ibid., p. 155.

<sup>79</sup> Ibid., p. 158.

estudo, ao apontar subtemas que são passíveis de maior exploração ou, ainda, fazendo com que o pesquisador compreenda silêncios significativos no que concerne ao tema de estudo. As autoras defendem que o Estado de Conhecimento deva ser o movimento inicial de toda pesquisa, dado que localiza e norteia os passos de uma investigação, a partir tanto do conhecimento quanto da compreensão da produção intelectual a qual aborda estudos relacionados ao objeto da pesquisa.

Esse procedimento metodológico se compõe de uma das principais fontes para a produção de uma tese ou dissertação, por utilizar o manuseio de base de dados internacionais e/ou nacionais. Busca-se, em igual medida, a reflexão acerca da construção da produção científica enquanto forma textual a qual irá compor o trabalho acadêmico<sup>80</sup>.

A constituição do Estado do Conhecimento, na perspectiva de Morosini<sup>81</sup>, segue as etapas nomeadas como: Bibliografia Anotada; Bibliografia Sistematizada; e Bibliografia Categorizada, conforme quadro a seguir.

**Tabela 01: Etapas do Estado do Conhecimento**

ETAPAS	DEFINIÇÕES
1. Bibliografia Anotada	Identificação e seleção, a partir da pesquisa por descritores, dos materiais que farão parte do corpus de análise.
2. Bibliografia Sistematizada	Leitura flutuante dos resumos dos trabalhos para a seleção e o aprofundamento das pesquisas, a fim de elencar os que farão parte da análise e escrita do estado do conhecimento.
3. Bibliografia Categorizada	Reorganização do material selecionado, ou seja, do corpus de análise e reagrupamento destes em categorias temáticas.

Fonte: figura adaptada de KOHLS-SANTOS e MOROSINI<sup>82</sup>

Após o processo de identificação de material bibliográfico o qual atenda aos critérios da busca efetuada, inicia-se o processo para organização do *corpus* de análise o qual será trabalhado. Uma leitura flutuante é primeiro passo para a construção da bibliografia anotada e sistematizada. E, em seguida, a bibliografia categorizada irá exigir uma leitura mais aprofundada dos textos que foram

<sup>80</sup> MOROSINI; NASCIMENTO; NEZ, 2021, p. 70-71.

<sup>81</sup> MOROSINI, 2014.

<sup>82</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 127.



selecionados no intuito de organizar as categorias analíticas, segundo Morosini, Nascimento e Nez<sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de Conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**. Vol. 8, n. 55, 16 dez. 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4946>>. Acesso em: 31 ago. 2022.p. 73.

## 4.2. Bibliografia anotada

Na metodologia do Estado do Conhecimento, para Kohls-Santos e Morosini<sup>84</sup>, a Bibliografia Anotada consiste em anotar os trabalhos que tratam dos critérios de seleção que foram estabelecidos. Tais critérios são aqueles que foram estabelecidos nos objetivos do estudo em questão, os quais devem conter os descritores (palavras-chave ou termos de busca), bem como os critérios de exclusão ou de inclusão, como, por exemplo, o período ou ano de publicação das pesquisas, a área de conhecimento, os países etc.

Segue a bibliografia anotada:

**Quadro 01: Bibliografia anotada de Wiltonn William Leite**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
1	2016	Wiltonn William Leite	O homem livre em Deus por Bento Espinosa	Livre necessidade. Interdependência necessariamente determinada. Razão afetiva. Insculpir. Autômato espiritual.	Essa dissertação tem como objetivo investigar como um determinado e definido homem pode ser livre em um universo determinado a existir exclusivamente pela necessidade da natureza de Deus sive Natura como afirma Bento Espinosa. Para tanto, faz-se a revisão da obra desse autor com ênfase em seus livros <i>Ethica</i> e <i>Tratatus de Intellectus Emendatione</i> e de alguns de seus comentadores. Parte-se da ideia espinosista da existência de uma única substância absolutamente infinita – Deus sive Natura – que ao causar-se causa o universo inteiro (modelo espinosiano de causalidade). Explicita-se como o homem tendo reformado seu intelecto ou sua inteligência pode vir a conhecer a si e as coisas por suas causas adequadas o que lhe leva a apreender e compreender a si mesmo e as coisas em sua perfeita realidade. Discute-se este homem – causa adequada de si mesmo – e sua consequência para sua existência em ato, consigo mesmo (conatus) no encontro (occursus) com o outro (o outro homem). Numa perspectiva ética, conhecidas as coisas por suas causas adequadas, por absoluto racionalismo afetivo (razão afetiva), o homem agindo ativamente, compõe-se com o outro em uma relação de amizade. Procurando se perseverar em si mesmo, respeita e preserva o outro, o que resulta no aumento de sua(s) potência(s) para agir e de sua energia(s) para existir. Essa compreensão pode resultar no estabelecimento do estado mais próximo da natureza humana: o estado democrático. Assim, finalmente, conclui-se que o homem livre e autônomo em Deus é o autômato espiritual. É livre quando, tendo o conhecimento adequado das coisas, ele é, está, opera, se move, vive e existe em ato segundo o que Deus lhe ordena. Ele conhece a Deus e isto é a beatitude.
LEITE, Wiltonn William. <b>O homem livre em deus por Bento Espinosa</b> . Dissertação de Mestrado. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2016, p.xii.					

Fonte: elaboração própria.

<sup>84</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 132-133.

### Quadro 02: Bibliografia anotada de Joaquim Teixeira Alves

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
2	2015	Joaquim Teixeira Alves	Espinosa: potência natural e seus reflexos no direito e na política	Alienação. Deus Natureza. Direito natural. Estado (política) Filosofia do direito Liberdade	Este trabalho versa sobre o conceito de potência natural em Espinosa, sua amplitude e abrangência e seus reflexos no direito natural e na política. Procura revelar a originalidade do conceito de direito natural em Espinosa, muito diferente dos pontos de vista de Grotius, de Hobbes e de todos os demais filósofos e doutrinadores, levando-o, também, a uma visão diferente sobre a formação do Estado; e, finalmente, a sua doutrina sobre o Estado e suas diversas instituições políticas, enfatizando sempre a liberdade e a dignidade humanas como a razão de ser da criação desse mesmo Estado. Procuramos também revelar neste modesto trabalho o avanço, a novidade e a contribuição de Espinosa à ciência jurídica contemporânea.
ALVES, Joaquim Teixeira. <b>Espinosa: potência natural e seus reflexos no Direito e na política</b> . Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015, p.vii.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 03: Bibliografia anotada de Miécimo Ribeiro Moreira Júnior**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
3	2016	Miécimo Ribeiro Moreira Júnior	Bento de Espinosa: política liberal e ética libertina	Ethics. Dutch. Philosophy. Liberalism. Libertinism. Benedictus de Spinoza. Ética. Filosofia Holandesa. Liberalismo. Libertinagem.	O objetivo dessa dissertação é apresentar alguns raciocínios que apoiem a ideia de que existe, na filosofia de Bento de Espinosa, duas posturas filosóficas caracterizadas nas obras Tratado Teológico-Político e Ética. A postura do Tratado é fruto de um esforço cívico de secularização próprio ao século XVII. O principal objetivo da obra é promover a proteção institucional de certas liberdades, que identificamos como uma política liberal. A postura da Ética é própria de um esforço íntimo de elevação racional. Isso é fruto de um pensamento que vê o desejo como a própria essência humana e, por esses e outros motivos tais como a valorização do corpo, o monismo, a reflexão de valores e virtudes sem recorrer a transcendências, é identificado como uma ética libertina. O objetivo que orienta os três capítulos dessa dissertação é mostrar como essas duas obras articulam duas posturas filosóficas que não se separam dentro de um projeto de filosofia imanente. O primeiro capítulo situa o filósofo e sua obra dentro de um complexo contexto histórico e político, mostrando a situação delicada e o poder daquele período. O século XVII, especialmente na Holanda, foi um período de grande importância para a formação do pensamento político moderno. Para compreender essa importância, abordamos alguns fatores que influenciaram os livre-pensadores da época e a tensão entre eles e as autoridades religiosas. O segundo capítulo aborda alguns conceitos e raciocínios fundamentalmente extraídos dos primeiros livros da Ética. O desenvolvimento do terceiro capítulo depende da abordagem de alguns temas com o apoio da teia conceitual elaborada pelo filósofo. A crítica que Espinosa faz ao pensamento finalista foi o caminho escolhido para conduzir os raciocínios que serão apresentados. Para compreender essa crítica, desenvolvemos o conceito de potência, que é fundamental para a construção do pensamento imanente espinosista. Essa questão é muito relevante, pois encontramos em Espinosa a ideia de que a forma como a realidade é compreendida e organizada interfere na nossa potência de compreender os modos e, com isso, interfere no modo de proceder dos homens. O conceito de potência atravessa as discussões sobre ontologia e política de forma muito singular no pensamento espinosista. Tendo isso em vista, conduziremos a discussão acerca da potência para as questões do nível modal, ou seja, para a questão da perseverança como essência do modo finito homem e a teia afetiva à qual ele está submetido. O objetivo do terceiro capítulo é expor o que Espinosa apresenta ao final do Tratado Teológico-Político, que é onde ele apresenta de forma mais direta sua liberal proposta de condução política. Além disso, também direcionaremos nossa atenção aos livros IV e V da Ética. Primeiro, mostraremos a possibilidade de liberdade institucional enxergada pelo filósofo e, depois, mostraremos como a Ética aponta para um tipo de liberdade que não pode ser alcançada por outro meio que não seja o esforço individual de buscar conhecimento e virtude.
<p>MOREIRA JÚNIOR, Miécimo Ribeiro. <b>Bento de Espinosa</b>: política liberal e ética libertina. Dissertação de Mestrado. Seropédica (RJ): Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016, p.vi.</p>					

Fonte: elaboração própria.

### Quadro 04: Bibliografia anotada de Claudia Ferreira dos Santos

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
4	2013	Claudia Ferreira dos Santos	Unidade e diversidade no espinosismo: o atributo como infinita expressividade da substância única	Espinosa Deus Atributo Essência Expressão Natureza	O que é o atributo? Qual é a relação entre atributo e Deus? O atributo é essência de Deus? O intelecto humano pode alcançar a essência de Deus? De que maneira infinitos atributos realmente diversos constituem a essência dividida? Deus pode ser dito ao mesmo tempo uno e diverso? Para responder a estas questões, investigaremos não só os conceitos de Deus, de atributo, de essência, de unidade e diversidade presentes na <i>Ética</i> de Espinosa, mas também examinaremos a maneira como o filósofo holandês dialoga, a partir de tais conceitos, com a tradição escolástica, de modo especial, com Tomás de Aquino.
SANTOS, Claudia Ferreira dos. <b>Unidade e diversidade no espinosismo: o atributo como infinita expressividade da substância única.</b> Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.					

Fonte: elaboração própria.

### Quadro 05: Bibliografia anotada de Marcio Francisco Teixeira de Oliveira

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
5	2014	Marcio Francisco Teixeira de Oliveira	O Deus de Espinosa: substância una ou múltipla? Um estudo sobre a possibilidade do monismo	Metaphysics Spinoza Monism Substance Attribute Spinoza, Baruch de, 1632-1677 Metafísica Espinosa Monismo Substância Atributo	Esta pesquisa terá como objetivo compreender a tese do monismo, isto é, a tese de que existe uma única substância cuja unidade é garantida pela compatibilidade entre sua natureza absolutamente infinita e a multiplicidade real dos seus infinitos atributos. Mas o monismo não é aceito por todos os intérpretes como não problemático, o que, se comprovado, levaria o sistema de Espinosa à ruína. No primeiro capítulo, através da crítica de um destes intérpretes, Ferdinand Alquié, será colocado o problema do monismo. De acordo com este intérprete, Espinosa não consegue estabelecer racionalmente a possibilidade da substância absoluta. Veremos que, não conseguindo conceber como os infinitos atributos podem constituir a essência de uma substância que seja única, Alquié conclui que a tese do monismo é incompatível com a estrutura argumentativa do primeiro livro da <i>Ética</i> . Após a exposição do problema do monismo apresentado a partir de Alquié, será realizada uma tentativa de resgatar a coerência interna da obra de Espinosa. Este estudo visará explicitar os conceitos de substância e atributo, procurando acompanhar as duas etapas da construção do monismo ao longo das onze primeiras proposições da <i>Ética</i> , a saber: (1) a prova de que há uma única substância por atributo; (2) a prova de que há uma única substância para todos os atributos. Para avançar na compreensão dos problemas ontológicos envolvidos na construção do monismo, e de como a posição de Espinosa só pode ser compreendida a partir de uma transformação profunda dos conceitos herdados do cartesianismo, a pesquisa privilegiará as interpretações magistrais propostas por Martial Gueroult (Spinoza, I, Dieu; Aubier-Montaigne, Paris, 1968) e Gilles Deleuze (Spinoza et le problème de l'expression; Les Editions de Minuit, Paris, 1968). Estes intérpretes realizam cada um ao seu modo uma genealogia da substância absolutamente infinita e apresentam soluções que permitem pensar a tese do monismo como coerente. Estas soluções serão apresentadas e avaliadas para que se saiba em que medida elas conseguem expor o problema do monismo e solucioná-lo de maneira plausível.
OLIVEIRA, Marcio Francisco Teixeira de. <b>O Deus de Espinosa: substância una ou múltipla? Um estudo sobre a possibilidade do monismo.</b> Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014, p.vii.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 06: Bibliografia anotada de Rafael dos Santos Monteiro**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
6	2017	Rafael dos Santos Monteiro	Unidade entre mente e corpo na experiência afetiva em Espinosa	Afetos Atributos Corpo Experiência Mente	Sendo o corpo e a mente, respectivamente, modos dos atributos pensamento e extensão, a experiência mental e a corpórea devem desenvolver-se tal como estes atributos constituem e exprimem a natureza da substância única, ou seja, sem qualquer relação causal entre eles e seguindo uma mesma ordem de sucessão e conexão de causas e coisas. Na ausência de um mecanismo que explique a relação entre mente e corpo por qualquer tipo de interação direta, a questão reside em como compreendermos a unidade de uma essência expressa em duas realidades diferentes, no caso do homem, e em infinitas, no caso de Deus, sem estarem estas apartadas, mas reunidas na atualidade autoprodutora da substância. Esta dissertação visa, enfim, tratar da unidade da mente e do corpo em Espinosa e da maneira como ela pode ser melhor compreendido através da ciência espinosana dos sentimentos humanos. Com isto, pretendendo ir além da unidade em termos ontológicos, visaremos investigá-la na igualdade entre mente e corpo tal como eles se mostram em uma experiência afetiva determinada.
MONTEIRO, Rafael dos Santos. <b>Unidade entre mente e corpo na experiência afetiva em Espinosa</b> . Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p.x.					

Fonte: elaboração própria.

### Quadro 07: Bibliografia anotada de Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
7	2017	Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz	Sociedade e multiplicidade: por uma política não teológica, pela potência da multidão.	Spinoza, política, teologia, filosofia.	<p>Este trabalho tem como objetivo principal investigar os fundamentos da política no pensamento de Baruch de Spinoza. Tendo como força impulsora uma problemática histórica e atual no Brasil, ou seja, a relação entre as teologias e a política. Considerando esses apontamentos, intenciona-se percorrer os argumentos apresentados por Spinoza, vendo como esse, em sua análise da constituição política apresenta uma compreensão do poder político em que o Estado não tenha como suporte e legitimação nenhum poder transcendente, mas sim, que a sua constituição se dê a partir daquilo que é imanente ao campo político e social. Para Spinoza, a Teologia e a filosofia se contrapõem radicalmente, a primeira visa apenas a obediência e a servitude no campo político, enquanto a segunda tem como fim libertar os indivíduos do medo e possibilitar condições para que possam preservar suas vidas. Dessa forma, a legitimação do campo filosófico servirá de fundamento para o poder político, assim como, para a constituição do Estado em que ambas surgem a partir de uma série de desconstruções dos alicerces do poder Teológico-Político. Dentre essas desconstruções, nos referimos àquelas que correspondem a origem dos preconceitos e superstições, ou seja, a concepção finalista da natureza; também é desfeita aquela referente ao imaginário teológico, principalmente naquilo que condiz com a ideia de um Deus dotado de intelecto e de uma vontade criadora, e deste modo, consequentemente aquela que possibilita a legitimação de governantes e da soberania, isto é, as premissas da separabilidade e a transcendência do poder político em relação ao campo social. Dito isso, o pensamento político-filosófico de Spinoza configura-se, primeiramente, a partir de uma nova concepção de Deus, sendo essa puramente realista, como única substância que efetua-se e que possui sua efetuação em modos singulares pela Natureza inteira, em um plano imanente a ela, ou seja, Deus sive Natura, e a partir da potência (Potentia) de Deus(natureza) que concretiza-se no real através do conatus – um esforço de perseveração existencial de todas as coisas – é que torna possível pensar tanto a política quanto o direito, somente desta forma a teoria jusnaturalista com traços do poder Teológico-Político cede lugar a um jusnaturalismo radical e imanente onde é demonstrado um desenvolvimento espontâneo de força política e comunitária, cuja necessidade de mediação exterior é desnecessária. Spinoza tem uma perspectiva realista, que tem como característica o uso da razão apenas como possibilidade e não como fundamento, e dessa forma, a partir da história das sociedades humanas concebe o desenvolvimento político possuindo uma característica comum: as paixões. A utilidade da formação social é necessária a conservação de todos os indivíduos, por isso o grande desafio da política seria uma instituição para seres racionais ou cegos desejantes, esta constituição se faz a partir da cooperação existente entre eles, que possibilitam o surgimento da Multidão (multidão), ou, potência coletiva, que surge como um novo sujeito político, que de acordo com os regimes políticos pode ter maior ou menor participação no poder. Dentre os regimes, destaca-se a democracia como a forma que mais se aproxima da natureza humana, configurando-se como o mais natural dos regimes, em que todos possam governar em vez de serem governados, somente dessa forma se constitui o "Estado absoluto" (absolutum imperium). Nesta concepção política "subversiva" vemos o surgimento do direito de Cidade e das instituições políticas em contraposição as virtudes morais dos governantes. Sendo assim, constata-se a necessidade de um Estado laico, não só para a liberdade dos indivíduos, mas para a preservação do próprio Estado, e ao fim, da conservação da paz e da comunidade.</p>

CRUZ, Pedro Augusto Dinelli Garcia. **Sociedade e multiplicidade**: por uma política não teológica, pela potência da multidão. Dissertação de Mestrado. Seropédica (RJ): Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017, p.vii.

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 08: Bibliografia anotada de Luiz Carlos Braga**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
8	2015	Luiz Carlos Montans Braga	Trama afetiva da política: uma leitura da filosofia de Espinosa	Afetos Direito natural Política Espinosa Direito crítico Affects Natural right Politics Spinoza Critical legal studies	O problema do qual partiu a pesquisa foi o da relação entre afetos, política e direito na filosofia de Espinosa. Com efeito, a Ética III é o local em que os afetos são tomados como tema específico. Ocorre que o tema dos afetos aparece também, mais ou menos explicitamente, nos textos exclusivamente políticos do autor, a saber, o Tratado Teológico-político e o Tratado-político, além de ser apresentado brevemente em momentos da argumentação da Ética IV em que a questão da civitas é posta. Outro ponto é a presença do conceito de potência na definição mesma do conceito de afeto, na parte III da Ética, fechando-se o círculo em que se apresentam os três conceitos, pois Espinosa identifica direito a potência ( <i>jus sive potentia</i> ). A hipótese inicial foi a da existência de laços e intersecções entre tais conceitos, o que se confirmou pela leitura em detalhe dos textos espinosanos, bem como dos comentadores que trabalharam os temas apresentados no problema inicial. O núcleo duro da tese procura alinhar esta relação conceitual, explicitando-a por meio da análise dos textos do autor, especialmente a Ética, o Tratado Teológico-político e o Tratado-político. Neste movimento argumentativo, a principal tese que procuro defender é a de que Espinosa constrói uma filosofia política fundada na teoria dos afetos. Decorre desta tese uma elaboração (não uma segunda tese) acerca do tema da pertinência dos conceitos espinosanos para o direito emancipatório contemporâneo. Assim, o caminho percorrido em todo o trabalho tem dois movimentos, um mais bem acabado e decorrente do projeto inicial, o qual procura resolver a questão lá posta, e outro mais caracterizado por apontamentos, trazendo os conceitos espinosanos para a análise de questões jurídicas contemporâneas. Esse segundo momento da tese se debruça sobre o tema da pertinência do conceito de direito natural espinosano para o direito contemporâneo, bem como analisa a importância dos conceitos do autor para dar potência a uma das vertentes do direito crítico
BRAGA, Luiz Carlos Montans. <b>Trama afetiva da política: uma leitura da filosofia de Espinosa</b> . Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015, p.v.					

Fonte: elaboração própria.



### Quadro 09: Bibliografia anotada de Adriana Barin de Azevedo

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
9	2013	Adriana Barin de Azevedo	A intuição clínica: entre Espinosa e Deleuze	Clínica Espinosa Deleuze Potência singular Deligny Clínic Spinoza Deleuze Singular power (potentia)	Este trabalho se propõe mostrar um modo de pensar e fazer clínica inspirado na filosofia de Benedictus de Espinosa e Gilles Deleuze. Nossa leitura da filosofia de Espinosa acontece especialmente pela maneira como Deleuze a apresenta. Com estes autores, podemos falar de uma clínica que se ocupa do acolhimento, do cuidado, do tratamento de um indivíduo, a partir da pergunta por aquilo que ele pode. Por este caminho, percebemos que nenhum indivíduo vive a mesma variação afetiva, já que se trata sempre de uma experiência singular. Para Espinosa, o indivíduo é uma potência singular, que varia através das situações de sofrimento e de contentamento. Mesmo em um mínimo de potência, mesmo tomado de tristeza, um indivíduo é sempre perfeito, ou seja, nada lhe falta. Estes autores nos alertam que a ideia de falta está ligada a interpretações e classificações que são fruto de nossa imaginação, a qual compreende os afetos de maneira abstrata. Para mostrar este processo, nos aproximamos da experiência de Fernand Deligny em seu trabalho com crianças autistas. Este autor acolhe essas crianças sem compreender a sua condição autista, marcada pela ausência de linguagem, como uma limitação. Ele se interessa pelos gestos e trajetos que expressam aquilo de que estas crianças são capazes. Em seu trabalho ele traz o conceito de rede, como aquilo que permite aos corpos participarem de um mesmo plano comum. Compreendemos que esta concepção de rede ressoa àquilo que Espinosa chama de viver sob a condução da razão, já que o que é racional para este autor, diz respeito a um encontro de acolhimento em um plano comum de composição. A clínica envolve este tipo de conhecimento racional, e além deste, um conhecimento intuitivo, que permite compreender um indivíduo em sua potência singular, ou seja, naquilo em que ele pode se compor com todos os outros. Tratamos deste tipo de experiência clínica em uma situação de ensino-aprendizado, em que um grupo de professores nos mostra um modo de tecer uma rede através da invenção de práticas de formação. Neste processo, tanto professores quanto alunos aprendem a respeito da própria potência singular
AZEVEDO, Adriana Barin de. <b>A intuição clínica:</b> entre Espinosa e Deleuze. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013, p.vii.					

Fonte: elaboração própria

**Quadro 10: Bibliografia anotada de Juarez Lopes Rodrigues**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
10	2019	Juarez Lopes Rodrigues	O império da razão: os caminhos do tornar-se ativo em Espinosa	Espinosa Liberdade Ordem comum Ordem necessária Razão Tornar-se ativo	O projeto tem como objetivo explicitar a lógica do tornar-se ativo no labirinto em que consiste a busca da liberdade ou felicidade na Ética de Espinosa. O desafio é encontrar a potência própria aos seres humanos para sair de sua passividade e produzir a atividade. A problemática principal que envolve esse desafio é entender como um modo finito pode tornar-se ativo numa filosofia em que impera a determinação e a atualidade. A nossa hipótese é de que há uma via de possível apropriação de potência para aqueles que integram a Natureza num processo contínuo de formação das noções comuns e ideias adequadas. Entretanto, para tal empresa, deverá emergir um discurso do possível na filosofia de Espinosa através da ideia de modelo de natureza humana. Por meio desse discurso, a interpretação e compreensão do agir exige uma conciliação entre a ordem comum e necessária da Natureza. Portanto, a passagem e distinção entre a passividade da imaginação e a atividade da Razão serão problematizadas. O presente trabalho tem como objetivo final distinguir as ações do sábio em sua busca da liberdade e felicidade e do ignorante em sua permanência na passividade e escravidão dos afetos. Essa distinção se resume na possibilidade do sábio servir-se do império da razão em detrimento da alienação da imaginação.
RODRIGUES, Juarez Lopes. <b>O império da razão</b> : os caminhos do tornar-se ativo em Espinosa. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019, p.ix.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 11: Bibliografia anotada de Giorgio Gonçalves Ferreira**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
11	2015	Giorgio Gonçalves Ferreira	De sensatio a affectus: a genealogia do pensamento de Espinosa sob a ótica da relação corpo-mente	Espinosa; corpo e mente; sentidos e sensações; afeto; imaginação.	É comum os comentadores de Espinosa transporem para o TIE e o KV, que são textos da juventude, a negação da relação de causalidade entre corpo e mente enunciada em sua obra da maturidade, a <i>Ética</i> . Nesta medida o objetivo da presente tese é, na contramão da tradição, evidenciar que tal transposição não se sustenta, não apenas porque o TIE e o KV se apóiam, por diversos momentos, em uma relação de causalidade entre corpo e mente, como também, em outros momentos, a esta causalidade buscam oferecer sustentação. Trata-se, também, de evidenciar que a negação da causalidade entre corpo e mente enunciada na <i>Ética</i> não se constitui como uma evolução de um pensamento enunciado na juventude, mas, mais que isso, como uma ruptura. Neste sentido buscamos evidenciar tal ruptura indicando, no pensamento de Espinosa, a presença de dois arcabouços teóricos empregados para pensar a relação do corpo com a mente. O primeiro é pautado em noções como sensações, sentido comum, espíritos animais e em uma relação inversa entre corpo e mente: a ação em um implica em padecimento no outro. O segundo arcabouço teórico se faz com noções tais como imagem, imaginações, afecções, afeto, o conatus concebido enquanto essência do homem, e uma relação direta entre corpo e mente: a ação em um é ação no outro, e vice-versa. Ademais, mostramos como o primeiro arcabouço teórico não só é coerente com as primeiras obras, como também há um esforço do autor para fundamentá-lo; e, por outro lado, o segundo arcabouço teórico não apenas emprega noções ausentes nas primeiras obras, como também é incompatível com diversas passagens das mesmas. Metodologicamente o trabalho se apóia na noção de genealogia trazida por Nietzsche, e, neste sentido, evitamos colocar o pensamento da maturidade como causa da gênese das obras juvenis. Também pautados nesta noção de genealogia, mais do que dissolver os desvios e os conflitos em uma estrutura, buscamos compreender suas causas e seus motivos. Isto que nos permitiu evidenciar a gênese histórica dos conceitos a partir dos problemas que eles se propõem a resolver, sem, contudo, negar os embates contidos em tal gênese, ou seja, sem negar a sua história efetiva
FERREIRA, Giorgio Gonçalves. <b>De sensatio a affectus</b> : a genealogia do pensamento de Espinosa sob a ótica da relação corpo-mente. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2015, p.x.					

Fonte: elaboração própria.

### Quadro 12: Bibliografia anotada de Mara Lafourcade Rayel

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
12	2016	Mara Lafourcade Rayel	A potência dos afetos diante das urgências tecnocomunicacionais do capitalismo e a invenção de outros possíveis	Conatus Afecção Afeto Affection Affect Communication	Tendo por base a obra <i>Ética</i> , escrita no século XVII pelo filósofo Baruch de Espinosa, e o pensamento de Gilles Deleuze, filósofo do século XX, este trabalho pretendeu investigar o que pode o ser humano em face do mundo capitalista e do seu universo tecnodigital de conexões, de comunicação e de fruição. Nosso objetivo foi o de destacar os conceitos demonstrados na <i>Ética</i> em composição com as formulações dos pensadores e críticos da sociedade capitalista contemporânea – tais como Jesús Martín-Barbero, Roy Wagner, Félix Guattari, Mauricio Lazzarato, Manuel Delgado, Eduardo Viveiros de Castro, Paul Zumthor, e Amálio Pinheiro. Nossa principal indagação foi: em que circunstâncias o conatus – tendência a perseverar na existência –, tornado consciente em decorrência das afecções sofridas pelo corpo e pela mente (SPINOZA, 2007; DELEUZE, 2002), tem efetivas condições de se afirmar de modo diferenciante diante da visão hegemônica de mundo disseminada nos meios de comunicação? Nossa hipótese: apesar da percepção forçosamente passiva desse conatus/desejo, que opera em uma variação contínua, movida por afetos ora de tristeza ora de alegria, algo resiste e inventa modos novos de relação. Assim, embora submetido a essas variações e formando ideias inadequadas, o ser humano encontra maneiras de reagir e de criar nas suas relações com o capitalismo. Apontamos como as paixões alegres podem contribuir e apresentar saídas diferentes daquelas do modelo de mundo único em circulação nas sociedades capitalistas do Ocidente (LAZZARATO, 2006). Pautamo-nos pela concepção de que as relações se dão de modo imanente e não entre sujeitos mas entre estados afetivos individuantes (DELEUZE, 2002). Apoiados na <i>Ética</i> , defendemos o conhecimento da potência dos afetos como meio de empreender um esforço da razão a fim de selecionar os afetos de alegria, responsáveis pelo aumento da potência de agir (SPINOZA, 2007). Nosso método procurou se orientar pela identificação de movimentos de resistência e de invenção nas explanações dos autores contemporâneos mencionados. O corpus deste trabalho se organizou como um diálogo entre a <i>Ética</i> e tais autores, sempre orientado pela necessidade de trazer o corpo e os afetos de alegria como protagonistas de nossas análises
RAYEL, Mara Lafourcade. <b>A potência dos afetos diante das urgências tecnocomunicacionais do capitalismo e a invenção de outros possíveis</b> . Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 13: Bibliografia anotada de Altair de Souza Carneiro**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
13	2013	Altair de Souza Carneiro	Deleuze & Guattari: uma ética dos devires	Devir Ética Política Experimentação Deleuze Devenir Éthique Politique Expérimentation Guattari	Esta dissertação investiga a ética dos devires presente nas obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Em um primeiro momento aborda a Filosofia Prática criada pelos referidos filósofos; destaca o privilégio que é dado ao movimento ao invés do repouso, à variação contínua em detrimento da forma determinada e da estrutura, aos vazamentos que sempre estão em vias de dissolver a organização e a estabilidade das estruturas enrijecidas, ao indefinido sobre o já acabado, à primazia do informal e ilimitado sobre o equilíbrio das formas e a medida dos limites; também aborda os pares conceituais nomadismo e sedentarismo, desterritorialização e território, molecular e molar. A fim de mostrar que esta ética dos devires está diretamente relacionada com uma política da existência, a segunda parte da pesquisa recorre aos procedimentos artísticos teatral de Carmelo Bene e literário de Franz Kafka, os quais funcionam como ferramentas para a criação do conceito de menor, o qual é imprescindível para a invenção do conceito de devir, uma vez que todo devir é menor. Por fim, no terceiro capítulo, é apresentada uma tipologia dos devires que afirma a imanência da existência; tipologia produzida sem pretensão de universalidade, porque não se trata de uma representação para todos, nem com ambição essencialista, pois não afirma que estes tipos sejam uma essência para todos, menos ainda que sejam os únicos componentes de uma tipologia dos devires; os tipos escolhidos tiveram como critério a maior insistência na obra dos filósofos, e são eles que, na perspectiva desta pesquisa, possibilitam a efetivação de uma ética dos devires, quais sejam: devir-mulher, devir-criança, devir-animal, devir-revolucionário e devir-imperceptível. A pesquisa foi produzida no âmbito do Projeto Escrita: um modo de ler-escrever em meio à vida do Observatório da Educação/CAPES/INEP-2010 realizado concomitantemente na UFRGS, na UNIOESTE, na UFPel e na UFMT, o qual tem como referencial teórico a Filosofia da Diferença e ocupa-se de fazer do pensamento o próprio caminho de sua produção; através de percursos desconhecidos e abertos traça desvios e opera rupturas com o já sabido e legitimado como verdades instituídas; pensamento este que opera orientado por uma política e uma ética dos devires, em que a criação é imprescindível para rebater os fenômenos de imitação e de padronização produzindo modos de vida inauditos.
CARNEIRO, Altair de Souza. Deleuze & Guattari: uma ética dos devires. Dissertação de Mestrado. Toledo-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013, p.x.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 14: Bibliografia anotada de Lourenco da Silva Queiroz**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
14	2019	Lourenco da Silva Queiroz	Para uma cartografia da servidão inconsciente em o anti-Édipo de Deleuze e Guattari	Deleuze. Guattari. Desejo. Inconsciente. Servidão. Esquizoanálise.	Maio de 68 marcou profundamente o contexto político que mobilizou a criação de O anti-Édipo. Mais do que um evento histórico, no qual se pode entrever determinismos e causalidades, Deleuze e Guattari afirmam que maio de 68 pertence à ordem de um acontecimento puro. Trata-se de um acontecimento político que abre um novo campo de possíveis, novas possibilidades de vida que implicam, por sua vez, uma mutação afetiva, uma nova perspectiva dos intoleráveis da vida social. No entanto, ante os aspectos que assumiram os eventos políticos pós-68, o diagnóstico dos autores era assertivo: o campo de possíveis foi continuamente fechado não apenas por forças reacionárias e fascistas, mas também pelas organizações ditas de esquerda. O desejo revolucionário das massas foi traído e reprimido também pelas organizações e os homens que supostamente as representavam. Mas por que as massas se deixaram reprimir e enganar? Por que foram contra seus próprios interesses e abortaram uma revolução que parecia iminente? Nesse horizonte, O anti-Édipo tem como ponto de partida e fio condutor a interrogação levantada por Espinosa: por que os homens são levados a lutar por sua servidão como se fosse por sua liberdade? A presente pesquisa busca cartografar as linhas que compõem o problema da servidão voluntária, desde sua formulação por La Boétie, no século XVI, passando por Espinosa e Reich, até chegar ao coração de O anti-Édipo, em que o problema se coloca em termos de uma servidão inconsciente. Nesse intento, procuramos deslindar como Deleuze e Guattari se situam para além do freudomarxismo, a fim de criar uma nova concepção de desejo inconsciente, que implica uma redefinição do materialismo a partir da categoria de produção desejante. Esta prospecção inicial permite mostrar como os autores constroem uma perspectiva sobre a servidão inconsciente, baseada numa crítica da economia político-libidinal das formações sociais. Crítica indissociável de uma sintomatologia dos coeficientes de afinidade entre os regimes desejante e social de uma única e mesma produção. A ramificação desse circuito conceitual enfatiza o papel do recalçamento originário e da montagem dos sistemas de repressão-recalçamento como operadores fundamentais para a problematização da servidão em O anti-Édipo. Por fim, procuramos esboçar alguns elementos da dimensão ético-política inerente ao programa crítico esquizoanalítico, no tocante ao combate à servidão inconsciente.

QUEIROZ, Lourenco da Silva. **Para uma cartografia da servidão inconsciente em o anti-Édipo de Deleuze e Guattari**. Dissertação de Mestrado. Guarulhos-SP: Universidade Federal de São Paulo, 2019, p.x.

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 15: Bibliografia anotada de Adriana Muniz Dias**

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
15	2017	Adriana Muniz Dias	Uma ética da experimentação: Deleuze, Guattari e Proust no combate ao sistema de juízos	Ética Experimentação Modos de existência Escrileituras Ensino de Filosofia Éthique Expérimentation Moyens d'existence Écrilectures Enseignement de philosophie	Esta dissertação propõe a busca por respostas para a seguinte questão: como pensar a si mesmo, sobre o próprio pensamento e potencializar-se combatendo o sistema de juízos para produzir novos modos de existência? A saída encontrada para este problema é a de uma ética da experimentação, afirmada pela filosofia de Deleuze e Guattari, cruzando seus pensamentos com a literatura de Marcel Proust e as experimentações do Projeto Escrileituras: um modo de ler-e-escrever em meio à vida. Primeiro, trata-se do combate entre a ética e a moral no pensamento deleuziano. Enquanto a moral põe a vida em servidão, a ética, como experimentação, torna possível a produção de novos processos de subjetivação que permitem a produção de regras facultativas, as quais poderão guiar o modo de existência desejado, pautadas no critério de uma vida potente. O Ensino de Filosofia é concebido também como uma experimentação e pensado com as ferramentas conceituais da filosofia da diferença na educação, por meio do Projeto Escrileituras. Uma segunda tarefa, é a de apresentar, a partir da leitura deleuziana da obra Em busca do Tempo Perdido, a Recherche, o caso Proust como uma experimentação ética na literatura. A partir da maquinaria proustiana evidencia-se a preocupação, tanto de Proust quanto de Deleuze, com a criação de processos de subjetivação para liberar o pensamento das amarras da abstração, de uma transcendência que impede a vida. Também o Projeto Escrileituras é apresentado como uma maquinaria, um caso de invenção de processos de subjetivação, experimentação. Como terceira tarefa, apresenta-se a inversão operada no Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1, acerca do inconsciente, o qual passa a ser compreendido como fábrica e o desejo como produção. Estabelece-se uma relação entre a loucura tratada na obra de Proust e o processo esquizo, do modo como é pensado por Deleuze e Guattari. Através de personagens da Recherche, se mostra como Proust os faz escaparem da subjetividade, em prol de intensidades que se dão em agenciamentos coletivos: Marcel como corpo sem órgãos, Albertine e Charlus como devir louco. Toma-se, por fim, o sentido de experimentação como processo de retirar-se, viajar para o lugar que Deleuze e Guattari chamam de "deserto", experimentação de si mesmo, intensidade de fluxos, linhas moleculares capazes de fazer sentir de outras maneiras e com força suficiente para operar diferentes modos de existir, escapando do sistema de juízos.
DIAS, Adriana Muniz. <b>Uma ética da experimentação</b> : Deleuze, Guattari e Proust no combate ao sistema de juízos. Dissertação de Mestrado. Toledo-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2017, p.vii.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 16: Bibliografia anotada de César Augusto Savazzoni**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
16	2012	César Augusto Savazzoni	Subjetividade e e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma psicologia.	Devir Esquizoanálise Produção de subjetividade Psicologia Singularidade	<p>O presente trabalho teve como objetivo inicial abordar a questão da subjetividade considerando de um lado, este problema em relação à psicologia, e num segundo momento a discussão sobre a (produção de) subjetividade e devir desenvolvida na obra Deleuze e Guattari (Mil Platôs). Trata-se de entender como é possível articular a crítica dos processos de subjetivação, tal como a realizada pelos autores, com uma ideia de subjetividade, sem com isso desembocar numa psicologia do sujeito. Isto é, que subjetividade é essa, que não se confunde com suas estratificações, e que parece antes a possibilidade de uma vida, sem ser por isso uma subjetividade transcendental, mas um campo de imanência como afirmam os autores? Para respondermos esta questão, consideramos inicialmente o problema da subjetividade tal como ele emerge na psicologia, em razão de seus percursos teórico metodológicos, para num segundo momento - sob o viés dos agenciamentos e dos devires - discutirmos a questão da produção de subjetividade e os processos de singularização. De um lado, temos os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação, que articulando formal e substancialmente conteúdo e expressão atuam dimensionando o campo da experiência: os dispositivos. Por outro lado, temos os devires ou afectos, enquanto linhas de fuga que arrastam a subjetividade para zonas relacionais indiscerníveis que fazem vacilar o Eu na impessoalidade do Acontecimento. Portanto, é no campo das singularidades pré-individuais, nas relações entre forças que se compõe a experiência para além dos limites do perceptível. Ou seja, é a partir do entre-jogo das forças que se esboça a ideia de uma subjetividade (empírico-transcendental), simultaneamente: produto das relações de forças, e o próprio campo de forças que torna possível toda a relação entre as forças. Partindo desta perspectiva, cabe à psicologia fazer a cartografia dos afetos que são imanes à constituição da subjetividade, segundo a qualidade das linhas (duras, maleáveis ou de fuga) e seus graus de intensidade. Não se trata de conceber uma teoria do sujeito, enquanto subjetividade substancializada no Eu, à moda da idade da representação. Para pensar em uma subjetividade livre do sujeito necessitamos pensá-la sobre o plano de composição das forças que tornam possível sua própria vida, forças estas sempre imanes à própria experiência sensível com o mundo: hecceidades. O plano de imanência constitui o elemento genealógico da produção do real e que pode ser estudado sinteticamente por uma psicologia levando em conta as conexões, disjunções e conjunções que aí operam. Concluímos acreditando que essa discussão com Deleuze e Guattari poderá contribuir para com a psicologia, abrindo novas veredas, no sentido alçar luz sobre os processos que chamamos de subjetivação-dessubjetivação, tomados por nós como elementos-chave para uma análise da produção de subjetividade no mundo capitalista contemporâneo.</p>
<p>SAVAZZONI, César Augusto. <b>Subjetividade e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari</b>: contribuições para uma psicologia. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto-SP: Universidade de São Paulo, 2012, p.viii.</p>					

Fonte: elaboração própria



**Quadro 17: Bibliografia anotada de Lou Guimarães Leão Caffagni**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
17	2017	Lou Guimarães Leão Caffagni	Entre Deleuze, Guattari e o currículo: uma cartografia conceitual (2000-2015)	Cartografia Currículo Deleuze Guattari	Nesta tese, apresenta-se uma cartografia de conceitos, tomados de Deleuze e Guattari ou criados a partir da influência da filosofia da diferença, utilizados em ensaios, artigos e entrevistas publicados entre 2000 e 2015, para discutir o problema do currículo. Investigar-se-ão todos os textos publicados, nesse período, em vinte revistas acadêmicas da área da Educação, classificadas nos estratos A1 e A2 do sistema Qualis, que citam ou fazem referência a Gilles Deleuze e/ou Félix Guattari ao menos uma vez. A análise acompanha as diversas linhas de pesquisa que compõem o campo de pesquisa da filosofia da diferença no currículo. Para tanto, foi necessário abordar aspectos de diversas outras áreas relacionadas, tanto à filosofia quanto ao currículo, como a filosofia da educação, a teoria do ensino, a linguagem, a escrita acadêmica, as ciências e as artes. Por conseguinte, a investigação orientase segundo o problema do modo de produção e conexão dos conceitos apresentados com o objetivo de responder aos seguintes questionamentos: como se utilizaram os conceitos deleuze-guattarianos no campo curricular? Quais foram os conceitos inventados a partir desse encontro entre a filosofia da diferença e a educação? De que modo esses conceitos se propõem a modificar a forma de pensar, de pesquisar e de escrever na pesquisa sobre currículo? Quais são os efeitos da crítica à representação e ao sujeito no modus operandi da pesquisa? E, por fim, quais são os limites dessa crítica deleuze-guattariana ao currículo? A metodologia adotada, a cartografia conceitual, estuda as linhas de composição de um determinado campo discursivo, afetivo, social ou político. Neste estudo, a análise orientase pelos princípios de conexão, heterogeneidade, de singularidade e pelo caráter experimental, buscando-se expor como os diferentes conceitos e linhas de pesquisa intervêm em um conjunto de campos de problematização. A cartografia tem início com a apresentação dos principais aspectos da filosofia de Deleuze e Guattari, em especial as noções de conceito e de filosofia que condicionam a análise, segue com a exposição dos resultados quantitativos da pesquisa e com a introdução dos elementos mais importantes da crítica ao currículo influenciada pela filosofia da diferença; em seguida, mapeia-se a produção conceitual nas 9 pesquisas que relacionam currículo, cultura, território, imagem e filosofia da diferença; no quinto capítulo são apresenta das duas discussões em torno da escrita: a primeira diz respeito aos excessos da escrita acadêmica influenciada por Deleuze e Guattari e a segunda se refere ao debate em torno da literalidade e do aprendizado. Pondera-se, finalmente, que, apesar das inúmeras contribuições ao campo, a pesquisa sobre currículo e filosofia da multiplicidade possui alguns pontos frágeis, destacando-se a oposição binária que estrutura o pensamento a partir das dimensões opostas: o controle, a modernidade e a ciência, de um lado, e o rizoma, a liberdade, p pós-modernidade e a criação, do outro. Tal contraposição levará alguns autores a proporem uma educação sem prescrições, baseada na inovação e na diferença. Argumenta-se que a negação de um dos polos do acontecimento educacional não resolve bem o problema das disciplinas e do conhecimento.
CAFFAGNI, Lou Guimarães Leão. <b>Entre Deleuze, Guattari e o currículo: uma cartografia conceitual (2000-2015)</b> . Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017, p.viii.					

Fonte: elaboração própria.

### Quadro 18: Bibliografia anotada de Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
18	2017	Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga	Do comportamento político à psicologia política no Brasil: a história da psicologia política vista pelos participantes da Associação Brasileira de Psicologia Política	Psicologia política - Brasil Associação Brasileira de Psicologia Política Relacionamento acadêmico Political psychology - Brazil Brazilian Association of Political Psychology	O objetivo principal deste estudo foi apresentar a trajetória da Psicologia Política no Brasil vista a partir de seus precursores e demais participantes. Tais personagens foram divididos em três gerações de pesquisadores considerando o grau de relacionamento acadêmico. As principais fontes de dados para tecer esse estudo foram investigação documental, entrevistas e genograma construído a partir de dados da Plataforma Lattes. Como procedimento investigativo trabalhamos a partir da história oral temática com a qual pudemos combinar as fontes escritas do conjunto documental (atas, cadernos, revistas, anais) com fontes orais (entrevistas). Os resultados da pesquisa apresentam como os personagens das três gerações examinadas consideram o desenvolvimento da Psicologia Política no Brasil num período de 16 anos
VEIGA, Maria Aparecida Cunha Malagrino. <b>Do comportamento político à psicologia política no Brasil</b> : a história da psicologia política vista pelos participantes da Associação Brasileira de Psicologia Política. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 19: Bibliografia anotada de Jean Costa Santana**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
19	2019	Jean Costa Santana	Psicologia política, marxismo e América Latina	Psicologia política Capitalismo América Latina Marxismo	Este trabalho tem como objetivo dissertar sobre as contribuições do marxismo à Psicologia Política desenvolvida na América Latina, para isso há uma contextualização do nascimento do modo de produção capitalista, sua expansão mundial, e a conseqüente divisão internacional do trabalho que trouxe conseqüências específicas ao continente latino-americano. Para essa proposta, partimos do referencial teórico marxista, cujo método — materialismo histórico-dialético — nos possibilitou analisar uma realidade histórica e ontológica, bem como normas político-jurídicas para ordenar relações entre classes como na sociedade classista capitalista. Sendo assim, inicialmente, empreendemos esforços para descrever o nascimento da Psicologia Política ante uma análise histórica da ascensão de novas forças produtivas que possibilitaram o nascimento de novas ideologias conforme a racionalização de interesses estabelecidos pela nova classe dominante burguesa. Em um segundo momento, buscamos descrever a história do nascimento da Psicologia Política latino-americana. Para esse fim, apresentamos as conseqüências da expansão mundial do capitalismo-imperialista que explorou da América Latina seus recursos humanos, naturais e materiais, e a partir dessa realidade histórica, tentamos descrever a Psicologia Política latino-americana como Psicologia Política crítica que sob a racionalidade político-jurídica burguesa, buscou formas de emancipação social. Em uma terceira parte, desenvolvemos a perspectiva teórica, crítica e revolucionária do marxismo — como resposta concreta à necessidade geopolítica da América Latina. Nesse sentido, colocamos o marxismo como expressão histórica e ontológica da América Latina, e destacamos que suas contribuições são indissociáveis de uma Psicologia Política latino-americana que almeje, de fato, não só a emancipação política, mas, sobretudo, a luta pela transformação social e a revolução do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista.
SANTANA, Jean Costa. <b>Psicologia política, marxismo e América Latina</b> . Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019.					

Fonte: elaboração própria.

### Quadro 20: Bibliografia anotada de Enzo Banti Bissoli

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
20	2018	Enzo Banti Bissoli	Uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento	Psicologia política Comportamento humano. Avaliação do comportamento - Periódicos Behaviorismo (Psicologia) Political Psychology Human behavior Behavioral assessment - Periodicals Behaviorism (Psychology)	Esta pesquisa procurou estabelecer uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento. Para isso, ao longo do estudo foram propostas: uma definição da Psicologia Política e uma apresentação de seu desenvolvimento com relação às áreas a partir das quais se origina. Considerando que, para que fosse possível o surgimento da Psicologia Política, seria necessário, além do estabelecimento da Psicologia e da Ciência Política enquanto disciplinas independentes, as discussões das dimensões e os impactos políticos dessas ciências. Discussões que levaram pesquisadores dessas áreas a se interessarem e proporem estudos voltados a fenômenos psicopolíticos em contextos mais amplos que não só no âmbito das atividades de suas disciplinas e seus impactos na sociedade. Em momento posterior são apresentadas as características principais da Análise do Comportamento, que implicariam na possibilidade de uma interface com a Psicologia Política, bem como as contribuições e diálogos teóricos do autor da Análise do Comportamento, James G. Holland (Holland 1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980, 2016), que contribuíram para as discussões das dimensões políticas da Análise do Comportamento e o desenvolvimento dos interesses e possibilidades de pesquisa para estudo de fenômenos sociopolíticos dessa área. Além disso, também são analisadas as produções de três revistas da Análise do Comportamento voltadas a questões sociais e políticas, que são: Behaviorist for Social Action Journal, Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues. Por fim, buscou-se considerar as características da Análise do Comportamento e seu desenvolvimento histórico, que nos permite defendê-la como uma das possíveis abordagens para estudos em Psicologia Política
BISSOLI, Enzo Banti. <b>Uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento</b> . Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 21: Bibliografia anotada de Ana Paula da Silva Dettman**

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
21	2013	Ana Paula da Silva Dettmann	Psicologia, política e ética: histórias e personagens da política pública de assistência social	Psicologia Assistência Social/SUAS Clínica ampliada Psychology Social Service/SUAS Expanded clinic	Psicologia, Política e Ética são apresentadas como estratégias políticas de gestão da vida e discutem as possibilidades de intervenção da Psicologia na Política sob uma perspectiva ética da vida. O objetivo da pesquisa foi investigar a visão dos psicólogos sobre a Política de Assistência Social e as práticas que eles desenvolvem. Para tanto, optou-se por uma pesquisa qualitativa, pautada na História Oral e baseada em depoimentos de 11 psicólogos que atuam nessa política no Espírito Santo e participam do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. Os depoimentos levantaram aspectos acerca de Psicologia e Política inter-relacionados à formação e atuação. As histórias e os personagens na política de Assistência Social levam ao cotidiano do trabalho por vezes entremeadas às estratégias biopolíticas de controle e resistências, que ora reproduzem regras e normatizações ora produzem linhas de fugas, desviam e galgam caminhos possíveis de outros modos de vida. Re-apresentadas em forma dos personagens que falam pelos psicólogos, as histórias ganharam nome tal como o Carcereiro, o Capitão do Mato, o Leão de Chácaras e a Rainha de Copas. A perspectiva da clínica ampliada traz ainda as possibilidades de transformação do sujeito e da sociedade a partir de uma visão clínica e crítica da Psicologia e das Políticas Públicas.
DETTMANN, Ana Paula da Silva. <b>Psicologia, política e ética</b> : histórias e personagens da política pública de assistência social. Dissertação de Mestrado. Vitória-ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013, p.xi.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 22: Bibliografia anotada de José Roberto Netto Nogueira**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
22	2018	José Roberto Netto Nogueira	Psicologia política e relações étnico-raciais: a discussão do "princípio da guerra" no contexto brasileiro da luta política por equidade social	Discurso Guerra Poder Psicologia política Racismo Relações étnico-raciais	As propostas na presente pesquisa se dirigem principalmente à discussão do princípio da guerra, proposto a partir do livro em defesa da sociedade de Michel Foucault, como conceito passível de utilização em psicologia política para a abordagem das relações étnico-raciais e do racismo no Brasil. Para a discussão do livro foram utilizadas como apoio interpretativo outras obras do autor e de seus comentadores, que propiciaram a aproximação dos contextos abordados por eles com os problemas nacionais referentes às desigualdades étnico-raciais. Com a discussão do princípio da guerra foi possível tomar contato com conceitos elucidativos, como: poder, governo, dominação e discursos da guerra das raças. Na frente de trabalho relativa à aproximação de tal princípio com o campo de estudos de psicologia política, esses conceitos puderam se associar à análise dos comportamentos políticos e do papel das instituições na produção de sujeitos. Em ambas as frentes de investigação os conceitos chave que as puderam unir foram os conceitos de guerra e de conflito, voltados para a discussão das diferenças e desigualdades sociais. Todo esse trabalho de conceituação culminou com a sua utilização na discussão de dois problemas, a título de ilustração de suas possibilidades de uso: os discursos da guerra das raças e seus efeitos sobre a adesão do negro à luta política por equidade no Brasil; a categoria raça, suas dificuldades e suas implicações para a identidade do mestiço brasileiro
NOGUEIRA, José Roberto Netto. <b>Psicologia política e relações étnico-raciais: a discussão do "princípio da guerra" no contexto brasileiro da luta política por equidade social.</b> Universidade de São Paulo, 2018, p.viii.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 23: Bibliografia anotada de Emanuel Otto Schwieder**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
23	2019	Emanuel Otto Schwieder	Figuras para uma clínica política institucional: análise de implicação e gestos de gerar relações não fascistas	Clínica Política Institucional. Análise de Implicação. Microfascismo. Trabalho. Gestão.	O presente trabalho trata de pensar, a partir de referenciais da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença o que aqui nomeamos de Clínica Política Institucional. Utilizando o que Roland Barthes chama de "figuras", esta dissertação procura tensionar alguns aspectos do que poderia ser essa experiência clínica – um poderia ser enquanto campo de possibilidades para pensarmos e, principalmente, experimentarmos uma clínica que se situe na fronteira entre operações de forças molares e moleculares, espaços estriados e lisos, tentando transitar pelas transversalidades e tendo a análise de implicação como uma de suas ferramentas principais. Algumas tensões relativas a essa clínica são problematizadas ao longo da pesquisa, tais como: o inexorável trabalho dos afetos, a irrupção dos microfascismos, a perspectiva ecosófica, a destituição como alternativa de resistência, a experiência da crise e seus movimentos de contenção, os paradoxos do trabalho nas organizações, grupos e coletivos, além da produção de subjetividades nesses espaços e tempos. De toda forma, não se trata de oferecer um novo tipo de clínica psicológica, mas de, no jogo entre figuras, que também são forças, suscitar a cintilação de práticas singulares e seus agenciamentos podendo confrontá-los às instituições, aquelas, por vezes, invisibilizadas no cotidiano do trabalho. Enquanto objeto fabricado, a Clínica Política Institucional está para ser incessantemente recriada
SCHWIEDER, Emanuel Otto. <b>Figuras para uma clínica política institucional: análise de implicação e gestos de gerar relações não fascistas.</b> Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019, p.iv.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 24: Bibliografia anotada de Danilo Marques da Silva Godinho**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
24	2017	Danilo Marques da Silva Godinho	Clínica em movimento: cidade e política da amizade no AT	Acompanhamento terapêutico; cidade; reforma psiquiátrica; política da amizade.	No percurso desta tese buscamos analisar a prática do acompanhamento terapêutico, visando investigar as especificidades que compõem este dispositivo clínico. Para tanto, nos empenhamos em refletir acerca da relação estabelecida entre acompanhante e sujeito acompanhado, tendo-se a cidade como cenário. O AT desponta como estratégia de intervenção eminentemente clínico-política, a qual reúne, em uma mesma abordagem, questões relacionadas tanto aos processos de subjetivação, quanto ao domínio mais amplo da cultura. A sua potência interventiva reside em compor novas modalidades relacionais pautadas por uma política da amizade, a partir das possibilidades abertas pelos espaços públicos.
GODINHO, Danilo Marques da Silva. <b>Clínica em movimento: cidade e política da amizade no AT</b> . Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017, p.vi.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 25: Bibliografia anotada de Karla Julliana da Silva Sousa**

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
25	2019	Karla Julliana da Silva Sousa	A cena como dispositivo da clínica psicanalítica no campo da saúde mental	Psicanálise. Saúde Mental. Dispositivo. Cena. Clínica.	Esta pesquisa de mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e versa sobre a cena como dispositivo da clínica psicanalítica no campo da saúde mental. Através de caminhos da clínica psicanalítica entre redes e espaços públicos, proponho uma reflexão sobre a noção de cena e sua função como ferramenta clínica, a partir da articulação de conceitos como acontecimento, Outra cena e Coletivo, tomando-a como espaço de emergência do sujeito enquanto autor de sua história. A pesquisa sustenta uma posição clínico-política que estimule e priorize a manutenção e criação de dispositivos clínicos com a finalidade de privilegiar a escuta das subjetividades que circulam nos espaços públicos de atenção e cuidado à saúde mental. Para isso são articuladas impressões e afetos despertados pelos documentários "Epidemia de cores", "Estamira" e "O cuidado que queremos" e aspectos teórico-clínicos orientados pela releitura de Sigmund Freud por Jacques Lacan e alguns autores que dialogam com suas obras
SOUSA, Karla Julliana da Silva. <b>A cena como dispositivo da clínica psicanalítica no campo da saúde mental</b> . Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019, p.vii.					

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 26: Bibliografia anotada de Marco Aurelio Soares Jorge**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
26	2009	Marco Aurelio Soares Jorge	A produção de sintomas como silenciamento da violência	Centros de Saúde Violência/psicologia Sintomas Psíquicos Psicanálise Psicoterapia de Grupo Promoção da Saúde Relações Profissional-Paciente	O objeto desta tese é o estudo das relações existentes entre o processo de produção de sintomas e adoecimento e as condições de violência que afetam pacientes atendidos em um serviço público de saúde. Articulando os campos do psicológico e biológico com os campos do social ou das relações intersubjetivas, buscase uma compreensão de como as situações vivenciadas nas esferas sociais ou intersubjetivas se apresentam inscritas no corpo através de sintomas físicos ou psíquicos. O afazer empírico que fundamenta este trabalho constitui-se em sessões de Psicoterapia de Grupo oferecidas a pacientes de um Centro de Saúde diagnosticadas como poliqueixosas ou com sintomas difusos e que, em princípio, vinham buscar nessa Unidade apenas o alívio para suas dores físicas ou psíquicas. Nos encontros de Psicoterapia de Grupo surgiam relatos em que sentimentos de medo e insegurança eram relevantes e apareciam associados a situações de violência vivenciadas na condução de suas vidas. Foi possível constatar que a busca de tratamento por parte das pacientes foi motivada por queixas clínicas, mas o contexto de sua elaboração era constituído por um mal estar em que medo e insegurança tinham lugar especial, sendo sempre desencadeados por situações de violência sofridas, especialmente a violência intrafamiliar e as violências relacionadas ao narcotráfico e à ação policial. O material primário ou empírico utilizado na presente pesquisa é constituído por fragmentos de discursos – a partir das sessões de terapia grupal - das pacientes atendidas. Desta forma, esta pesquisa constituiu-se numa pesquisa-ação, em que houve não apenas um espaço de escuta, mas também uma contribuição coletiva do grupo para que as pacientes pudessem buscar seu fortalecimento pessoal, promovendo algumas transformações necessárias para que encarassem a vida com menos sofrimento e dor. Recusando qualquer proposta teórica que circunscreva o processo de adoecimento apenas ao contexto orgânico ou fisiológico, busquei ter uma compreensão ampliada que fosse possível incluir não apenas os aspectos subjetivos, mas também as condições sociais e da vida em grupos. A não redução das ações do campo da saúde às concepções do binômio queixa-tratamento traz, como consequências, a emergência da multiplicidade de determinantes da saúde, sua concepção como processo e para a complexidade das relações entre os técnicos, gestores e usuários dos serviços de saúde. Dessa forma, busco discutir a possibilidade de se constituir uma clínica política que amplie a compreensão dos processos de adoecimento com a inclusão de fatores sociais. O trabalho é constituído de quatro capítulos. O Capítulo I versa sobre a construção da hipótese do trabalho, onde também descrevo minha trajetória profissional, que determinou a escolha do objeto de estudo e a etnografia da construção do Grupo Terapêutico. O Capítulo II trata de considerações teórico-conceituais e nele conceituo o problema em estudo. O Capítulo III constitui um capítulo de metodologia da pesquisa, no qual defino o marco teórico da pesquisa e do grupo e também as suas operacionalizações. O último capítulo versa sobre as conclusões, quando procuro elaborar uma discussão sobre a produção de sintomas pelo silenciamento da violência.
<p>JORGE, Marco Aurelio Soares. <b>A produção de sintomas como silenciamento da violência</b>. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Fundação Oswaldo Cruz), 2009, p.viii.</p>					

Fonte: elaboração própria.



### Quadro 27: Bibliografia anotada de Soraia Ansara

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
26	2005	Soraia Ansara	Memória política da Ditadura Militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica	Memória Política Consciência Política Comportamento político Políticas de memória Memoria Política Conciencia Política Comportamiento político Políticas de memoria Psicologia política Perseguição política - Brasil Ditadura – Brasil	O presente trabalho traz para o campo da Psicologia Política a noção de memória política que desenvolvemos a partir desta pesquisa de doutorado, realizada em três capitais brasileiras (Belo Horizonte, Curitiba e São Paulo) sobre a memória coletiva da ditadura militar e repressão no Brasil. Por meio de entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias e sindicais e de questionários aplicados a estudantes universitários, procuramos analisar a memória coletiva que foi construída a partir do processo de redemocratização brasileiro (pós-ditadura militar). Com base nos discursos e nos referenciais teóricos de Gamson (1992), Sandoval (1994, 2001), Halbwachs (1990) analisamos as interfaces entre memória coletiva e consciência política, procurando compreender as implicações da memória coletiva no comportamento político de pessoas que constituem diferentes gerações e que vivenciaram contextos históricos e políticos distintos. Pudemos perceber que a memória pode estimular a consciência política e proporcionar formas de ação coletiva, da mesma maneira que a existência de uma consciência política pode ser determinante na construção de uma memória política. Percebemos ainda que, mais do que uma reflexão sobre o passado, a memória coletiva aparece como uma memória política capaz de subverter as versões instituídas e fixadas pela história oficial, como uma estratégia de resistência e luta política e cria um espaço público de disputa que pode desmontar os mecanismos de institucionalização da memória social.
ANSARA, Soraia. <b>Memória política da Ditadura Militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica.</b> São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.					

Fonte: elaboração própria.

### 4.3. Bibliografia sistematizada

A Bibliografia Sistematizada, segundo Kohls-Santos e Morosini<sup>85</sup>, constitui-se como a relação dos trabalhos de teses e de dissertações, ou de artigos, a partir dos seguintes itens: número do trabalho; ano de defesa; autor; título; nível; objetivos; metodologia; e resultados. Nessa etapa do trabalho, já tem início a seleção mais específica, direcionada para a temática de acordo com o objeto de estudo do pesquisador<sup>86</sup>. Nela foram filtradas as mais relevantes produções da bibliografia anotada.

Segue a Bibliografia sistematizada.

#### Quadro 28: Bibliografia sistematizada de Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
7	2017	Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz	Sociedade e multiplicidad e: por uma política não teológica, pela potência da multidão.	O objetivo principal é investigar os fundamentos da política no pensamento de Baruch de Spinoza. Tendo como força impulsora uma problemática histórica e atual no Brasil, ou seja, a relação entre as teologias e a política. Considerando esses apontamentos, intenciona-se percorrer os argumentos apresentados por Spinoza, vendo como esse, em sua análise da constituição política apresenta uma compreensão do poder político em que o Estado não tenha como suporte e legitimação nenhum poder transcendente, mas sim, que a sua constituição se dê a partir daquilo que é imanente ao campo político e social.	A metodologia usada neste estudo foi uma revisão literária para investigar os fundamentos da política no pensamento de Baruch de Spinoza. Tendo como força impulsora uma problemática histórica e atual no Brasil, ou seja, a relação entre as teologias e a política.	Constatamos em nosso estudo que o Estado em Spinoza é uma construção natural, resultante da união de homens como potências singulares em prol de uma potência coletiva e por isso mais forte. A formação estatal é consequência daquilo que os tornam comum, a necessidade de perseverarem em suas vidas. É essa característica que os possibilitam o afastamento do regime passivo existente no estado de natureza e, os colocam em direção daquilo que os permite condições para um aumento gradativo das forças individuais de agirem, ou seja, a constituição civil. Por isso, a experiência da cooperação e, conseguinte, o amor de comunidade direcionará os homens a constituição civil

Fonte: elaboração própria.

<sup>85</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 134.

<sup>86</sup> Ibid., p. 134.

**Quadro 29: Bibliografia sistematizada de Mara Lafoucade Rayel**

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
12	2016	Mara Lafoucade Rayel	A potência dos afetos diante das urgências tecnocomunicacionais do capitalismo e a invenção de outros possíveis	O objetivo foi o de destacar os conceitos demonstrados na Ética em composição com as formulações dos pensadores e críticos da sociedade capitalista contemporânea – tais como Jesús Martín-Barbero, Roy Wagner, Félix Guattari, Mauricio Lazzarato, Manuel Delgado, Eduardo Viveiros de Castro, Paul Zumthor, e Amálio Pinheiro. A indagação foi: em que circunstâncias o conatus – tendência a perseverar na existência –, tornado consciente em decorrência das afecções sofridas pelo corpo e pela mente (SPINOZA, 2007; DELEUZE, 2002), tem efetivas condições de se afirmar de modo diferenciante diante da visão hegemônica de mundo disseminada nos meios de comunicação?	O método procurou se orientar pela identificação de movimentos de resistência e de invenção nas explanações dos autores contemporâneos mencionados. O corpus deste trabalho se organizou como um diálogo entre a Ética e tais autores, sempre orientado pela necessidade de trazer o corpo e os afetos de alegria como protagonistas de nossas análises	Tendo por base a obra Ética, escrita no século XVII pelo filósofo Baruch de Espinosa, e o pensamento de Gilles Deleuze, filósofo do século XX, este trabalho investigou o que pode o ser humano em face do mundo capitalista e do seu universo tecnodigital de conexões, de comunicação e de fruição. Apontamos como as paixões alegres podem contribuir e apresentar saídas diferentes daquelas do modelo de mundo único em circulação nas sociedades capitalistas do Ocidente (LAZZARATO, 2006). Pautamo-nos pela concepção de que as relações se dão de modo imanente e não entre sujeitos mas entre estados afetivos individuantes (DELEUZE, 2002). Apoiados na Ética, defendemos o conhecimento da potência dos afetos como meio de empreender um esforço da razão a fim de selecionar os afetos de alegria, responsáveis pelo aumento da potência de agir (SPINOZA, 2007)

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 30: Bibliografia sistematizada de Altair de Souza Carneiro**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
13	2013	Altair de Souza Carneiro	Deleuze & Guattari: uma ética dos devires	O objetivo desta dissertação é investigar a ética dos devires presente nas obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari.	A pesquisa foi produzida no âmbito do Projeto Escriteiras: um modo de ler-escrever em meio à vida do Observatório da Educação/CAPES/INEP -2010 realizado concomitantemente na UFRGS, na UNIOESTE, na UFPel e na UFMT , o qual tem como referencial teórico a Filosofia da Diferença e ocupa-se de fazer do pensamento o próprio caminho de sua produção; através de percursos desconhecidos e abertos traça desvios e opera rupturas com o já sabido e legitimado como verdades instituídas; pensamento este que opera orientado por uma política e uma ética dos devires, em que a criação é imprescindível para rebater os fenômenos de imitação e de padronização produzindo modos de vida inauditos.	Esta pesquisa e a forma de expressão que utilizamos foram gestos de ousadia – ao menos relativamente àquilo que acreditávamos que podíamos, no pensamento e na escrita, até o encontro com D&G e com o Projeto Escriteiras – especialmente no que se refere à criação de outras maneiras de pensar e estar no mundo. A partir destes encontros, a variação passou a ser um valor imprescindível, o que implicou em: não reafirmar sempre aquilo tantas vezes reafirmado sem ser questionado; em escapar da mesmice, assumindo que o risco de errar não pode faltar; em perceber que a vida é um processo aberto a mudanças constantes e está por fazer-se. Por meio desta experimentação percebemos o sentido mais relevante, ao menos para nós, de uma ética dos devires, a qual funciona como vetor, que parte de uma situação instituída para uma condição outra, uma desterritorialização do instituído, formando um novo sentido de existência, uma invenção do novo.

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 31: Bibliografia sistematizada de César Augusto Savazzoni**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
16	2012	César Augusto Savazzoni	Subjetividad e e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma psicologia.	O objetivo inicial abordar a questão da subjetividade considerando de um lado, este problema em relação à psicologia, e num segundo momento a discussão sobre a (produção de) subjetividade e devir desenvolvida na obra Deleuze e Guattari (Mil Platôs). Trata-se de entender como é possível articular a crítica dos processos de subjetivação, tal como a realizada pelos autores, com uma idéia de subjetividade, sem com isso desembocar numa psicologia do sujeito.	Para respondermos esta questão, consideramos inicialmente o problema da subjetividade tal como ele emerge na psicologia, em razão de seus percursos teórico metodológicos, para num segundo momento - sob o viés dos agenciamentos e dos devires - discutirmos a questão da produção de subjetividade e os processos de singularização. De um lado, temos os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação, que articulando formal e substancialmente conteúdo e expressão atuam dimensionando o campo da experiência: os dispositivos. Por outro lado, temos os devires ou afectos, enquanto linhas de fuga que arrastam a subjetividade para zonas relacionais indiscerníveis que fazem vacilar o Eu na impessoalidade do Acontecimento.	Concluimos acreditando que essa discussão com Deleuze e Guattari poderá contribuir para com a psicologia, abrindo novas veredas, no sentido alçar luz sobre os processos que chamamos de subjetivação-dessubjetivação, tomados por nós como elementos-chave para uma análise da produção de subjetividade no mundo capitalista contemporâneo.

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 32: Bibliografia sistematizada de Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga**

Nº	ANO	AUTORA	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
18	2017	Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga	Do comportamento político à psicologia política no Brasil: a história da psicologia política vista pelos participantes da Associação Brasileira de Psicologia Política	O objetivo principal deste estudo foi apresentar a trajetória da Psicologia Política no Brasil vista a partir de seus precursores e demais participantes. Tais personagens foram divididos em três gerações de pesquisadores considerando o grau de relacionamento acadêmico	As principais fontes de dados para tecer esse estudo foram investigação documental, entrevistas e genograma construído a partir de dados da Plataforma Lattes. Como procedimento investigativo trabalhamos a partir da história oral temática com a qual pudemos combinar as fontes escritas do conjunto documental (atas, cadernos, revistas, anais) com fontes orais (entrevistas)	Os resultados da pesquisa apresentam como os personagens das três gerações examinadas consideram o desenvolvimento da Psicologia Política no Brasil num período de 16 anos

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 33: Bibliografia sistematizada de Jean Costa Santa**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
19	2019	Jean Costa Santana	Psicologia política, marxismo e América Latina	Este trabalho tem como objetivo dissertar sobre as contribuições do marxismo à Psicologia Política desenvolvida na América Latina, para isso há uma contextualização do nascimento do modo de produção capitalista, sua expansão mundial, e a consequente divisão internacional do trabalho que trouxe consequências específicas ao continente latino-americano	Para essa proposta, partimos do referencial teórico marxista, cujo método — materialismo histórico-dialético — nos possibilitou analisar uma realidade histórica e ontológica, bem como normas político-jurídicas para ordenar relações entre classes como na sociedade classista capitalista	Como resultado colocamos o marxismo como expressão histórica e ontológica da América Latina, e destacamos que suas contribuições são indissociáveis de uma Psicologia Política latino-americana que almeje, de fato, não só a emancipação política, mas, sobretudo, a luta pela transformação social e a revolução do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista.

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 34: Bibliografia sistematizada de Emanuel Otto Schwieder**

<b>Nº</b>	<b>ANO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Resultados</b>
23	2019	Emanuel Otto Schwieder	Figuras para uma clínica política institucional: análise de implicação e gestos de gerar relações não fascistas	O presente trabalho trata de pensar, a partir de referenciais da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença o que aqui nomeamos de Clínica Política Institucional	Utilizando o que Roland Barthes chama de "figuras", esta dissertação procura tensionar alguns aspectos do que poderia ser essa experiência clínica – um poderia ser enquanto campo de possibilidades para pensarmos e, principalmente, experimentarmos uma clínica que se situe na fronteira entre operações de forças molares e moleculares, espaços estriados e lisos, tentando transitar pelas transversalidades e tendo a análise de implicação como uma de suas ferramentas principais.	Como resultado, não se trata de oferecer um novo tipo de clínica psicológica, mas de, no jogo entre figuras, que também são forças, suscitar a cintilação de práticas singulares e seus agenciamentos podendo confrontá-los às instituições, aquelas, por vezes, invisibilizadas no cotidiano do trabalho. Enquanto objeto fabricado, a Clínica Política Institucional está para ser incessantemente recriada

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 35: Bibliografia sistematizada de Marco Aurelio Soares Jorge**

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
26	2009	Marco Aurelio Soares Jorge	A produção de sintomas como silenciament o da violência	O objeto desta tese é o estudo das relações existentes entre o processo de produção de sintomas e adoecimento e as condições de violência que afetam pacientes atendidos em um serviço público de saúde	Esta pesquisa constituiu-se numa pesquisa-ação, em que houve não apenas um espaço de escuta, mas também uma contribuição coletiva do grupo para que as pacientes pudessem buscar seu fortalecimento pessoal, promovendo algumas transformações necessárias para que encarassem a vida com menos sofrimento e dor. Recusando qualquer proposta teórica que circunscreva o processo de adoecimento apenas ao contexto orgânico ou fisiológico, busquei ter uma compreensão ampliada que fosse possível incluir não apenas os aspectos subjetivos, mas também as condições sociais e da vida em grupos	Este estudo se insere na ampla discussão acerca da relação entre violência e saúde. A análise de material empírico coletado possibilitou contribuir para a reflexão das interfaces da violência com a saúde e especialmente com o campo da saúde mental. Uma primeira observação fundamental é que no Grupo Terapêutico com certeza não surgiram todos os problemas relacionados à violência vivenciados pelas participantes. Por exemplo, não apareceu a questão da violência sexual, o que provavelmente poderia ter surgido com mais tempo de encontro e aprofundamento. Por outro lado, há um tipo de violência que assim não foi nomeado, mas pôde ser inferido por mim: a violência estrutural que é marcada pela pobreza e escassez vivida pelas mulheres do Grupo. Algumas não só manifestavam a vontade de sair dessa situação nos seus sonhos e devaneios, como mostraram as dificuldades que a falta de condições financeiras as impedia de sair do ciclo da violência conjugal.

Fonte: elaboração própria.



#### 4.4. Bibliografia categorizada

A “Bibliografia Categorizada”, conforme Kohls-Santos e Morosini<sup>87</sup>, evidencia-se como a etapa de Categorização. Nela se utiliza a tabela construída na etapa da “Bibliografia Sistematizada” como base e se realiza uma análise, com mais profundidade, do conteúdo dos resumos, da metodologia, dos objetivos e dos resultados das pesquisas que foram selecionadas. O objetivo principal desta etapa é realizar o que se pode chamar de “agrupamento” das produções de acordo com as temáticas, que podem ser denominadas de “Categorias”. Isto é, com os trabalhos selecionados, deve ser realizado o reagrupamento das produções de acordo com os blocos temáticos.

**Quadro 36: Bibliografia categorizada sobre Deus em Spinoza enquanto Natureza**

Categoria 1 - Deus em Spinoza enquanto Natureza						
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
7	2017	Pedro Augusto Dinelli Garcia Cruz	Sociedade e multiplicidad e: por uma política não teológica, pela potência da multidão.	O objetivo principal é investigar os fundamentos da política no pensamento de Baruch de Spinoza. Tendo como força impulsora uma problemática histórica e atual no Brasil, ou seja, a relação entre as teologias e a política. Considerando esses apontamentos, intenciona-se percorrer os argumentos apresentados por Spinoza, vendo como esse, em sua análise da constituição política apresenta uma compreensão do poder político em que o Estado não tenha como suporte e legitimação nenhum poder transcendente, mas sim, que a sua constituição se dê a partir daquilo que é imanente ao campo político e social.	A metodologia usada neste estudo foi uma revisão literária para investigar os fundamentos da política no pensamento de Baruch de Spinoza. Tendo como força impulsora uma problemática histórica e atual no Brasil, ou seja, a relação entre as teologias e a política.	Constatamos em nosso estudo que o Estado em Spinoza é uma construção natural, resultante da união de homens como potências singulares em prol de uma potência coletiva e por isso mais forte. A formação estatal é consequência daquilo que os tornam comum, a necessidade de perseverarem em suas vidas. É essa característica que os possibilitam o afastamento do regime passivo existente no estado de natureza e, os colocam em direção daquilo que os permite condições para um aumento gradativo das forças individuais de agirem, ou seja, a constituição civil. Por isso, a experiência da cooperação e, conseguinte, o amor de comunidade direcionará os homens a constituição civil

Fonte: elaboração própria.

<sup>87</sup> KOHLS-SANTOS; MOROSINI, 2021, p. 136.

**Quadro 37: Bibliografia categorizada sobre Afetos em Spinoza**

Categoria 2 - Afetos em Spinoza						
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
12	2016	Mara Lafourcade Rayel	A potência dos afetos diante das urgências tecnocomunicacionais do capitalismo e a invenção de outros possíveis	O objetivo foi o de destacar os conceitos demonstrados na Ética em composição com as formulações dos pensadores e críticos da sociedade capitalista contemporânea – tais como Jesús Martín-Barbero, Roy Wagner, Félix Guattari, Mauricio Lazzarato, Manuel Delgado, Eduardo Viveiros de Castro, Paul Zumthor, e Amálio Pinheiro. A indagação foi: em que circunstâncias o conatus – tendência a perseverar na existência –, tornado consciente em decorrência das afecções sofridas pelo corpo e pela mente (SPINOZA, 2007; DELEUZE, 2002), tem efetivas condições de se afirmar de modo diferenciante diante da visão hegemônica de mundo disseminada nos meios de comunicação?	O método procurou se orientar pela identificação de movimentos de resistência e de invenção nas explanações dos autores contemporâneos mencionados. O corpus deste trabalho se organizou como um diálogo entre a Ética e tais autores, sempre orientado pela necessidade de trazer o corpo e os afetos de alegria como protagonistas de nossas análises	Tendo por base a obra Ética, escrita no século XVII pelo filósofo Baruch de Espinosa, e o pensamento de Gilles Deleuze, filósofo do século XX, este trabalho investigou o que pode o ser humano em face do mundo capitalista e do seu universo tecnodigital de conexões, de comunicação e de fruição. Apontamos como as paixões alegres podem contribuir e apresentar saídas diferentes daquelas do modelo de mundo único em circulação nas sociedades capitalistas do Ocidente (LAZZARATO, 2006). Pautamo-nos pela concepção de que as relações se dão de modo imanente e não entre sujeitos mas entre estados afetivos individuantes (DELEUZE, 2002). Apoiados na Ética, defendemos o conhecimento da potência dos afetos como meio de empreender um esforço da razão a fim de selecionar os afetos de alegria, responsáveis pelo aumento da potência de agir (SPINOZA, 2007)

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 38: Bibliografia categorizada sobre a ideia da Diferença em Deleuze e Guattari**

Categoria 3 - A ideia da Diferença em Deleuze e Guattari						
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
13	2013	Altair de Souza Carneiro	Deleuze & Guattari: uma ética dos devires	O objetivo desta dissertação é investigar a ética dos devires presente nas obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari.	A pesquisa foi produzida no âmbito do Projeto Escritoleturas: um modo de ler-escrever em meio à vida do Observatório da Educação/CAPES/INEP-2010 realizado concomitantemente na UFRGS, na UNIOESTE, na UFPel e na UFMT, o qual tem como referencial teórico a Filosofia da Diferença e ocupa-se de fazer do pensamento o próprio caminho de sua produção; através de percursos desconhecidos e abertos traça desvios e opera rupturas com o já sabido e legitimado como verdades instituídas; pensamento este que opera orientado por uma política e uma ética dos devires, em que a criação é imprescindível para rebater os fenômenos de imitação e de padronização produzindo modos de vida inauditos.	Esta pesquisa e a forma de expressão que utilizamos foram gestos de ousadia – ao menos relativamente àquilo que acreditávamos que podíamos, no pensamento e na escrita, até o encontro com D&G e com o Projeto Escritoleturas – especialmente no que se refere à criação de outras maneiras de pensar e estar no mundo. A partir destes encontros, a variação passou a ser um valor imprescindível, o que implicou em: não reafirmar sempre aquilo tantas vezes reafirmado sem ser questionado; em escapar da mesmice, assumindo que o risco de errar não pode faltar; em perceber que a vida é um processo aberto a mudanças constantes e está por fazer-se. Por meio desta experimentação percebemos o sentido mais relevante, ao menos para nós, de uma ética dos devires, a qual funciona como vetor, que parte de uma situação instituída para uma condição outra, uma desterritorialização do instituído, formando um novo sentido de existência, uma invenção do novo.
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
16	2012	César Augusto Savazzoni	Subjetividade e e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari: contribuições para uma psicologia.	O objetivo inicial abordar a questão da subjetividade considerando de um lado, este problema em relação à psicologia, e num segundo momento a discussão sobre a (produção de) subjetividade e devir desenvolvida na obra Deleuze e Guattari (Mil Platôs). Trata-se de entender como é possível articular a crítica dos processos de subjetivação, tal como a realizada pelos autores, com uma idéia de	Para respondermos esta questão, consideramos inicialmente o problema da subjetividade tal como ele emerge na psicologia, em razão de seus percursos teórico metodológicos, para num segundo momento - sob o viés dos agenciamentos e dos devires - discutirmos a questão da produção de subjetividade e os processos de singularização. De um lado, temos os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação, que articulando formal e substancialmente	Concluimos acreditando que essa discussão com Deleuze e Guattari poderá contribuir para com a psicologia, abrindo novas veredas, no sentido alçar luz sobre os processos que chamamos de subjetivação-dessubjetivação, tomados por nós como elementos-chave para uma análise da produção de subjetividade no mundo capitalista contemporâneo.

				<p>subjetividade, sem com isso desembocar numa psicologia do sujeito.</p>	<p>conteúdo e expressão atuam dimensionando o campo da experiência: os dispositivos. Por outro lado, temos os devires ou afectos, enquanto linhas de fuga que arrastam a subjetividade para zonas relacionais indiscerníveis que fazem vacilar o Eu na impessoalidade do Acontecimento.</p>	
--	--	--	--	---	---	--

Fonte: elaboração própria.

### Quadro 39: Bibliografia categorizada sobre os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico

Categoria 4 - Fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico						
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
18	2017	Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga	Do comportamento político à psicologia política no Brasil: a história da psicologia política vista pelos participantes da Associação Brasileira de Psicologia Política	O objetivo principal deste estudo foi apresentar a trajetória da Psicologia Política no Brasil vista a partir de seus precursores e demais participantes. Tais personagens foram divididos em três gerações de pesquisadores considerando o grau de relacionamento acadêmico	As principais fontes de dados para tecer esse estudo foram investigação documental, entrevistas e genograma construído a partir de dados da Plataforma Lattes. Como procedimento investigativo trabalhamos a partir da história oral temática com a qual pudemos combinar as fontes escritas do conjunto documental (atas, cadernos, revistas, anais) com fontes orais (entrevistas)	Os resultados da pesquisa apresentam como os personagens das três gerações examinadas consideram o desenvolvimento da Psicologia Política no Brasil num período de 16 anos
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
19	2019	Jean Costa Santana	Psicologia política, marxismo e América Latina	Este trabalho tem como objetivo dissertar sobre as contribuições do marxismo à Psicologia Política desenvolvida na América Latina, para isso há uma contextualização do nascimento do modo de produção capitalista, sua expansão mundial, e a conseqüente divisão internacional do trabalho que trouxe conseqüências específicas ao continente latino-americano	Para essa proposta, partimos do referencial teórico marxista, cujo método — materialismo histórico-dialético — nos possibilitou analisar uma realidade histórica e ontológica, bem como normas político-jurídicas para ordenar relações entre classes como na sociedade classista capitalista	Como resultado colocamos o marxismo como expressão histórica e ontológica da América Latina, e destacamos que suas contribuições são indissociáveis de uma Psicologia Política latino-americana que almeje, de fato, não só a emancipação política, mas, sobretudo, a luta pela transformação social e a revolução do modo de produção capitalista ao modo de produção socialista.

Fonte: elaboração própria.

**Quadro 40: Bibliografia categorizada sobre os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental**

Categoria 5 - Fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental						
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
23	2019	Emanuel Otto Schwieder	Figuras para uma clínica política institucional: análise de implicação e gestos de gerar relações não fascistas	O presente trabalho trata de pensar, a partir de referenciais da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença o que aqui nomeamos de Clínica Política Institucional	Utilizando o que Roland Barthes chama de "figuras", esta dissertação procura tensionar alguns aspectos do que poderia ser essa experiência clínica – um poderia ser enquanto campo de possibilidades para pensarmos e, principalmente, experimentarmos uma clínica que se situe na fronteira entre operações de forças molares e moleculares, espaços estriados e lisos, tentando transitar pelas transversalidades e tendo a análise de implicação como uma de suas ferramentas principais.	Como resultado, não se trata de oferecer um novo tipo de clínica psicológica, mas de, no jogo entre figuras, que também são forças, suscitar a cintilação de práticas singulares e seus agenciamentos podendo confrontá-los às instituições, aquelas, por vezes, invisibilizadas no cotidiano do trabalho. Enquanto objeto fabricado, a Clínica Política Institucional está para ser incessantemente recriada
Nº	ANO	AUTORES	TÍTULO	Objetivos	Metodologia	Resultados
26	2009	Marco Aurelio Soares Jorge	A produção de sintomas como silenciamento da violência	O objeto desta tese é o estudo das relações existentes entre o processo de produção de sintomas e adoecimento e as condições de violência que afetam pacientes atendidos em um serviço público de saúde	Esta pesquisa constituiu-se numa pesquisa-ação, em que houve não apenas um espaço de escuta, mas também uma contribuição coletiva do grupo para que as pacientes pudessem buscar seu fortalecimento pessoal, promovendo algumas transformações necessárias para que encarassem a vida com menos sofrimento e dor. Recusando qualquer proposta teórica que circunscreva o processo de adoecimento apenas ao contexto orgânico ou fisiológico, busquei ter uma compreensão ampliada que fosse possível incluir não apenas os aspectos subjetivos, mas também as condições sociais e da vida em grupos	Este estudo se insere na ampla discussão acerca da relação entre violência e saúde. A análise de material empírico coletado possibilitou contribuir para a reflexão das interfaces da violência com a saúde e especialmente com o campo da saúde mental. Uma primeira observação fundamental é que no Grupo Terapêutico com certeza não surgiram todos os problemas relacionados à violência vivenciados pelas participantes. Por exemplo, não apareceu a questão da violência sexual, o que provavelmente poderia ter surgido com mais tempo de encontro e aprofundamento. Por outro lado, há um tipo de violência que assim não foi nomeado, mas pôde ser inferido por mim: a violência estrutural que é marcada pela pobreza e escassez vivida pelas mulheres do Grupo. Algumas não só manifestavam a vontade de sair dessa situação nos seus sonhos e devaneios, como mostraram as dificuldades que a falta de condições financeiras as impedia de sair do ciclo da violência conjugal.

Fonte: elaboração própria.

Vale destacar que a própria expressão "estado do conhecimento" é extremamente estratificada, com pouco movimento, nada rizomática, tipo de estrutura que esta pesquisa objetiva exatamente desconstruir. Porém, constitui-se uma boa resposta às questões que se apresentam academicamente, haja vista considerarmos todos os agenciamentos relacionados à produção do conhecimento em si.

A partir da realização do Estado do Conhecimento, com base nos descritores que norteiam esta tese, observou-se não haver a conexão pretendida nesta pesquisa em nenhuma das dissertações e teses analisadas, no que tange ao arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença e suas relações com a Psicologia Política e a Clínica Política, tendo como ponto de partida a ética de Spinoza e a ideia da diferença em Deleuze e Guattari, no sentido de que a Psicologia da Diferença, pensada como rizoma, conecta-se à Psicologia Política, enquanto forma experimental de escuta, assim como à Clínica Política, enquanto prática de abertura a grupos e pessoas afetados por variadas formas de violência política.

Diante disso, os próximos capítulos do referencial teórico terão por objetivo apontar os traços do arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença que se conectam rizomaticamente com a Psicologia Política e com a Clínica Política.

5. CONTRIBUIÇÕES DE SPINOZA ACERCA DA TEORIA DOS AFETOS, DIALOGANDO COM A SUA ÉTICA E A LEITURA DE SUA OBRA FEITA POR DELEUZE E OUTROS(AS) AUTORES(AS).

Figura 08: Espinosa – Deus [ou a Natureza]



Fonte: MAQUET<sup>88</sup>.

<sup>88</sup> MAQUET, Nathalie. **Espinosa – Deus [ou a Natureza]**. Figura extraída do sítio Razão Inadequada. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2013/07/06/deus-ou-a-natureza/>>. Acesso em: 13 out. 2022a.

O Deus transcendente?

Não.

Aquele imposto na colonização,  
a ferro e fogo,  
em parceria com os colonizadores,  
na tentativa eurocêntrica  
de impor a repetição?

Não.

Deus imanente?

Sim.

Deus enquanto Natureza, sim!  
Potência criadora do devir-ação  
que não espera um milagre  
advindo dos Céus,  
mas age em sua potência de ser,  
em encontros de alegria,  
e produz,  
e transforma,  
e promove a diferença!  
Deus é Natureza!



## 5.1. Deus em Spinoza enquanto Natureza

A *priori* Spinoza afirma não só existir Deus, mas sim que isso se pode demonstrar, já que a existência pertence à Natureza de Deus. Em sua Ontologia, afirma que “as essências das coisas são desde a eternidade e permanecerão imutáveis por toda a eternidade”.<sup>89</sup>

No intuito de preparar o caminho para a definição de Deus, ele busca as definições de “causa de si”, de “substância”, de “atributo”, de “modo”, de “liberdade” e de “eternidade”. E o faz a partir das noções tradicionais, mas dando-lhes novas direções que embasarão sua construção metafísica.

Nesse sentido, os corpos e as mentes, ou seja, nós, que somos corpo e mente, porém, não só nós, mas também as outras coisas – outros corpos e outras mentes (inclusive não humanos) – são produtos de Deus ou da Natureza. Logo, os corpos e as mentes são produtos da Natureza (Deus). Somente Deus (Natureza) é absolutamente livre, o ser humano não o é, dado que o homem é parte da Natureza. Só Deus possui uma potência absoluta de existir, o homem não, justamente por ser parte de Deus, não deriva da essência humana a sua existência, no sentido de não pertencer à essência humana a sua própria existência. A existência humana expressa a essência divina.

Deus (Natureza) é uma substância, ou seja, é causa de si mesma, cuja essência envolve a existência. Essa substância que é causa de si não foi criada por nada, a não ser por si mesma. Caso tivesse advindo de algo, Deus não seria essa substância. Como causa de si, ela se produz. Isso quer dizer que Deus existe necessariamente. Isto é, não existe um início da existência de Deus, nem haverá um fim dessa existência. Deus (Natureza) existe infinita e eternamente. Deus é causa de si e a sua essência envolve a sua existência como corpo e mente. Sempre houve e sempre existirão corpos na Natureza, das mais diversas formas, bem como as mentes, cuja produção é infinita, por parte da Natureza (Deus).

Para Spinoza, a existência de Deus é essência, visto que o homem tem a ideia de Deus, Ele deve existir formalmente e não de maneira eminente, uma vez que tanto

---

<sup>89</sup> ESPINOSA, Baruch de. **Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar**. Prefácio Marilena Chauí. Tradução e notas Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2012 (Coleção FILÔ/Espinosa), p.49.

acima, quanto fora d'Ele, não há nada mais real ou mais excelente. “Deus, ao contrário, por ser a primeira causa de todas as coisas, e causa também de si mesmo, dá-se a conhecer a si por si mesmo.”<sup>90</sup> Isso refuta Tomás de Aquino que afirmou que Deus não poderia ser mostrado *a priori*, pois, por certo, estaria na perspectiva de um deus criador, transcendente, no campo do imaginário.

Com isso, certamente, neste momento, já se percebe o rompimento de Spinoza com a vertente do Deus ocidental, fundamentado em Platão e Aristóteles, cuja apropriação na perspectiva da moral cristã do Ocidente se deu com Tomás de Aquino.

O Deus de Spinoza é “um ser do qual é afirmado tudo, a saber, infinitos atributos, cada um dos quais é infinitamente perfeito em seu gênero”.<sup>91</sup>

Inicialmente, pode-se conceber existir a substância constituída por infinitos atributos, os quais são qualidades ou potências. Dois desses infinitos atributos (ou dessas infinitas potências) produzem corpos e mentes. Porém, existem infinitas potências de Deus que produzem outras coisas ou outros modos. Um dos atributos é denominado por Spinoza de “Extensão”. Este atributo produz corpos (orgânicos ou inorgânicos, o que inclui também corpos não sólidos, como ar, odor, ou tudo o que for da ordem da matéria). Ou seja, tudo o que é da ordem da matéria é modo de Deus, modificações da Natureza. Logo, Deus, por meio da sua potência Extensão produz corpos infinitamente. O outro atributo (potência) “Pensamento” de Deus (Natureza) produz mentes, infinitamente. Na tradução, tem-se considerado “alma”, entretanto, estudiosos da atualidade, em retomada etimológica do termo latino, tem optado por “mente”, visto que não se pode considerar alma no sentido cristão e/ou Platônico.

Spinoza nega qualquer relação de causalidade entre o pensamento e o corpo, qualquer eminência ou determinação de um sobre o outro. Com isso, estabelece um contraponto à posição filosófica inaugurada por Descartes que pretende fundar uma Moral enquanto forma de dominar as paixões pela consciência.<sup>92</sup>

Spinoza respalda isso em quatro vertentes: toda substância deve ser infinitamente perfeita em seu gênero, não existindo, portanto, substância limitada; não existem substâncias iguais; uma substância não pode reproduzir outra.

Se não existe nenhuma substância limitada, pressupõe-se que só Deus (ou a Natureza) é Substância, uma vez que uma substância que exista por si mesma será

---

<sup>90</sup> ESPINOSA, 2012, p.51.

<sup>91</sup> Ibid., p.52.

<sup>92</sup> DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002, p.23-50, *apud* PEREIRA, 2015, p.15.

limitada pela sua causa, a qual necessariamente é Deus (Natureza). No entanto, a Deus (Natureza) pertence a sua própria existência.

Com Spinoza, não só não há domínio do corpo pela consciência, como fica definido que o que é ação na alma é também necessariamente ação no corpo e o que é paixão no corpo é necessariamente paixão na alma. Dois universos – o do pensamento e o do corpo – são expressões de uma mesma realidade. Realidade que se manifesta em cada um dos seres, os quais, estando no mundo, encontram outros seres, o que produz encontros entre ideias, encontros entre corpos.<sup>93</sup>

Deus (Natureza) é uma substância, ou seja, é causa de si mesma, cuja essência envolve a existência. Essa substância que é causa de si não foi criada por nada, a não ser por si mesma. Caso tivesse advindo de algo, Deus não seria essa substância. Como causa de si, ela se produz. Isso quer dizer que Deus existe necessariamente. Isto é, não existe um início da existência de Deus, nem haverá um fim dessa existência. Deus (Natureza) existe infinita e eternamente. Deus é causa de si e a sua essência envolve a sua existência como corpo e mente. Sempre houve e sempre existirão corpos na Natureza, das mais diversas formas, bem como as mentes, cuja produção é infinita, por parte da Natureza (Deus).

A alma (ou melhor, a mente) é algo que não é corpóreo, por ser produto do atributo Pensamento e não do atributo Extensão. Ou seja, a mente é distinta do corpo. No entanto, ambos – corpo e mente – exprimem a mesma potência absoluta, que é a própria Natureza (Deus). Daí Spinoza ter sido taxado como perigoso, ou mesmo marginal, à medida que rompe com a tradição teológica ocidental. Pois, para ele, não existe uma superioridade de um (alma ou mente) com relação ao outro (corpo), visto que corpo e mente exprimem a mesma potência absoluta.

Nós, seres humanos, enquanto corpo e mente, não viemos à existência por meio da nossa própria essência. Mas sim viemos à existência em razão da essência de Deus (Natureza). Isso a partir de causas reais: misturas, choques de corpos que geraram nosso próprio corpo, bem como aconteceu com o universo, com o planeta Terra etc. Tudo advém de misturas de corpos. Mas misturas não determinadas, como apregoa a cultura cristã do Ocidente, mas fora do âmbito do destino, isto é, as coisas existem por necessidade. Se existe encontro de corpos, por composição, as coisas nascem. A Natureza (Deus) não depende de algo externo para existir. É da sua essência. Nós sim, nós dependemos de Deus (Natureza) para existir.

---

<sup>93</sup> PEREIRA, 2015, p.15.

Nessa perspectiva, Deus (Natureza) é entendido enquanto *causa de si*, Spinoza entende que “*Tudo o que existe, existe em si ou em outra coisa*”.<sup>94</sup> Dessa maneira, ao dizer que substância é o que existe em si e por si é concebido, Spinoza mostra que só pode existir uma substância, que é absoluta e se identifica com Deus (Natureza). Esta substância absoluta é potência absoluta de autoprodução e de produção de todas as coisas. Sua essência e sua existência são idênticas como também são idênticas à sua potência ou força para existir por si e em si infinitamente. Considera-se eternidade essa identidade da existência, da potência e da essência da substância.

Para Spinoza, a eternidade não é uma qualidade do tempo, mas a ausência de tempo. A identidade entre existência, potência e essência forma a complexidade infinita da qual torna-se constatável somente poder existir uma substância no universo, uma vez que, se existissem mais substâncias, ter-se-ia que admitir a existência de um ser infinito limitado por outro ser infinito, o que seria uma contrariedade e, logo, um absurdo. (referência)

Existe, então, uma única substância, a qual é eterna e rege todo o universo, e na qual ser, agir e existir constituem a mesma coisa. Em seu agir faz-se existir a si mesma e faz todas as coisas existirem como expressão de si mesmas. Esse Deus, enquanto Natureza, não é religioso nem antropomórfico, também não é transcendente, mas imanente à realidade natural, de concepção metafísica. Esta posição é uma concepção puramente filosófica, sem influência religiosa, através da qual Deus é essencialmente um princípio metafísico.

Deus não sofre constrangimento, o homem sofre, quando experimenta tristeza, por exemplo. O homem não é absolutamente livre, pois não existe por sua própria essência. Quando a mente humana conhece Deus (Natureza), isso é sinônimo de liberdade, mesmo que nunca seja uma liberdade absoluta, é uma liberdade parcial. Porém, essa liberdade parcial já conecta o homem ao absoluto. Jamais o homem será como Deus (Natureza). Basta que tome parte de Deus nele mesmo, ser humano, que ele exerce sua própria liberdade.

Para Spinoza, corpos e mentes serão modos, ou seja, modificações. Visto que o homem não é absolutamente livre, mas só aparentemente livre. Quando a mente conhece Deus (Natureza), isso é sinônimo de liberdade, porém, nunca será uma

---

<sup>94</sup> SPINOZA, 2009, p. 14.

liberdade absoluta, mas sim uma liberdade parcial passível de conectar o homem ao absoluto. Dado que o homem nunca será como Deus (Natureza), mas uma parte de Deus nele mesmo que ele exerce com a sua própria liberdade. Logo, a Natureza (Deus) se constitui por substância e infinitos atributos, e produz, portanto, os corpos e as mentes – que são os modos, ou seja, corpos e mentes são modificações de Deus (da própria Natureza).

Portanto, para que a essência da infinita substância divina seja concebida, serão necessários infinitos atributos ou predicados eternos, pois que, se assim não fosse, estaríamos negando a sua infinitude (não limitação) através de um limitado número de atributos. Segundo o filósofo, “Omnis determinatio, negatio” tendo aqui determinatio o sentido de definir, restringir ou limitar por propriedades. A substância, em seus infinitos atributos infinitos, não pode ser definida nem como conjunto limitado de propriedades nem como sustentáculo de atributos.<sup>95</sup>

Nesse sentido, Spinoza apresenta duas noções: Natureza Naturante e Natureza Naturada. A Natureza Naturante se refere a Deus como potência para existir, já a Natureza Naturada é Deus existindo com corpo e mente. A Natureza Naturante – natureza como potência de existir – refere-se à substância constituída por infinitos atributos; a Natureza Naturada – natureza já existindo - concerne os corpos e as mentes. Ele une a Natureza Naturante à Natureza Naturada, ou seja, une Deus (Natureza) aos seus próprios produtos, enquanto coexistência. Deus (Natureza) coexiste com seus próprios produtos. Logo, Deus é imanente às coisas e não transcendente às coisas – concepção de Deus na moral cristã ocidental, a qual é uma questão só de crença, já que não pode ser sentido, tocado, experimentado nem conhecido, é uma questão de domínio das massas.

Por mais ignorante que seja o ser humano, Deus (Natureza) está nele. Por isso que se usa o termo ignorante, pelo fato de o homem ignorar que Deus (Natureza) está nele (homem). Na ontologia de Spinoza, ele não recorre a algo transcendente para explicar a natureza das coisas, ele buscará a explicação pela própria natureza. Ele buscará a explicação da existência das coisas pela própria natureza. As coisas não vieram do nada e não irão para o nada. Logo, existe algo que é causa de si, que não precisa de nada de fora para poder existir, cuja potência absoluta é essa mesma de existir e que, essa coisa existindo, ela existe em corpos e em mentes. Esses corpos

---

<sup>95</sup> PONCZEK, Roberto Leon. **Deus ou seja a natureza**: Spinoza e os novos paradigmas da física. Salvador: EDUFBA, 2009, p.70.

e mentes que são num sentido finitos, como os corpos humanos, por exemplo, e também as nossas mentes – corpos finitos e mentes finitas –, e ambos (corpos e mentes) não estão dissociados de um infinito de ideias ou de mentes.

Para o intelecto humano finito, apenas dois destes atributos seriam perceptíveis, a extensão (forma, volume, densidade, posição, repouso, movimento dos corpos etc.) e o pensamento (paixões, volições, intuições, ideias, vontade etc.). Se, pelo contrário, a mente humana fosse capaz de perceber a substância, em toda a sua infinita plenitude, a estaria determinando, e assim negando-a. Portanto, o pensamento e a matéria extensa são as únicas coisas que percebemos da substância, pelo fato de que uma inteligência finita não pode definir algo que é infinito. É importante entender que na definição de atributo: “Por atributo entendo o que o intelecto percebe da substância...”, o “intelecto” a que se refere Spinoza não poderia ser tão-somente o intelecto humano, pois se assim fosse apenas dois deles existiriam, justamente aqueles que percebemos, extensão e pensamento, e desta forma a mente humana estaria limitando a substância a esses dois atributos, o que levaria todo o sistema lógico à contradição.<sup>96</sup>

A liberdade humana, que concerne o conhecimento racional, é o aliar-se a um infinito de corpos, que está o tempo inteiro afetando-nos. No entanto, enquanto se ignora isso, permanece uma visão finita da existência, a qual permite, inclusive, a criação de um falso infinito, que é a salvação da alma, por exemplo. Então, unindo os corpos e as mentes a uma potência absoluta de existir – que é Deus (Natureza) –, Spinoza rompe com o deus transcendente criador (moral cristã do ocidente) e com a superioridade da alma (ou da mente) em relação ao corpo, pois ambos exprimem a mesma potência, é Deus na mente e Deus no corpo. Deus (Natureza) existindo nos corpos e nas mentes, deseja, ou seja, Deus se esforça para perseverar na sua própria natureza.

Mais adiante, ao analisarmos a teoria dos afetos de Spinoza, entenderemos melhor o que é este esforço no corpo e este esforço na mente. É a natureza em nós se esforçando para aumentar sua potência, isto é, desejo, o desejo de perseverar no seu ser, na sua própria natureza. Por isso, quando estamos separados de perseverar o nosso próprio ser, ficamos tristes, pois ocorre uma diminuição da nossa potência, tanto nossa potência de agir como nossa potência de pensar, porque ficamos separados de perseverarmos o nosso próprio ser.

A substância, que é causa de si, cuja essência envolve necessariamente sua própria existência, só existe através de seus infinitos atributos, que são potências. Existem infinitos atributos produzidos pela própria substância, ou seja, a própria substância, que é autoprodutora, produz esses infinitos atributos – infinitas potências

---

<sup>96</sup> PONCZEK, 2009, p.70-71.

de Deus. São os atributos da substância que a exprimem. Spinoza une a Natureza Naturante à Natureza Naturada, por isso o uso do mesmo vocábulo “natureza”. Dessas duas potências são produzidos os corpos e as mentes. Por mais que Deus se constitua por infinitas potências, não é uma imperfeição nós, homens, sermos constituídos de apenas duas potências.

Natureza Naturada é o que existe: um corpo e uma mente já é Natureza Naturada. Spinoza denominará de atributo Extensão aquilo que produz os corpos. O atributo Extensão não produz ideia (mente), por isso o corpo não pensa. É a mente quem pensa. Assim, o atributo extensão, que é uma potência de Deus, produz, por toda a eternidade, corpos, das mais diversas formas, visto que a forma é o resultado do encontro. A forma é o resultado de um encontro de corpos, é uma criação. Deus (Natureza) não fez o homem a partir de um modelo, de uma forma, mas sim os corpos são produtos de um agenciamento: de criações da Natureza. Deus produz corpos necessariamente (atributo Extensão).

Um agenciamento é isso. Não apenas a reunião ou o ajuntamento de corpos, mas o que acontece aos corpos quando eles se reúnem ou se juntam, sempre sob o ponto de vista de seu movimento e de seus mútuos afectos. Não se trata apenas de uma questão de soma, mas de encontro ou de composição. Não apenas a simples justaposição assinalada pela conjunção "e", mas a complexa combinação implicada pela partícula "com". "Isto e aquilo" é bom, mas "isto com aquilo" é ainda melhor. Tudo girará, então, em torno da questão de saber quais composições, quais encontros, quais agenciamentos são bons e quais são maus.<sup>97</sup>

Mas existe o atributo Pensamento, o qual produz a mente (também chamada de alma em algumas traduções) já como modo. Essa potência de Deus, chamada de Pensamento, produz ideias. Uma ideia ou uma mente já é um modo, isto é, Deus existindo. Uma mente é uma potência de conhecer, de produzir ideias. Além de produzir uma potência permanente de produzir ideias, o Pensamento.

Dessa forma, Spinoza garante autonomia do corpo e da mente, embora estejam unidos (o corpo e a mente), porque exprimem a potência de Deus. Onde está a garantia da autonomia? No fato de que não é a mente que irá produzir um corpo. O esforço, em Spinoza, é para conhecer a própria Natureza. Não é a mente que irá interferir na ordem dos corpos. Um corpo vem à existência pela ordem corpórea, ou seja, pela mistura dos corpos. Não é uma mente que irá produzir um corpo, ou vice-

---

<sup>97</sup> TADEU, Tomaz. A arte do encontro e da composição: Spinoza + Currículo + Deleuze. **Educação e Realidade**. Vol. 27, n.2, jul.-dez., 2002, p. 10.

versa. Por isso, não é o atributo Pensamento que irá produzir um corpo, mas o atributo Extensão.

A partir da distinção real dos atributos extensão e pensamento podemos dizer que não é possível estabelecer uma relação de *causalidade* entre o corpo e a mente. Existe, na verdade, uma ordem e conexão necessária entre os corpos, que somente produz corpos, assim como há também uma ordem e conexão entre as ideias, que somente produz ideias. Para Spinoza, um corpo *não* produz uma mente ou uma ideia, assim como uma mente *não* produz um corpo. Mas, primeiramente, toda ideia é ideia de alguma coisa existente em ato, e não uma ideia de algo que não existe.<sup>98</sup>

A ideia da imanência é esta: se algo existe, existe na Natureza (Deus). Já o conhecimento de que as coisas existem em Deus (Natureza) é um conhecimento da razão (segundo gênero), que é quando já se exerce a liberdade, inclusive, para poder afirmar um mau encontro. Se há um mau encontro, isto é, se existe tristeza, é porque há uma ordem da Natureza. Não há culpado.

Deus, em Spinoza, muda a todo tempo, à medida que é causa de si mesmo. Diferencia-se do deus da Teologia (moral cristã do ocidente). A Natureza Naturante envolve a Natureza Naturada. A Natureza, portanto, sempre existirá como corpo e mente. Não se trata, então, de um deus uno, imutável, mas sim de um deus que muda a todo tempo, que é potência de se diferenciar de si mesmo, e as coisas vivem essa potência absoluta de se diferenciarem de si mesmas. Por isso, quem se reduz a identidade fixa, reduz-se à imaginação, a qual oferece a ilusão da identidade fixa.

Deus, a substância que consta de infinitos atributos, cada um exprimindo uma potência eterna e infinita, existe necessariamente:

Proposição 7. À natureza de uma substância pertence o existir. Demonstração. Uma substância não pode ser produzida por outra coisa (pelo corol. da prop. prec.). Ela será, portanto, causa de si mesma, isto é (pela def. 1), a sua essência necessariamente envolve a existência, ou seja, à sua natureza pertence o existir.<sup>99</sup>

Deus, ou seja, uma substância que consta de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita, existe necessariamente. Até este ponto, Spinoza traz dez proposições, axiomas e definições, porém, é na proposição 11 que ele, de fato, chega ao que ele denomina Deus: “Proposição 11. Deus, ou seja, uma substância que consta de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita, existe necessariamente”.<sup>100</sup> Por exemplo, o atributo Extensão

<sup>98</sup> FERREIRA, 2009, p.16.

<sup>99</sup> SPINOZA, 2009, p. 16.

<sup>100</sup> Ibid., p. 19.



exprime uma potência eterna e infinita de Deus, o atributo Pensamento também produz uma potência eterna e infinita de Deus, daí a existência de uma produção infinita de mentes e de corpos. Não se trata do deus antes dos atributos, que seria o deus uno, transcendente. Mas o Deus que se exprime por meio de seus infinitos atributos. Ocorre uma multiplicidade de potência (atributos) que exprime a mesma substância. São atributos distintos, embora não haja superioridade de um sobre o outro.

Figura 09: Espinosa – Origem e Natureza dos Afetos



Fonte: MAQUET<sup>101</sup>.

<sup>101</sup> MAQUET, Nathalie. **Espinosa – Origem e Natureza dos Afetos**. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2014/07/15/espinoza-origem-e-natureza-dos-afetos/>>. Acesso em: 13 out. 2022b.

Se te encontro,  
te afeto.  
Que sejam afetos de alegria,  
*potentia.*  
E não afetos de tristeza,  
afecções  
e agenciamentos,  
*potestas.*  
Que te afetem  
em intensidade,  
em desejo,  
num esforço de prosperar  
em sua própria natureza,  
*conatus.*  
E que o encontro  
que te afete  
te liberte.  
Na mais plena liberdade,  
a do pensamento,  
que livremente deseje  
e se esbalde  
nesta intensidade  
do desejo livre.

## 5.2. Afetos em Spinoza

Spinoza diferencia a mente humana do corpo humano. A mente é um modo de um atributo de Deus, ou da substância, constituindo-se um modo finito do atributo Pensamento. Já o corpo é um modo de um outro atributo da substância, chamado Extensão. Corpo e mente são modificações da mesma substância, porém, através de dois atributos distintos que não se opõem. Spinoza, então, rompe com a tradição ocidental – Socrática e Platônica –, na qual a alma é imortal, pois Platão afirma que a alma possui vontade de conhecer a verdade, mas o corpo a impede.

Deus (Natureza) é uma substância, ou seja, é causa de si mesma, cuja essência envolve a existência. Essa substância que é causa de si não foi criada por nada, a não ser por si mesma. Caso tivesse advindo de algo, Deus não seria essa substância. Como causa de si, ela se produz. Isso quer dizer que Deus existe necessariamente. Isto é, não existe um início da existência de Deus, nem haverá um fim dessa existência. Deus (Natureza) existe infinita e eternamente. Deus é causa de si e a sua essência envolve a sua existência como corpo e mente. Sempre houve e sempre existirão corpos na Natureza, das mais diversas formas, bem como as mentes, cuja produção é infinita, por parte da Natureza (Deus).<sup>102</sup>

Para Spinoza, não existe uma relação de superioridade entre a alma e o corpo ou entre o corpo e alma, bem como não existe uma relação de causalidade entre o corpo e a alma (mente), ou vice-versa. O corpo não causa a mente, e a mente não gera corpo. Por exemplo, para Spinoza não existe a possibilidade de um pensamento positivo interferir positivamente na ordem dos corpos, no qual, por meio de poder “misterioso”, a ordem dos corpos seria alterada pelo poder de um pensamento para lhe favorecer.

Dois universos – o do pensamento e o do corpo – são expressões de uma mesma realidade. Realidade que se manifesta em cada um dos seres, os quais, estando no mundo, encontram outros seres, o que produz encontros entre ideias, encontros entre corpos. É importante que, nesses encontros, os corpos convenham um ao outro, as ideias convenham uma com a outra. É essa a condição para que se componham entre si e formem um todo mais potente. Caso não se convenham – uma ideia a outra ideia, um corpo a outro corpo – o resultado é a decomposição de ambos, isto é, sua redução à impotência.<sup>103</sup>

A mente não causa corpo e vice-versa. Corpo se relaciona com corpos, e a mente se relaciona com ideias. Para um corpo vir à existência é necessário que haja

---

<sup>102</sup> GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Para compreender Deus em Spinoza enquanto Natureza. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Econômicos**. Ano IX, n.21, jan./jun., 2019, p.3.

<sup>103</sup> PEREIRA, 2015, p.15-16.

encontro com outros corpos. Não adianta, então, fazer um esforço da mente para poder gerar um corpo, isso é impossível em Spinoza. No entanto, embora um não cause o outro, existe uma relação entre eles. Isto é, o que passa no corpo, a mente conhece. A afecção que o corpo sofreu não foi causada pela mente, mas a mente, uma vez que está unida ao corpo, conhece aquela afecção. A afecção é a própria imagem, a impressão, que o corpo sofreu no encontro com outro corpo, e mente, então, dado que está unida ao corpo, tem o conhecimento disso. Com sua potência de produzir ideias, a mente terá uma ideia daquilo. Porém, nesse primeiro momento, a mente irá conceber uma ideia inadequada, uma ideia passiva daquilo, visto não precisar se esforçar para produzir essa ideia.

Quando se produz a afecção, a impressão ou a imagem, é produzido também um afeto. E o afeto envolve a afecção. O afeto é a variação, portanto, da nossa potência de agir e da nossa potência de pensar. Quando temos consciência, temos consciência de uma imagem, o corpo que nos afetou, e temos a consciência de um afeto: estou alegre ou estou triste, por exemplo. Entretanto, não separamos a imagem do corpo que nos afetou do afeto que temos a consciência, o que se considera como ideia inadequada no primeiro gênero do conhecimento, constituído evidentemente por imagens.

3. Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções. Explicação. Assim, quando podemos ser a causa adequada dessas afecções, por afeto, compreendo, então, uma ação; em caso contrário, uma paixão.<sup>104</sup>

Esse primeiro gênero do conhecimento é caracterizado por noções universais: somos afetados pelas coisas, existe semelhança entre as coisas, entre os objetos, e, então, vamos formando essas noções universais, não só por meio das imagens, mas também por intermédio das palavras. No entanto, pelo primeiro gênero do conhecimento, não temos o conhecimento das relações entre os corpos. Mesmo assim, esse primeiro gênero do conhecimento é importante, é uma potência de acordo com o uso. Contudo, como Spinoza está pensando no homem livre, este não pode se reduzir ao imaginário, mas no que usa sua potência de pensar, no âmbito racional.

---

<sup>104</sup> SPINOZA, 2009, p. 98.

Axiomas. 1. A essência do homem não envolve a existência necessária, isto é, segundo a ordem da natureza tanto pode ocorrer que este ou aquele homem exista quanto que não exista. 2. O homem pensa. 3. Os modos de pensar tais como o amor, o desejo, ou qualquer outro que se designa pelo nome de afeto do ânimo, não podem existir se não existir, no mesmo indivíduo, a ideia da coisa amada, desejada, etc. Uma ideia, em troca, pode existir ainda que não exista qualquer outro modo do pensar. [...] <sup>105</sup>

Axioma são verdades universais que não precisam ser explicadas. Porém, quando se diz “o homem pensa”, geralmente se entende que o homem pensa por meio de imagens ou de palavras, ou seja, reduz-se à opinião. O primeiro gênero do conhecimento para Spinoza, é o conhecimento da opinião (*doxa*), daí ele fazer uma crítica à maior parte das pessoas cujo conhecimento é restrito ao conhecimento de primeiro gênero.

É quando ele aborda as três ilusões da consciência: algo age sobre mim com uma certa finalidade; eu julgo aquilo como bom ou mau, a partir do efeito produzido em mim; eu passo a agir como uma suposta livre escolha. Ou seja, existe uma coisa “estranha”, produzida fora da Natureza, interferindo sobre os acontecimentos. E isso é projetado em um deus transcendente. Trata-se das ilusões da consciência. Isso é, sirvo-me daquilo de que tenho consciência, mas não uso minha potência de pensar, e sim as ilusões mencionadas anteriormente.

Postulados. 1. O corpo humano pode ser afetado de muitas maneiras, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, enquanto outras tantas não tornam sua potência de agir nem maior nem menor. [...] 2. O corpo humano pode sofrer muitas mudanças, sem deixar, entretanto, de preservar as impressões ou os traços dos objetos [...] e, conseqüentemente, as mesmas imagens das coisas. [...] <sup>106</sup>

Tudo aquilo que existe se esforça para perseverar na sua própria natureza, segundo Spinoza. Não existe nada na natureza que não se esforce para perseverar na sua própria natureza. Ele usa um termo em latim, *conatus*, justamente para traduzir este significado de esforço.

Esse esforço da mente é chamado por ele de vontade. Essa vontade, esse *conatus* ocorre por afirmar ou negar algo. De qualquer forma, a mente sempre concebe uma ideia, uma ideia de afecção. Mas essa ideia pode ser uma ideia pela qual a mente afirma ou nega a existência de algo. Por exemplo, minha mente pode afirmar a existência de um cavalo alado, cavalo com asas, que voa. Eu tenho essa imagem, essa ideia de uma afecção. A mente afirma a ideia, inclusive, de algo falso,

---

<sup>105</sup> SPINOZA, 2009, p. 52.

<sup>106</sup> Ibid., p. 99.

em sua vontade de produzir a ideia, porém, ela irá negar isso quando tiver uma ideia de outra coisa que exclui essa primeira ideia. Nesse sentido, a mente pode excluir a primeira ideia ou por uma outra opinião (*doxa*), ou por um conhecimento adequado. Ou seja, ou a exclusão da primeira ideia se dá pela via da opinião, ou se dá pela via do segundo gênero do conhecimento.

A noção de potência condiz com sua concepção de desejo como positividade, que se define em sentido contrário à tradição platônica, seguida pela psicanálise, que entende o desejo como baseado na falta. Spinoza define o desejo como “o apetite com consciência de si mesmo”, sendo que a consciência do desejo não acrescenta nada ao apetite. O desejo não nasce por julgarmos uma coisa boa e, então, tendermos para ela. Ao contrário, é o fato de tendermos para ela, isto é, de já a desejarmos, que a torna boa. Essa inversão elucida a noção do desejo: sendo o apetite o esforço (*conatus*) pelo qual cada coisa persevera no seu ser, esse esforço determina-se pelas afecções que nos vêm dos objetos, o que causa a consciência do *conatus*. A consciência, nesse sentido, é o sentimento da passagem de uma perfeição maior (alegria) a uma menor (tristeza), ou o inverso, dependendo da forma pela qual somos afetados pelos objetos encontrados. Aqueles que nos convêm, levam-nos a uma potência superior, os que não nos convêm comprometem nossa coesão e nos subdividem, levando-nos à impotência.<sup>107</sup>

Isso significa que o meu corpo tem que ser afetado para produzir uma outra imagem, um outro afeto. Visto que Spinoza afirma que um afeto só é destruído por outro afeto mais forte. O que pode vir através da opinião (primeiro gênero) ou por meio do entendimento (segundo gênero).

Esse esforço da mente de produzir uma ideia de algo, Spinoza chama de vontade. À medida que o corpo é afetado, a mente irá produzir uma ideia daquela imagem, ou seja, a vontade. Esse esforço simultâneo no corpo e na mente será chamado pelo Spinoza de apetite. A nossa essência é esse esforço, esse *conatus*, e esse esforço no corpo e na mente simultaneamente será considerado como apetite.

Essa inversão elucida a noção: anterior à falta, o desejo é imediatamente o apetite, o esforço (*conatus*) pelo qual cada coisa, cada um de nós, persevera no seu ser. Esse esforço determina-se pelas afecções que nos vêm dos objetos, o que causa a consciência do *conatus*. A consciência do desejo nada acrescenta a ele: ela apenas registra o sentimento da passagem de uma perfeição maior (alegria) a uma menor (tristeza), ou o inverso, dependendo da forma pela qual somos afetados pelos objetos encontrados. Aqueles que nos convêm levam-nos a uma potência superior, portanto, à alegria; os que não nos convêm comprometem nossa coesão e nos subdividem, levando-nos à impotência.<sup>108</sup>

<sup>107</sup> PEREIRA, Ondina Pena; TIMM, Flávia Bascuñán; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Psicologia da Diferença: por uma ética da singularidade. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Ano II, Vol. II, n.4, jan./jun., 2019, p.58.

<sup>108</sup> PEREIRA, 2015, p.16.

Há três afetos primários. O primeiro afeto, a consciência do apetite, será chamado de desejo. Na realidade, trata-se da mesma coisa o apetite e o desejo, sendo a única diferença o fato de geralmente dizermos desejar isso ou aquilo quando temos consciência de um apetite, ou seja, nós apetecemos, porém, de modo inconsciente. E quando temos consciência disso, já se trata de um efeito, o desejo. Desejo, portanto, é o próprio esforço para se perseverar na própria natureza. Enquanto existimos, somos desejo. Esse desejo não implica nenhum tipo de falta.

A essência atual do corpo é, assim como a da mente, o seu próprio esforço. Ora, a essência atual de *qualquer* coisa singular existente em ato, em qualquer atributo da substância, é o esforço para perseverar em seu ser ou em sua natureza. [...] “Esforço” é a tradução de “*conatus*”. Tudo que existe se esforça por um tempo indefinido para permanecer em sua natureza. [...] Quando o *conatus* refere-se à mente e ao corpo, Spinoza chama-o de *apetite*. [...] E quando esse apetite torna-se *consciente* em nós, Spinoza chama-o de *desejo*.<sup>109</sup>

No entanto, ora esse desejo é favorecido, ora esse desejo é constrangido. Nosso desejo é produzido através das afecções do nosso próprio corpo. Esse desejo, que é o que nós somos, então, nunca é algo estático, é produzido e varia através das afecções que nosso próprio corpo sofre. A alegria, portanto, será uma passagem da nossa própria mente para uma maior perfeição. Esse desejo favorecido, em razão de uma afecção que meu corpo sofreu, faz com que a minha mente – que está unida ao corpo – passe a uma maior perfeição. Essa passagem se dá porque eu não sou mais o mesmo, eu sou outro, a minha essência é outra, o meu desejo é outro, eu me modifiquei.

A alegria, então, é uma paixão, na qual a mente passa a uma maior perfeição. Essas definições dos afetos aqui expostas são afetos-paixões, cuja causa envolve as afecções do corpo. Paixão é tudo aquilo que vem de fora. À medida que eu sou afetado por um outro corpo, eu passo a uma maior perfeição ou a uma menor perfeição. Necessariamente, portanto, nós sofreremos paixões. Se a questão de Spinoza é exatamente não sermos governados pelas paixões, quando excedemos o que podemos, não se trata de jogarmos as paixões fora, o que seria impossível. Se eu existo, então, eu sofro afetos, paixões, eu continuo sendo algo que deseja. Se o meu desejo foi favorecido, passo a uma maior perfeição, eu existo alegre. Eu estou alegre quando o esforço para eu perseverar na minha própria natureza foi favorecido. É uma experiência da mente que envolve o que se passou no corpo. Há vários tipos

---

<sup>109</sup> FERREIRA, 2009, p. 26.



e níveis de alegria, cuja restrição da capacidade vocabular não nos permite conceituar.

Com base nessa ética, compreendemos os afetos como corresponsáveis na produção do conhecimento. Spinoza se contrapõe à racionalidade cartesiana, que separa pensamento e corpo e entende os afetos, as paixões, como impedimentos para uma compreensão clara e distinta das coisas. De acordo com o autor de *Ética*, o ato racional não se separa dos afetos e é só dessa maneira, em contato com os afetos, que a racionalidade pode ser curativa, transformadora: mudando hábitos, maneiras de pensar, modos de vida fundados sobre uma moral que nos preenche de maneira a diminuir nossa potência, produzindo tristeza. Nesse sentido, de uma forma mais contemporânea, poderíamos dizer que o conhecimento não é neutro, não é apolítico, ao contrário, ele está no cerne da luta pela imposição de significados.<sup>110</sup>

Quando eu tenho um outro encontro, de tristeza, um mau encontro, a mente passa a uma menor perfeição. Para Spinoza, não existe imperfeição, mas sim maior perfeição ou menor perfeição. Se algo existe, é Deus, enquanto Natureza, exprimindo-se ali, então, não pode haver imperfeição. Pois se o que existe for imperfeito, o que o causou seria imperfeito, o que derrubaria todo o edifício teórico de Spinoza. Em Platão, sim, há esta lógica, de aquilo que não se aproxima do modelo (ideal) estar imperfeito: no mundo sensível algo está mais perto ou mais distante do mundo inteligível. Mas em Spinoza não. Para Spinoza, mesmo tristes, passamos a uma menor perfeição, porém seguimos sendo perfeitos. Mesmo triste, o desejo está preenchido pela afecção. A afecção já modificou o meu próprio desejo e, portanto, já produziu o desejo.

A noção de potência do autor fornece os fundamentos da sua concepção de desejo como positividade, definida em sentido contrário à tradição platônica – cujo modelo se encontra também na articulação da noção de desejo da psicanálise – que entende o desejo como fundado na falta. Para Spinoza, o desejo não nasce por julgarmos uma coisa boa e, então, tendermos a ela. Ao contrário, é o fato de tendermos para ela, isto é, de já a desejar, que a torna boa.<sup>111</sup>

Por exemplo, se for uma afecção que envolve um outro corpo que não se compôs comigo, que diminuiu, então, esse meu esforço, ou seja, meu esforço foi constrangido, eu estou, portanto, triste. Entretanto, eu continuo sendo desejo, uma vez que não há falta para o desejo. No entanto, como eu não quero ficar triste,

<sup>110</sup> PEREIRA, Ondina Pena; TIMM, Flávia Bascuñán. Mulheres e violência: em busca de um método de atendimento psicossocial da diferença. PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco, 2015, p.29.

<sup>111</sup> PEREIRA, Ondina Pena. A prática psicológica e a crítica aos sistemas hegemônicos de produção de significados: uma contribuição conceitual. PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco, 2015, p.16.

experimentando esse constrangimento do meu esforço, dessa minha potência de agir, eu ajo para que meu esforço aumente a minha potência de agir, para passar a uma maior perfeição. Contudo, neste momento, eu sou ignorante das causas da minha tristeza ou da minha alegria.

O desejo é a minha própria essência. Quando sou afetado por um outro corpo em que meu desejo é favorecido, minha própria essência, isso faz com que eu experimente a alegria. Quando esse desejo é constrangido, isso faz com que eu experimente a tristeza.

Spinoza nos ensina a cultivar a força, a potência da alegria, se quisermos nos libertar de tudo aquilo que nos tiraniza, especialmente as ideias equivocadas, fabricadas com nossa imaginação e não com a nossa capacidade racional. Sua tese do paralelismo pensamento-corpo afirma que não há qualquer relação de causalidade entre o pensamento e o corpo, não havendo, portanto, nenhuma eminência de um sobre o outro. O que é ação na alma é também necessariamente ação no corpo e o que é paixão no corpo é necessariamente paixão na alma. Trata-se de dois universos – o do pensamento e do corpo – como expressões de uma mesma realidade. Tais expressões resultam dos encontros entre ideias, dos encontros entre corpos. É importante que, nesses encontros, os corpos convenham um ao outro, as ideias convenham uma a outra. É essa a condição para que se componham entre si e formem um todo mais potente. Caso não se convenham - uma ideia a outra ideia, um corpo a outro corpo – o resultado é a decomposição, isto é, sua redução à impotência.<sup>112</sup>

Essa alegria que a mente experimenta – que envolve aquilo que necessariamente se passou com o corpo – envolve excitação ou contentamento. E a tristeza – que é essa experiência na qual a mente passa a uma menor perfeição e envolve o que se passou com o corpo – envolve a tristeza como dor ou melancolia.

A ética de Spinoza, embora fazendo parte do racionalismo iluminista do século 17, rompe com o dualismo das substâncias cartesianas pensamento/corpo, com o qual a racionalidade elege o pensamento livre dos afetos como via de acesso à verdade, inclusive sobre si. Em outras palavras, Spinoza não entende o pensamento, como o faz Descartes, como uma substância separada do corpo, das paixões. Para o autor, mente e corpo são *atributos de uma mesma substância* paralelamente presentes no mundo, agindo sobre ele e sendo afetados por ele. Assim, os afetos, como parte do conhecimento e, por conseguinte, da vida, são responsáveis pelo alcance ético e pela felicidade dos humanos. A compreensão meramente racional não é um caminho suficiente para interromper hábitos, comportamentos e/ou atitudes que trazem tristezas, pois, na medida em que é uma paixão, a tristeza só pode ser combatida por uma paixão oposta e maior.<sup>113</sup>

A excitação envolve um favorecimento de apenas uma parte do nosso corpo, uma vez que nosso corpo é composto por muitos outros corpos. Se só uma parte do nosso corpo é mais favorecida que as demais partes do nosso corpo, Spinoza dará a

<sup>112</sup> PEREIRA; TIMM; GONÇALVES, 2019, p. 57.

<sup>113</sup> PEREIRA; TIMM, 2015, p.30.

isso o nome de excitação. Eu passo a uma maior perfeição, estou alegre, mas essa alegria envolve apenas uma parte do meu corpo, essa alegria, então, é uma alegria enquanto excitação. Mais adiante veremos a necessidade de repetição dessa excitação assim que passa o seu efeito. Enquanto perspectiva de querer perseverar na própria Natureza, posso desenvolver um amor excessivo a algo: eu não vivo sem aquilo. Na minha imaginação, quando passa o efeito e eu estou destruído, estou perdido, então repito a ação para desfrutar da mesma realidade novamente, mesmo favorecendo apenas a uma parte do corpo.

No entanto, essa alegria enquanto excitação não me conduz ao favorecimento da produção da ideia adequada, que ocorreria pelo contentamento e não pela excitação. O contentamento é quando todo o corpo é favorecido, todas as partes do corpo são favorecidas. Eu não me alegro só com aquilo cujo efeito é finito e quando termina eu quero de novo. Mas sim eu me alegro de várias maneiras, com vários encontros, com vários corpos, favorecendo, então, todas as partes do meu próprio corpo. Eu me coloco, portanto, em experimentação, para me compor junto com muitos outros corpos, de acordo com aquilo que eu posso evidentemente. Essa alegria é denominada por Spinoza como contentamento. E ele diz que ela é mais difícil de ser encontrada entre os homens, em razão da sua constatação de que a maior parte dos indivíduos está na servidão. Evidentemente eu sou servo de uma paixão. E quando passa o efeito, eu quero novamente experimentar isso (excitação). Isso para o autor é o mais comum entre os homens.

Prefácio. Chamo de servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos. Pois o homem submetido aos afetos não está sob seu próprio comando, mas sob o do acaso, a cujo poder está a tal ponto sujeitado que é, muitas vezes, forçado, ainda que perceba o que é melhor para si, a fazer, entretanto, o pior.<sup>114</sup>

Quando eu sou dominado por uma paixão, mesmo em se considerando essa excitação como alegria, por não experimentar uma alegria ativa – de segundo gênero – ao passar o efeito, eu reproduzo o padrão, para ter novamente essa excitação. Já o contentamento é quando já estou agindo, quando eu me alegro com várias coisas. A seguir veremos, também, quando Spinoza irá explicar que esse afeto é o mais importante de todos: a alegria enquanto contentamento. Visto que, enquanto se está na excitação, está-se mais distante de produzir a ideia adequada.

---

<sup>114</sup> SPINOZA, 2009, p. 155.

Então, deduzimos que a alegria produzirá excitação ou contentamento. Se houve o destaque de apenas uma parte do corpo, temos a alegria enquanto excitação. Por exemplo, a boca experimentou – pelo paladar – um sabor agradável. Porém, quando passa o efeito, eu quero comer novamente, e eu me torno refém disso. Essa alegria enquanto excitação me torna, portanto, impotente para selecionar outras maneiras de ser afetado, ou seja, eu sou escravo dessa paixão.

Em contrapartida, no contentamento, eu já passo a uma maior perfeição, que é a experiência da mente, pois essa outra alegria envolve o favorecimento do corpo de modo integral, não é só um objetivo ou um só indivíduo, são várias coisas. Por exemplo, uma boa refeição faz bem, assim como uma boa bebida ou uma boa viagem, entretanto, ao juntar essas várias alegrias com outras boas alegrias, como uma boa conversa com alguém etc., tem-se aí o contentamento.

Retomemos o aspecto de, na tristeza, a mente passar a uma menor perfeição, embora eu continue perfeito, por ser parte de Deus (Natureza), de algo absoluto e eterno. Essa tristeza envolve algo no corpo que foi mais afetado do que as outras partes, só que isso no corpo que foi mais afetado é no âmbito do constrangimento. Isso será chamado por Spinoza de dor. Por exemplo, eu comi algo que me fez mal, então, há dor. Aquela região do corpo se destaca das demais, como um afeto mais forte, como uma dor tamanha que me impede de ler e de fazer outras coisas, por exemplo. Ou seja, estou triste e é graças a uma região do corpo que se destacou, minha tristeza, enquanto menor perfeição, envolve uma parte do corpo que foi mais constrangida do que as demais. A isso Spinoza chama de dor.

Spinoza, contudo, diferencia dor de melancolia. Para ele, a melancolia é uma tristeza na qual todas as partes do corpo estão constrangidas. É um constrangimento que assola o corpo de modo integral. O esforço do corpo para perseverar em sua própria natureza está inteiramente constrangido. Então, a mente passa a uma menor perfeição, pois existe a tristeza. Se qualquer afeto envolve as afecções que nosso corpo sofre, não existe o ser melancólico, um sujeito destinado à melancolia, que consistiria em toda a potência do corpo (todo esforço do corpo) para perseverar na sua própria natureza sendo constrangido para que se possa ter a melancolia. Como há o esforço para sair da melancolia, potencializa-se o perseverar na própria natureza como estratégia de superação desse estágio.

Independentemente de ser homem livre ou ser homem servo, todos estão com as mesmas condições, pois todos experimentam desejo, alegria, tristeza. Ou seja,

experimentam paixões, estando todos no mesmo nível: os raros homens livres e os homens servos – a maioria. Ambos experimentam alegria enquanto excitação ou contentamento, bem como tristeza, enquanto dor ou melancolia. Embora não sejam livres por natureza, os homens podem alcançar a liberdade, desde que atinjam a beatitude. Segundo Chauí<sup>115</sup>, para Spinoza, o amor intelectual por Deus é a própria felicidade e a própria liberdade: “a beatitude consiste no amor por Deus [...] esse amor referido à mente, à medida que ela age, e, portanto, [esse amor] é a própria virtude.” Quanto mais a mente conhece a virtude da beatitude, maior é o seu *conatus*, sua força para existir e potência para agir, tal como ela é em sua realidade e em sua perfeição na natureza de Deus. Essa é a maior felicidade, de uma forma finita, de ser a expressão livre, autônoma e espontânea do que Deus manifesta nele de sua natureza divina, infinita e eterna no presente. Leite<sup>116</sup> explica:

O homem ao conhecer-se, pela razão ou intuição, uma unidade singular na totalidade de Deus (Natureza), apreende que o amor de Deus – que nasce do segundo e, principalmente, do terceiro gênero de conhecimento – é eterno. Conhece a beatitude ou a absoluta e necessária última liberdade ou a suprema serenidade definida por Espinosa como o amor constante e eterno para com Deus e o amor constante e eterno de Deus pelos homens.

Temos de entender, então, a partir daí, os afetos que são facilmente produzidos nos indivíduos que ainda não produziram o conhecimento de segundo gênero e aqueles que já conduzem sua existência pelo conhecimento de segundo e também pelo de terceiro gênero. Trata-se, logo, de refrear os afetos nocivos. Visto que qualquer um de nós experimenta esses três afetos primários: desejo, alegria e tristeza. A diferença é que o homem sábio – não a todo momento – está mais apto a refrear esses afetos que derivam desses três afetos primários, não como um sujeito livre para sempre, visto termos nascido ignorantes das causas, podendo nos tornar livres durante a nossa existência, mas o desafio constitui-se em manter-se livre, pois as paixões estão a permear a nossa existência.

---

<sup>115</sup> CHAUI, Marilena. **Desejo, Paixão e Ação na Ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.67.

<sup>116</sup> LEITE, Wiltonn William. **O homem livre em deus por Bento Espinosa**. Dissertação de Mestrado. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2016, p.94.

A proposta ontológica de Spinoza aponta para uma forma afirmativa do ser e de todas as coisas, o que corrobora para a proposta metodológica de apontar as potencialidades dos sujeitos e não suas faltas e carências. Spinoza nos ensina que é necessário conhecer as relações que são constituídas com os afetos para que mudemos nossa forma de pensar e, conseqüentemente, de agir. As ações discriminatórias não são apenas atos, mas cognições abarrotadas de afetos e valores, articuladas com o social, o político e o econômico que levam à exclusão social.<sup>117</sup>

Com isso, até mesmo o homem sábio pode passar a agir como um homem ignorante, pode passar a odiar, a querer se vingar etc. No entanto, é justamente por saber disso, que ele evita certos encontros, por pressupor que daquele encontro poderia ser produzido um certo ódio, ou alguma vingança. Situações que assolam aquele que ainda não conquistou o conhecimento de segundo gênero.

Por meio de um método geométrico, Spinoza explica que uma coisa deriva da outra. A alegria acompanhada da ideia de uma causa exterior produz o afeto de amor. Por exemplo, estou alegre e tenho consciência dessa alegria, então, passei a uma maior perfeição, dado que essa alegria está acompanhada da ideia (imagem) de uma causa exterior (do corpo que me afetou), cujo objeto está isolado desse encadeamento de determinações da própria natureza, logo, tem-se o amor. Haja vista que o que favoreceu o meu esforço foi este corpo, este indivíduo, humano ou não humano, que produziu em mim essa alegria. Há, então, um esforço para conservar em mim a causa da minha alegria, dado que qualquer coisa na natureza se esforça para aumentar sua potência de agir. Nada se esforça na natureza para ter sua potência de agir constrangida.

Não que amar seja uma escolha. Ocorre que eu tive um encontro, que produziu alegria, e como estou na ideia inadequada, há uma mistura da imagem do corpo que me afetou, a qual me conduz a querer conservar isso: esse amor para perseverar na própria natureza. A seguir também será tratado o amor de segundo gênero, cujo encadeamento já é diferente, bem como existe o amor intelectual de Deus no terceiro gênero de conhecimento. Evidentemente esse amor de primeiro gênero me mantém ignorante: agora eu quero aquele corpo (aquela pessoa ou aquele objeto), não vivo sem aquilo.

Da tristeza, Spinoza definirá um outro afeto que dela deriva, a tristeza acompanhada de uma causa exterior, tem-se o ódio. Se o amor é um esforço para

---

<sup>117</sup> PEREIRA; TIMM; GONÇALVES, 2019, p. 53.

conservar o objeto, que é a causa da minha alegria, o ódio é, portanto, um esforço para destruir o objeto que supostamente é a causa da minha tristeza. Como eu não quero ficar triste e eu tenho a imagem da minha tristeza atrelada a um determinado objeto (o corpo que me afetou), quero, então, acabar com a imagem da presença do corpo que me afetou de tristeza, o que diminui a potência da mente e do corpo, ao mesmo tempo. Se a causa da tristeza é ligada a esse corpo, produz-se esse encadeamento chamado de ódio. Isto é, para que se odeie algo, é preciso que se esteja triste. Ao passo que para amar, tenha que se estar alegre. Tudo no âmbito do primeiro gênero do conhecimento.

A *Ética* de Spinoza nos convida a uma experimentação com a existência, na qual descobrimos o que é *bom* e o que é *mau* à nossa natureza, rompendo com a concepção moralista de organização em modelos fixos a serem seguidos, como o de bem e mal.<sup>118</sup>

O homem sábio já liga as questões às causas da Natureza, não havendo causas imaginárias, mas apenas causas reais. Não é que haja um sujeito bom ou um sujeito mau. Há apenas bons encontros e maus encontros. Ou houve um mau jeito no encontro, podendo-se cogitar uma outra maneira de que o encontro seja melhor. Há, então, o raciocínio, o qual faz com que eu me coloque em experimentação: dessa outra forma, pode-se compor um bom encontro. Nesse sentido, esse homem sábio já não ama esse objeto, ele já refreia, visto que Spinoza entende como servidão a impotência humana para regular e refrear os afetos-paixões.

Mas como tornar ativo um corpo, isto é, como é possível controlar as paixões? Trata-se de um longo processo, que, evidentemente poucos realizam inteiramente. Na *Ética*, Spinoza vislumbra um nível de conhecimento de um grau mais elevado, isto é, mais essencial, que é produzido por indivíduos que, a partir da sua seleção feliz de bons encontros, realizaram a sua potência de tal forma que já não mais padecem, já não mais se encontram vulneráveis a paixões que geram ideias inadequadas e suas ações correspondem plenamente a sua natureza, isto é, produzem ideias inadequadas e conhecimentos essenciais.<sup>119</sup>

Já no segundo gênero, haverá ritmo, envolvendo várias experimentações de alegria, isto é, a vida se intensificando na nossa existência para perseverar na própria natureza. Enquanto no amor e no ódio, fica-se preso somente no efeito, que faz com se ligue sempre à causa imaginária. Por exemplo, como se veem os crimes passionais. Ou seja, liga-se a tristeza ao objeto exterior enquanto causa, no entanto, este objeto exterior enquanto causa já potencializou antes o amor. Daí a intenção de

<sup>118</sup> PEREIRA; TIMM, 2015, p. 34.

<sup>119</sup> Ibid., p.34-35.

destruir o que se odeia, acreditando que se aquilo for destruído, a tristeza irá embora. O que será chamado posteriormente por Nietzsche – em *Genealogia da Moral* – de vingança imaginária, eu me vingo imaginariamente, por não estar pensando as causas reais da tristeza.

Spinoza falará de outros afetos relacionados ao amor e ao ódio, como esperança e medo, por exemplo. Para ele, a esperança é uma alegria instável que surge de algo de que não se tem certeza se irá efetivamente acontecer. Já o medo é uma tristeza instável, uma vez que não tenho certeza se aquilo que eu odeio irá realmente acontecer ou não. A ponto de Spinoza afirmar que não existe esperança sem medo, pois mesmo que se espere que algo aconteça (esperança), há o medo de que isso possa não acontecer, isto é, esperança e medo caminham juntos. Esperança está ligada a algo que se ama, já o medo está ligado a algo que se odeie, visto que ambos estão na base das superstições, como bons ou maus presságios, por exemplo, denunciando o autor que as massas são governadas pela esperança e pelo medo. Já pelo conhecimento mais racional, a mente está apta a não se tornar prisioneira da esperança e do medo, visto que as superstições só mantêm os homens na ignorância.

Quem ama algo deseja *conservá-lo*, já que a mente imagina que o objeto amado é, em si mesmo, a causa do favorecimento da sua potência. E quem odeia algo deseja *afastá-lo* e *destruí-lo*, já que a mente imagina que o objeto odiado é, em si mesmo, a causa da diminuição da sua potência. [...] É inevitável que aquele que ama tenha a esperança de conservar o objeto amado e tenha, simultaneamente, o medo de perdê-lo, pois assim como a dúvida está para a imaginação, a flutuação de ânimo está para o afeto.<sup>120</sup>

Spinoza define a servidão humana como a impotência humana para regular ou refrear os afetos-paixões, ou seja, o homem é servo quando está impotente, isto é, quando excede aquilo que pode ou não consegue impedir certos afetos-paixões que são nocivos. Ele se torna, então, facilmente conduzido pelos afetos-paixões. Com isso, o servo até pode saber o que é melhor para si mesmo, mas acaba fazendo o que é pior para ele próprio, justamente por ser dominado por um afeto-paixão. E Spinoza propõe a liberdade humana que passa, necessariamente, por um conhecimento dos afetos.

Por isso, interessa-nos entender como os afetos são produzidos em nós e qual é a força ou a potência da nossa mente de, ao conhecer a produção dos afetos, tornarmo-nos livres para produzir os nossos próprios afetos. Spinoza dirá que a mente

---

<sup>120</sup> FERREIRA, 2009, p.28.



humana está unida ao corpo e que conhece, primeiramente, as modificações de seu próprio corpo, uma vez que sofre modificações com as misturas com outros corpos, produzindo as afecções ou imagens. Ou seja, as imagens ou afecções são produzidas nos encontros entre os corpos: imagens olfativas, gustativas, factuais etc., enquanto impressões, como uma espécie de carimbo que um corpo deixa em outro corpo.

Assim, quando imaginamos algo, imaginamos algo que foi afetado por um outro corpo, dado que a mente – unida ao corpo – considera essa impressão presente. É o conhecimento de primeiro gênero, o imaginário, no qual imaginamos impressões ou afecções que foram produzidas pelo nosso corpo, somente pelo fato de existirmos. E a todo momento, conhecemos esses efeitos dos outros corpos sobre o nosso próprio corpo. Spinoza chamará isso de afecção, que é a própria imagem – imagem corpórea, no entanto, a presença da imagem enquanto consciência já é imaginação.

O afeto, então, é a variação da nossa potência de agir, do nosso esforço para perseverar na nossa própria natureza. Logo, esforça-se para aumentar a sua potência de agir sobre o mundo. No entanto, o afeto é o favorecimento ou o constrangimento dessa potência de agir, enquanto variação da potência, do esforço. Portanto, é a afecção que produz o afeto. O afeto envolve necessariamente a afecção. É a ideia inadequada, justamente por misturar imagem e afeto, que são distintos, porém, aparecem misturados na consciência. A ideia é inadequada por ligar a imagem do afeto ao corpo que afetou, sendo que só um resíduo do corpo que afetou é conhecido.

Nesse sentido, se um corpo afetou a causa da minha potência, ele é a causa da minha alegria. Ou o contrário, se um corpo afetou a causa da minha tristeza, ele é a causa da minha tristeza. Logo, não se separa a imagem do afeto. Liga-se a causa do afeto à imagem de que se tem consciência. Nesse primeiro gênero do conhecimento em Spinoza, vivencia-se a servidão. Não há como transformar algo em valor universal. Algo não é bom para todos, pois os corpos têm singularidades. Essa universalidade é uma invenção moral. A mistura – enquanto composição – pode ser boa ou má, mas isso é singular para cada indivíduo.

Quando se determina que algo é universalmente bom ou mau, isso automaticamente abandona a nossa oportunidade de experimentar o conhecimento das relações com os corpos e disso retirar compreensões singulares. Spinoza ressalta a importância de nos servirmos das paixões para experimentarmos os afetos-ações. Entre todos esses afetos, existem afetos deixados de lado, devido à liberdade, mas

existe um afeto que precisa ser mais cuidado: a alegria enquanto contentamento, quando toda a potência do corpo é favorecida, como já se explicou anteriormente.

Ao chegar no ponto em que já há a escolha racional da composição dos corpos que lhe são convenientes, o homem se alegra com sua potência de agir em favor de sua própria natureza, a partir de suas experimentações, enquanto conquista de outro corpo, uma maneira de se compor com o outro corpo. Essa alegria consigo mesmo que não veio ao acaso faz o sujeito experimentar o que Spinoza chama de *satisfação consigo mesmo* enquanto efetivação de potência, conhecida, então, como alegria ativa, produzida quando a minha mente tem essa ideia adequada.

Porém, existe outro desejo ativo, também derivado da ideia adequada, desejo de viver cada vez mais de forma livre, que faz o homem ser capaz de ter a *moderação*, quando se ativa a potência para regular e refrear os afetos nocivos. Se eu sou livre, consigo regular os afetos, visto que se eu exceder a dose, isso me fará mal, então, modera-se a ação no encontro com os outros corpos.

Ao mesmo tempo, continuar vivendo de uma maneira livre pressupõe a *generosidade*, isto é, quando se tem o desejo de ajudar os outros homens, uma vez que já se está livre e alegre. O que se diferencia do âmbito cristão da compaixão, que envolve o ato de ter dó de alguém. Para Spinoza, o fato de você estar livre o fará querer fazer com que outros homens também se tornem livres, conforme sua perspectiva de liberdade.

Contudo, Spinoza aponta a necessidade da *modéstia*, ou seja, não ficar falando de si mesmo. No sentido de que há coisas mais interessantes para serem conversadas do que falar de si mesmo, enquanto uma outra possibilidade de ser generoso. O que mostra uma outra postura diante do conhecimento desse sábio, em relação ao ignorante.

Já o amor de segundo gênero está relacionado a cada afecção (a cada encontro) que o corpo sofre. Ou seja, você continua amando a vida, porque a vida não age por finalidade. É a ordem da natureza, mesmo quando se fica triste, por ser ordem da natureza. No entanto, dissocia-se a imagem do afeto no segundo gênero do conhecimento. Não se confunde o pensamento com a imagem. Esse segundo gênero de conhecimento será chamado de razão, de racional, no campo das causas reais entre os corpos. Como os corpos mudam, eles procuram ser causas dos próprios afetos. O que antes combinava passa a não combinar mais. Existe desejo no corpo de ser afetado de outras maneiras, quebrando hábitos.

Já o terceiro gênero do conhecimento será chamado por Spinoza de intuitivo, uma vez que se trata de um conhecimento da essência, da nossa própria essência, essência do corpo e também da essência da nossa própria mente. E toda essência é eterna, enquanto parte da essência da Natureza (Deus). Visto que Deus coexiste com os seus produtos, como experiência da eternidade, quando se produz a própria essência por meio da maneira de ser afetado pelos outros corpos. A essência é modificada e produzida pelo encontro com os outros corpos para produzir a essência do corpo e a essência da mente.

Natureza Naturada é o que existe: um corpo e uma mente já é Natureza Naturada. Spinoza denominará de atributo Extensão aquilo que produz os corpos. O atributo Extensão não produz ideia (mente), por isso o corpo não pensa. É a mente quem pensa. Assim, o atributo extensão, que é uma potência de Deus, produz, por toda a eternidade, corpos, das mais diversas formas, visto que a forma é o resultado do encontro. A forma é o resultado de um encontro de corpos, é uma criação. Deus (Natureza) não fez o homem a partir de um modelo, de uma forma, mas sim os corpos são produtos de um agenciamento: de criações da Natureza. Deus produz corpos necessariamente (atributo Extensão).<sup>121</sup>

Ao ir me diferenciando de mim mesmo, passo a me produzir, enquanto artista de mim mesmo, uma vez que quero experimentar outros afetos, ser afetado de maneiras diferentes, para que minha vida seja cada vez mais intensa. Isso tem relação direta com o conhecimento intuitivo, no qual a morte deixa de ser um problema. Visto que a filosofia de Spinoza é a filosofia da vida, em que esse homem livre quase não pensa na morte. E esse conhecimento intuitivo só é possível por sermos ativos, ou seja, causa das nossas próprias modificações, conquistando essa singularidade.

Isso também se constitui como uma abertura ao imprevisível, através de uma experimentação, de uma forma diferente de quebrar hábitos. É então quando se passa a compreender que cada maneira de se transformar lhe é conveniente. O que só se dará pela experimentação. Pois, ao se alegrar de muitas maneiras, a mente é estimulada. E quanto mais se está alegre, mais próximo se está de se ter esta ideia adequada de contentamento.

As ideias apresentadas por Spinoza me remetem a Deleuze e se constituem muito importantes para que se possa pensar a psicologia política e, por conseguinte, a psicologia da diferença. Compreender os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico será fundamental após o entendimento da leitura da obra de Spinoza feita por Deleuze e outros(as) autores(as).

---

<sup>121</sup> GONÇALVES, 2019, p. 9.

Figura 10: Rizoma em Deleuze e Guattari



Fonte: CARRASCO<sup>122</sup>.

---

<sup>122</sup> CARRASCO, Bruno. **Rizoma em Deleuze e Guattari** [figura]. Em 18 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.ex-isto.com/2020/07/rizoma-esquizoanalise.html>>. Acesso em: 13 out. 2022.

Repetição?  
Não,  
Diferença!  
Reprodução?  
Não,  
Criação!  
Redizer?  
Replicar?  
Jamais!  
Agir!  
Agenciamentos,  
Imposição,  
Afecção,  
Dominação?  
Não!  
Basta!  
Rompimento,  
Subversividade,  
Ruptura...  
Diferença!

### 5.3. A ideia da Diferença em Deleuze e Guattari

O livro “O anti-Édipo”, de Deleuze e Guattari, é uma crítica ao que os autores denominam de Edipianização Capitalista, bem como uma crítica à Edipianização Psicanalítica, na medida em que da análise fundada nesse complexo sobrevém uma subjetividade fortemente neurótica.

Neste livro, eles expõem uma nova teoria do desejo e do encontro, diferente da teoria psicanalítica da Psicanálise Clássica, freudiana e lacaniana (muito em voga à época). Com o intuito de fazer justamente o que não faz a Psicanálise, que é devolver ao desejo a produção de intensidade, por intermédio de uma outra prática clínica e política que eles denominaram de Esquizoanálise, os autores fazem com que o desejo volte a produzir intensidade, realidade ou um corpo sem órgãos. Isso tem uma perspectiva clínica, pois o sujeito se deserotiza e volta a produzir essas intensidades, mas também tem um sentido político, pois o capitalismo só se constitui por haver uma reprodução social de neuróticos. É a subjetividade neurótica que interessa justamente ao capitalismo, pois ela irá interiorizar o sentimento de culpa, irá desenvolver a dívida a infinitos, bem como encontrará o limite ao seu desejo na sociedade que é a lei.

O livro se divide em quatro capítulos: o primeiro se intitula “as máquinas desejantes”, que são consideradas as conexões maquínicas do desejo as quais funcionam como uma síntese disjuntiva, acoplada, por sua vez, a um "circuito" mais amplo que é composto por várias outras máquinas; o segundo, “Psicanálise e Familismo”, aborda a “sagrada” ou a “santa” família, a família burguesa e a sua relação com a Psicanálise, visto que é a família a primeira instituição do capitalismo responsável por operar um processo de recalçamento do desejo, produzindo o neurótico, em parceria com as outras instituições. A criança que já nasce nesse modelo de família será neurotizada para prestar um grande serviço à acumulação do capital; o terceiro capítulo, “Selvagens, Bárbaros e Civilizados”, aborda o recalçamento do processo desejante por meio de três formações sociais (a sociedade primitiva, a sociedade despótica e a sociedade capitalista), em que cada formação social irá recalcar o processo desejante de uma maneira diferente; o quarto, “Introdução à Esquizoanálise”, aborda as tarefas da Esquizoanálise com o objetivo de devolver ao desejo o que lhe foi tirado, ou seja, enquanto a Psicanálise neurotiza, a Esquizoanálise esquizofreniza, não no sentido hospitalar de esquizofrênico, mas no

sentido de dar vazão aos múltiplos fluxos do desejo, de incentivar a sua criação, produzindo uma relação afirmativa com a vida.

A Esquizoanálise se constitui como uma teoria que surgiu do encontro entre o filósofo Gilles Deleuze e o psicanalista Félix Guattari após o movimento revolucionário “Maio de 68” na França. A primeira produção importante dessa parceria foi o livro “O anti-Édipo” (lançado em 1972). Entre as ideias principais desta obra está a crítica ao reducionismo psicanalítico que sempre aprisiona as produções do inconsciente ao drama edípico. A clínica na perspectiva Esquizoanalítica constitui-se como um processo de análise das formas de subjetivação de sujeitos e de grupos em suas relações com instituições e o com mundo. Para Brum<sup>123</sup>, trata-se de uma clínica construtivista que tensiona as explorações sociais e afetivas, a qual opera na ordem das micropolíticas ao questionar nossas próprias ações, desconstruindo modelos de representação e ativando a potência revolucionária do desejo. Essa “clínica das diferenças” contribui para a prática terapêutica com seus dispositivos de problematizações em confronto a discursos e saberes (fazer) instituídos que, por meio de códigos de doenças, formam a base do padrão clínico da medicina e da psicologia clássicas. A abordagem clínica “Esquizo” propõe que o sujeito deva estar além de seus diagnósticos e ainda considera que estes, por vezes, o impedem de usufruir plenamente de suas potências, uma vez que os cristalizam a identidades pouco maleáveis. Possibilita, ainda, olhares e ações no âmbito da experimentação fundamentada em outras formas de singularização. Dessa maneira, a Esquizoanálise fornece ferramentas conceituais as quais podem ser acionadas por vários profissionais da saúde, teóricos de diversas formações e psicólogos de diferentes áreas e abordagens, numa concepção que objetiva a ética nas relações, com o desejo de construir novos processos terapêuticos.

Interessa-nos, neste momento, iniciar pela discussão proposta no terceiro capítulo do livro de Deleuze e Guattari, “Selvagens, Bárbaros e Civilizados”, o qual aborda o recalçamento do processo desejante por meio de três formações sociais (a sociedade primitiva, a sociedade despótica e a sociedade capitalista), em que cada formação social irá recalcar o processo desejante de uma maneira diferente.

---

<sup>123</sup> BRUM, L. A Esquizoanálise e sua clínica das diferenças. **Olhares PSI** - Boletim Online. Fisma: Santa Maria, 2014.

‘Selvagens’, ‘bárbaros’ e ‘civilizados’ definem três máquinas sociais, sendo a primeira, ‘a máquina territorial subjacente, que codifica os fluxos sobre o corpo pleno da Terra. A segunda é a máquina imperial transcendente, que sobrecodifica os fluxos sobre o corpo pleno do déspota e do seu aparelho, o Urstaat: realiza o primeiro grande movimento de desterritorialização’, porém, somente o realiza na medida em que ‘sua eminente unidade às comunidades territoriais que conserva’, num processo de sobrecodificação e apropriação do sobre trabalho. A terceira é a máquina moderna imanente, que descodifica os fluxos sobre o corpo pleno do capital-dinheiro: realizou a imanência, tornou o abstrato concreto, naturalizou o artificial, substituindo os códigos territoriais e a sobredificação despótica por uma axiomática dos fluxos descodificados e por uma regulação destes fluxos<sup>124</sup>.

Há relação íntima entre Capitalismo e Esquizofrenia. No entanto, eles se diferem radicalmente, porque a Esquizofrenia é um processo em primeiro plano do próprio desejo que aparentemente se confunde com o Capitalismo. Eles não tratam como Esquizofrenia a esquizofrenia no âmbito do doente hospitalizado, mas como uma perspectiva interpretativa a partir da etimologia da palavra Esquizofrenia, que vem do grego e significa alma dividida, coração dividido, ou ainda, eu dividido, cujo processo envolve a perda do ego tido como “normal”. Para produzir o inconsciente, é necessário se desapegar do “eu”.

Esquizofrenia, nesse sentido positivo proposto por Deleuze e Guattari, é o desapegar-se do eu para poder produzir o inconsciente. Onde o neurótico está tão investido no eu narcísico, propõem o desapego disso por intermédio de uma experiência intensiva do desejo e há o desapego do eu narcísico, no qual o neurótico está investido com todas as suas forças, para que o Capitalismo continue no seu processo de acumulação.

Envolvendo captura e sobrecodificação, ele se constrói a partir do encontro dos fluxos descodificados do dinheiro, da produção, dos meios de produção, da força de trabalho desterritorializada, configurando, então, o segundo movimento de desterritorialização. A desterritorialização capitalista, contudo, não se remete a um poder transcendente, mas a um modo de deslocamento que se orienta do centro em direção à periferia, ou seja, dos países desenvolvidos às sociedades subdesenvolvidas, que não compõe outro mundo ou uma transcendência, mas torna-se uma peça essencial na engrenagem produtiva da máquina capitalista. O que entra em cena é um regime de produção e investimento social do desejo que interfere e se instala no esquizo, tornando a esquizofrenia a lei primordial que tece e molda o inconsciente e o desejo. A descodificação dos fluxos se estende a um movimento esquizofrênico que se instala entre as ruínas e fragmentos das formas anteriores da economia e que se distribui como investimento social e meio de regulação<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> SANTOS, Zamara Araújo dos. **A Geofilosofia de Deleuze e Guattari**. Tese de Doutorado submetida ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas: Unicamp, 2013, p. 310.

<sup>125</sup> Ibid., p. 308-309.



Sabemos sobre o capitalismo e todos os seus agenciamentos. Os fluxos descodificados do dinheiro, da produção, dos meios de produção e da força de trabalho irão configurar, na visão de Deleuze e Guattari o segundo movimento, necessário, da desterritorialização. Essa engrenagem produtiva da máquina capitalista possui um direcionamento do centro à periferia, de cima para baixo, como uma imposição hegemônica. Isso oportuniza à Esquizofrenia ser a máquina produtora do desejo que molda e tece o inconsciente. A descodificação dos fluxos objetivará, em si, distribuir-se como um meio de regulação, enquanto um investimento social.

A sociedade primitiva recalca esse processo desejante. Existe um processo do desejo, no homem, que é um processo do inconsciente. Esse inconsciente no homem deseja não o prazer, o objeto, o dinheiro, ou o poder, mas deseja produzir intensidade, enquanto uma intensificação afetiva do próprio desejo, ou seja, intensificar o próprio desejo. Logo, o que o nosso inconsciente quer é intensificar a nossa própria existência.

No entanto, esse processo primeiramente sofre uma interrupção, um recalçamento, em qualquer formação social, porque faz parte também desse processo as suas interrupções, ou o seu inevitável recalçamento, inerente ao próprio processo. Isso ocorre na sociedade primitiva, por meio da codificação do desejo. Na sociedade despótica isso também ocorre, por meio da sobrecodificação do desejo, isto é, na sociedade já com estados – desde o estado imperial arcádico. Bem como na nossa sociedade atual, que é a capitalista, existe também a interrupção desse processo do desejo da produção de intensidade, por meio da axiomatização do desejo. Cada formação social terá de lidar com isso, para que sobreviva. E a crítica do Édipo está relacionada à axiomatização do próprio capitalismo. Daí afirmarem os autores não existir o Édipo na sociedade primitiva (ao contrário do que afirmava Freud), bem como não existir o Édipo na sociedade despótica, mas existir o Édipo na nossa sociedade atual capitalista.

Releva destacar que, por axiomatização se entende a ação de um sistema o qual mostra que suas inferências podem se derivar a partir de um conjunto de sentenças lógicas tão pequeno e quanto bem-definido. Um axioma consiste, então, em uma hipótese inicial da qual se derivam, do ponto de vista lógico, outros enunciados, o que permite a construção do que poderia ser classificado como um sistema formal.

Como dito acima, na sociedade primitiva existe uma codificação desse processo desejante. A sociedade primitiva também é chamada pelos autores de máquina territorial primitiva. Máquina aqui não no sentido mecanicista, porém, no sentido de uma produção e de uma reprodução social, que é garantida quando as forças produtivas (as forças desejantes dos indivíduos daquela sociedade) estão a serviço deste campo, ou desta sociedade, que é a máquina territorial primitiva. A sociedade se apropria dos corpos, dos órgãos, da energia e da força desejante dos indivíduos para se conservar, fazendo com que o processo desejante, na sociedade primitiva, sofra um recalçamento, visto que o desejo em vez de produzir intensidade estará a serviço da reprodução social.

Por conseguinte, assinalam Deleuze e Guattari, à derrocada da máquina territorial primitiva intervém outro tipo de agenciamento que não contorna mais o corpo pleno da terra, mas o do déspota, o Estado despótico, que, como máquina despótica, opera uma sobrecodificação, conduzindo todos os fluxos ao corpo do déspota. Desse modo, a máquina deixa de ser territorial, para se tornar máquina despótica, onde os fluxos, não mais recaindo sobre a terra, mas sobre o corpo sem órgãos de um *socius* desterritorializado, reterritorializa-se sobre o corpo do déspota ou sobre o corpo do dinheiro. Com isso, a unidade imanente da terra é substituída por uma esfera transcendente, inscrita na unidade do Estado, de modo que o corpo não é mais o da terra, mas o do Estado que atua como um poder despótico, uma forma inengendrada e incondicional, dominando e se apropriando de todas as instâncias, pois os fluxos não se lançam mais sobre o corpo da terra, mas sobre o corpo do Estado. Enquanto a máquina social pré-capitalista opera uma codificação dos fluxos do desejo, assinalando uma composição imanente, o capitalismo, por sua vez, descodifica todos os fluxos, de tal forma que, ao construir seus alicerces sobre esses fluxos descodificados promove um bloqueio das referências concretas, substituindo os códigos intrínsecos por uma axiomática abstrata, a moeda. Sob essa determinação, a aliança e a filiação são imediatamente mobilizadas, instituindo assim um novo código, porém, não mais inscrito sobre o corpo da terra senão definitivamente desterritorializado, conectado a um poder externo e despótico que trata de buscar os meios de se reterritorializar<sup>126</sup>.

Os órgãos dos indivíduos, os corpos dos indivíduos, pertencem a um organismo social, o qual se apropria desses corpos dos indivíduos nesta sociedade primitiva. Isso ocorre por meio dos rituais de crueldade, os quais codificam o desejo, ou seja, oferecem um hábito para os homens. Os homens passarão a agir de maneira habitual, codificada, respeitando as tradições, a partir do estabelecimento de relações de dívida e de crédito entre eles, por meio de aliança lateral, produzindo uma memória nesses sujeitos.

---

<sup>126</sup> SANTOS, 2013, p. 309.

Esses sujeitos que sofrem os rituais de crueldade irão participar das relações de dívidas e de créditos, uma vez que esse sujeito é devedor, no contexto da aliança lateral, como a posse de seus objetos, a relação com as outras pessoas e o casamento, por exemplo. Esse desejo não nasceu com o sujeito, ele foi produzido pelo alienismo social, pela máquina territorial primitiva, imanente, no sentido de reprodução social, a qual se apropria das forças do desejo, separando-o do seu processo, de acordo com os costumes e com as tradições daquela sociedade. Se há aliança lateral, há também a filiação extensa, da qual se alimentam os membros da família: pai, mãe, filhos, irmãos.

Ao levar em conta o tema da presença da proibição do incesto em diversas culturas, Lévi-Strauss preferiu abordá-lo descentrado da questão da interdição moral, de sua negatividade. Valorizou as transações e as comunicações que ela enseja, deslocando o interesse da filiação, da consanguinidade, para aquilo que seria a base da reprodução social, a saber: as relações de aliança. Tal deslocamento possuía também um valor estratégico. Lévi-Strauss privilegiou um fato de cultura, fortalecendo um campo próprio de pesquisas das ciências humanas<sup>127</sup>.

No entanto, esse discernimento dos membros da família permite que eles entrem no sistema de créditos e de débitos, como, por exemplo, os casamentos dessa época que eram alianças entre as famílias, alianças entre as comunidades primitivas, tendo o casamento uma função política e econômica, pois o membro de uma família passa a ser um aliado da outra família, do membro com quem se casou. É por isso que existe a proibição do incesto, não porque o desejo seja de natureza incestuosa – como afirmava Freud –, mas porque o desejo quer ampliar suas possibilidades com heterogeneidade.

O jogo das sensações e do exame dos corpos sensualiza o poder, levando-nos a questionar se este poder sobre os corpos não permite, não instiga, aquilo mesmo que proíbe. Ambos os dispositivos articulados deram à família um status médico-sexual e tornam-na peça-chave da proliferação discursiva. Não à toa, as análises freudianas concebem a família como incestuosa<sup>128</sup>.

Porém, esse processo do desejo precisa ser recalcado, haja vista a necessidade de uma aliança dos membros de uma família com outra família. Inclusive,

---

<sup>127</sup> WENDLING, Michelle Menezes. **Duas versões do desejo: Lacan, Deleuze & Guattari**. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2010, p. 15-16.

<sup>128</sup> Ibid., p. 67.

para impedir, na sociedade primitiva, o nascimento do Estado, haja vista que ela não quer o Estado, mas sabe que o Estado pode imergir em seu interior. E justamente para impedir o nascimento do Estado, é necessário que haja a aliança entre os indivíduos que constituem aquela sociedade primitiva. Isso garantirá que esse indivíduo aja de acordo com os costumes e com as tradições daquela sociedade primitiva, pois todos da sociedade primitiva são devedores: seja por meio dos casamentos; seja através dos próprios caçadores; seja do chefe em relação à sua tribo (mesmo que ele não seja um déspota, que não tenha um domínio central sobre a sociedade) de lembrar a todos diariamente das tradições, embora ele não vá ter um gosto pelo poder (déspota).

A família, na sociedade primitiva, é coextensiva ao campo social, por sua participação ativa no campo social – da política e da economia, da filiação e da aliança. Logo, ela não se privatiza, ela não é colonizada.

Um dos permutadores fundamentais entre a sexualidade e a aliança é a família: ela transporta a lei para a sexualidade e a “economia do prazer e a intensidade das sensações” para a aliança. O incesto demonstra este jogo justamente por ser temido e recusado, mas requerido pela família pela incitação à sexualidade que a perpassa. Se Freud colocou o discurso sobre a sexualidade a uma certa distância da família, ele a reencontra como chave para sua teoria. Por meio da descoberta, na sexualidade de cada um, das relações com os pais, Freud teria saturado a lei de desejo e submetido a sexualidade à lei, bem como aos desdobramentos da proibição do incesto como universal<sup>129</sup>.

É só na sociedade capitalista que a família se torna privatizada, ela não passa mais pela aliança e pela filiação, pois tudo irá se reduzir ao dinheiro codificado que é o próprio capital. Porém, essa expulsão da família do campo social torna-a no capitalismo um microcosmo, enquanto estratégia, já que é a família que irá produzir um material humano, nas exigências da reprodução econômica capitalista, separando o desejo do social, desde a erotização da criança para já se tornar alguém que atenda a reprodução do sistema econômico vigente. Com isso, no capitalismo, a família irá primeiramente separar o desejo do seu processo e irá fazer com que as forças produtivas desejantes estejam a serviço da máquina de exploração capitalista, dado que sem isso o capitalismo não existiria. Deleuze e Guattari<sup>130</sup> explicam:

---

<sup>129</sup> WENDLING, 2010, p.67-68.

<sup>130</sup> DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**. São Paulo: Editora 34, 2010, p. 237.

[...] pode-se notar que, se Édipo aparece como um efeito, é porque ele forma um conjunto de chegada (a família tornando-se microcosmo) sobre o qual se assenta a produção e a reprodução capitalistas, cujos órgãos e agentes já não passam por uma codificação dos fluxos de aliança e de filiação, mas por uma axiomática dos fluxos descodificados. A formação de soberania capitalista passa desde então a ter necessidade de uma formação colonial íntima que lhe corresponda, sobre a qual ela se aplique, e sem a qual ela não capturaria as produções do inconsciente.

É aqui que entra o Édipo, quando a família se torna um microcosmo, já não participa ativamente nem da política nem da economia. A relação da Psicanálise com a família irá reforçar a neurose desse sujeito já neurotizado primeiramente em família.

Voltando à sociedade primitiva, a máquina territorial primitiva codifica os fluxos, investe os órgãos e marca os corpos. É territorial por ser imanente, por não ter o Estado que é transcendente. A troca é uma atividade secundária em relação à atividade primordial que é marcar os corpos que são da terra, daí a relação de dívidas e créditos, visto que os corpos são da sociedade, daí as trocas, pois só tem consciência de uma dívida que é finita, porque antes se foi marcado. A produção de uma memória em mim se deu para poder se ter troca, caso contrário o chefe seria um déspota.

Esta é uma perspectiva interessante, uma vez que a Geografia e a Ciência Política sempre trabalharam com a ideia de Estado territorial, onde a formação do Estado está ligada ao controle político, jurídico, administrativo e militar, articulado através de um determinado território. Este entendimento causa uma ambiguidade da noção de territorialidade. A ambiguidade é desfeita se entendemos que, para Deleuze e Guattari: 'quando a divisão se refere à própria terra devida a uma organização administrativa, fundiária e residencial, não podemos ver nisso uma promoção da territorialidade, mas, pelo contrário, o efeito do primeiro grande movimento de desterritorialização nas comunidades primitivas. A unidade imanente da terra como motor imóvel é substituída por uma unidade transcendente de natureza muito diferente que é a unidade do Estado: o corpo pleno já não é o da terra, mas o do Déspota, o Inengendrado, que se ocupa tanto da fertilidade do solo como da chuva do céu e da apropriação geral das forças produtivas'<sup>131</sup>.

A essência dos sócios registra a dor em escritor. Esse escritor registra justamente porque marca os corpos, enquanto atribui a si próprio as forças produtivas, dado que o sócio se apropria dessas forças produtivas. Isso porque os corpos, na verdade, são da sociedade que distribui os agentes de produção, diante da marcação dos sujeitos: caçadores, xamãs etc. Tudo nessa relação de dívidas e de créditos. A essência dessa sociedade consiste em tatuar, incisar, cortar, mutilar, iniciar etc. Cada

---

<sup>131</sup> HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização) – Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2020, p.12.

comunidade terá os seus métodos enquanto ritual de crueldade. Daí se afirmar que a moralidade é um costume: esse corpo é nosso (sociedade), você será marcado. Há um direito do coletivo sobre o corpo individual. Afirmando-se que uma sociedade surgirá quando ela se apropriar dos corpos. Com isso, a sociedade se conserva. Compreensão que encontra eco na visão de Nietzsche.

A crueldade não tem relação com uma violência qualquer ou com uma violência natural. Em sentido nietzschiano, a crueldade é um movimento da cultura que se opera nos corpos – ou seja, violência, enquanto movimento da cultura – e neles se inscreve cultivando-os, fazendo desses corpos peças e engrenagens da máquina social. O regime das dívidas decorria dessa inscrição selvagem, da marca, isto é, torna-se um devedor. A dívida é a unidade e a aliança, forças motoras dessa sociedade. É a aliança que codifica os fluxos do desejo. Daí existir a distribuição dos agentes de produção pelo coletivo: caçador, xamã etc. Não existe um déspota que se apropria do excedente produzido nem um capitalista para extrair a mais valia da força de trabalho de um sujeito.

Esses rituais irão anteceder o aparecimento do Estado. Porém, o Estado, na perspectiva do capital, irá se estabelecer, na ótica positivista da sociedade de produção, em outro direcionamento, o da necessidade de acúmulo de riquezas materiais enquanto satisfação pessoal e *status* social. Nesse sentido, esses corpos enquanto peças e engrenagens da máquina social alimentarão o capitalismo. Na lógica capitalista, objetiva-se, com a fetiche atribuída à mercadoria, alienar as pessoas transformando-as em consumidoras de produtos (o dito consumo alienado de Karl Marx), permitindo a lógica do endividamento enquanto mola motora deste círculo vicioso.

Na crítica de Deleuze e Guattari, tudo é desejo, e não nascemos com esse desejo de produzir. Se não entendermos que tudo é desejo, ficaremos na ideologia, no maniqueísmo (nada se entende). É a aliança que codifica o fluxo do desejo e pela dívida dá ao homem uma memória de palavras. É a dívida que compõe as alianças com as filiações tornadas extensas. Há uma composição das alianças com as filiações, pois existem as dívidas de crédito (alianças) e as filiações tornadas extensas, a partir das uniões oriundas de membros de diferentes famílias – por meio de uma filiação tornada extensa. Para formar um sistema de extensão, sob um recalçamento das intenções noturnas, que remetem ao processo de desejo (anterior/primeiro), o que se considera recalque, sobre os quais estão as filiações e as alianças.

Mercados sempre existiram nos poros de outras formações sociais: regulados pelos Impérios, conjurados pelos agenciamentos tribais. O espantoso, para os autores, é que, em dado momento na história, no continente europeu, aquilo que era temido e execrado por outras formações sociais - a desterritorializado e descodificação dos fluxos de desejo - possa **fazer sistema**. Fenômeno espantoso, dependente de uma série de contingências históricas - fluxos de capital- dinheiro libertos das regulações estatais, subordinando os Estados; fluxos de trabalhadores "livres", desapropriados das terras, possuindo apenas a força de trabalho para a venda<sup>132</sup>.

A aliança dívida corresponde ao que o Nietzsche classifica como trabalho pré-histórico da sociedade, serviço da mais cruel mnemotecnica para impor na própria carne uma memória de palavras (signos, marcas). À medida que o caçador, ao conseguir a caça, coloca-se em contato com Deus (com o cosmos ou com o transcendente etc.), isso é recalcado, por meio de uma memória de palavras (marcas). Se houve uma inscrição primitiva, a consequência é a dívida. Caso contrário, pensa-se só em si mesmo, aí não haverá sociedade.

A máquina social primitiva funciona com uma voz de aliança num ritual de crueldade. Ao lado da filiação extensa, coordena-se uma grafia (a marca), sem semelhança com essa voz. O signo é independente da voz, mas em conjunto produz uma memória. Por exemplo, a marca no corpo da jovem (de uma família) fornecida pela linhagem do marido (de outra família) é a cabaça que serve de condutor à voz de aliança. Isso na linhagem do marido, um clã.

Porém, o grafismo deve ser traçado por um membro de um outro clã, do clã da jovem. A aliança dos dois elementos se faz no próprio corpo, constituindo, assim, um signo. Só é signo quando existe uma marca que produz uma memória. Esse signo nada quer dizer, não é semelhança nem imitação, mas produz o desejo de pertencer àquela sociedade. Também não é feito de significante, um signo que teria um significado a partir de um significante, mas produção de desejo. A força produz um desejo de querer pertencer àquela sociedade devido a essa memória trazida pela marca. Nas palavras de Deleuze e Guattari<sup>133</sup>:

---

<sup>132</sup> LAUREANO, Pedro Sobrino; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. **Psicologia & Sociedade**. Vol. 26, n.1, 2014, p. 4.

<sup>133</sup> DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 250-251.

Nos rituais de aflição, o paciente não fala, mas recebe a palavra. Ele não age, é passivo sob a ação gráfica, recebe a marca do signo. E o que é a sua dor senão um prazer para o olho que olha, o olho coletivo ou divino que não está animado de ideia alguma de vingança, mas apenas apto para apreender a relação sutil entre o signo gravado no corpo e a voz que sai de um rosto — entre a marca e a máscara. Entre estes dois elementos do código, a dor é como que a mais-valia que o olho extrai, apreendendo o efeito da palavra ativa sobre o corpo, mas também a reação do corpo enquanto é agido. É precisamente a isto que se deve chamar sistema da dívida ou representação territorial: voz que fala ou salmodia, signo marcado em plena carne, olho que tira prazer da dor — são os três lados de um triângulo selvagem que forma um território de ressonância e de retenção, teatro da crueldade que implica a tríplice independência da voz articulada, da mão gráfica e do olho apreciador. É assim que a representação territorial se organiza na superfície, ainda muito próxima de uma máquina desejante olho-mão-voz. Triângulo mágico.

O triângulo mágico, teatro da crueldade é, portanto, ativo, agido ou reagido. Ou seja, a ação da voz de aliança, a paixão do corpo de filiação e a reação do olho apreciando a declinação dos dois. O sofrimento e a dor provocados pela pedra que marcará o corpo de um jovem são suficientes para transformar o jovem em homem, sem, no entanto, deixá-lo aleijado ou matá-lo. A pedra deverá ter um lado muito bem afiado, mas não como uma casca de bambu que corta muito facilmente. Essa dor o deixará forte, e ele se alegrará com isso. O corpo com a pele escarificada constitui a marca territorial primitiva.

As famílias selvagens formam uma práxis, uma política, elas participam ativamente da política, diferente da família na sociedade capitalista. Inclusive porque esta alienação da família na sociedade capitalista favorece o capitalismo. Já as famílias selvagens formam uma estratégia de manutenção das filiações, por meio dos casamentos. Formalmente, elas são os elementos motores dessa reprodução social, não têm relação com o microcosmo expressivo (Édipo), pois ela não se fecha, ela é aberta. Pai, mãe e irmã, por exemplo, sempre têm outras funções além de pai, mãe e irmã, caçador etc. Além deles três, há o aliado, proveniente de uma outra família, o qual constitui a realidade concreta (ativa) e torna as relações entre as famílias coextensivas ao campo social. O aliado, por exemplo, será o marido da filha, o qual veio de outra família.

Isso faz com que as comunidades mais próximas se tornem aliadas em relação às comunidades mais distantes (estrangeiras), daí existir a guerra. Já o Estado seria uma homogeneização das singularidades de cada comunidade, cada uma perderia suas peculiares características. A guerra, segundo retomam Deleuze e Guattari em Mil Platôs, seria para impedir o nascimento do Estado e sua uniformização, pelas alianças laterais. O Estado nesse sentido é o esmagamento da diferença, pois as



comunidades irão trabalhar para produzir excedentes para o déspota, o Estado. A guerra, pelas alianças laterais, será para impedir o Estado, contrariando a visão de Hobbes sobre o estado de natureza, na qual o Estado surge para organizar a sociedade em guerra.

A filosofia Deleuziana pode ser considerada aquela a qual travou uma luta autêntica contra a tradição da razão, para poder pensar a diferença em si mesma. Para Deleuze, a diferença é que é o princípio constitutivo da natureza. Dessa forma, aqui não se objetiva criticar conteúdos do pensamento, mas da própria forma deste, dado que a razão não consegue pensar a diferença, haja vista a razão não conseguir pensar o que justamente é o princípio constitutivo da natureza: o ser das coisas. Determinemos, então, na abordagem da questão da diferença em si mesma.

A afirmação de que é a diferença o princípio constitutivo da natureza e não a identidade, pode nos levar a dizer que as preocupações e ocupações de Deleuze na filosofia vão além das questões relativas a como pensamos e devem se dedicar também àquelas que se perguntam sobre o que é o ser. Divergindo totalmente daquilo que se tornou o fundamento do pensamento da civilização ocidental, o desenvolvimento da razão, divergência essa que se chamou de operação de reversão do platonismo, Deleuze nega que o que pode ser conhecido, que o que existe, necessariamente é algo que é sempre idêntico a si mesmo. Ao contrário da identidade, a diferença é anárquica, rebelde, é um movimento, um devir ilimitado, devir louco, irreduzível aos binarismos, paradoxal, impassível à representação, e é justamente ela o ser das coisas<sup>134</sup>.

Deleuze dedica-se muito a encontrar maneiras de pensar a diferença em si. Na importante obra “Diferença e repetição”<sup>135</sup>, ele nos apresenta como a tradição filosófica, alicerçada na razão clássica, estigmatizou a diferença pura e dela retirou todo o caráter ontológico. A diferença não é um atributo de um ser, um predicado, o qual pode ser identificado, representado, comparado, mas a isso foi reduzida.

---

<sup>134</sup> ASPIS, Renata Lima. Notas esparsas sobre Filosofias da diferença e currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 429-439, set./dez., 2016, p.436-437.

<sup>135</sup> DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução Roberto Machado e Luis B. L. Orlandi. São Paulo: Graal, 2006.

O comum é que se entenda diferença como aquilo que surge quando se tenta perceber as semelhanças e dessemelhanças entre duas identidades (que devem sempre ser idênticas a si mesmas), por exemplo criança branca e criança preta. Na história da filosofia dos vencedores, a diferença deve ser reduzida ao pensável pela razão, isto quer dizer que a diferença não é entendida como o ser de todas as coisas. É importante tentar entender que quando se fala sobre diferença sob essa perspectiva de que seja o ser dos seres, não se está fazendo uma comparação entre duas coisas, mas que se está entendendo que ela está na própria coisa, como seu modo de ser. A diferença em si, para a razão, é inapreensível, portanto para poder “pensá-la”, a razão a subordina, sob quatro aspectos: pela identidade do conceito, pela analogia do juízo, pela oposição dos predicados e pela semelhança do percebido<sup>136</sup>.

Contudo, para Deleuze e Guattari, o pensamento ultrapassa o ato de reconhecimento, uma vez que pensar é algo outro do que representar. “Pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro”<sup>137</sup>.

Deleuze<sup>138</sup>, ao analisar a imagem do pensamento de Platão, Descartes e Kant, mostra como suas ordens conservadoras da representação limitam e prejudicam uma desordem criadora, um caos genial da diferença. Para libertá-la, ele defende e cria um “pensamento sem imagem”. “Todo o pensamento é um devir, um duplo devir, em vez de ser o atributo de um Sujeito e a representação de um Todo”<sup>139</sup> (Deleuze; Guattari, 1997, p. 50). Entendamos o conceito de rizoma para esta pesquisa:

O pensamento, fora dos sistemas de representação, não é nem o atributo de um Sujeito nem a representação de uma totalidade. É rizoma, “um pensamento que não começa, nem acaba, mas se encontra sempre no meio, entre as coisas”. O rizoma é aliança, ao contrário da árvore, que é filiação. A árvore é vertical, o rizoma é horizontal. Árvore é fixa, imóvel, pois suas próprias raízes a ancoram e tem princípio e fim, cresce em um sentido, ao passo que o rizoma na sua horizontalidade cresce para todo lado e se reproduz desde o meio, não é fixo, é móvel e sem hierarquias. Na clínica, essa questão pode se manifestar por meio da escolha de formas de vida. Podemos escolher viver de acordo com um sistema de representação já dado, mas essa vida será cheia de tédio, agenciada, uma rotina fixa. Certamente é uma vida segura e a segurança é dada pelas coisas que têm uma representação “clara e distinta”: hierarquias, oposições distintivas, papéis definidos, etc. Ao contrário, se escolhermos uma vida fora do sistema de representação, portanto, rizomática, teremos uma vida mais aberta, com mais conexões e devires, o que trará mais riscos, mas também surpresas e engajamento criador<sup>140</sup>.

<sup>136</sup> ASPIS, 2016, p. 437.

<sup>137</sup> DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Júnior e Alberto Alonzo Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 113.

<sup>138</sup> DELEUZE, 2006.

<sup>139</sup> DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997, p.50.

<sup>140</sup> PEREIRA, Ondina Pena; SETEMBRINO, Argus; PEREIRA, Carla Freitas Pacheco (orgs.). **Outras Palavras para uma Psicologia da Diferença**. Brasília: JRG, 2021, p. 79-80.

Este pensamento sem imagem constitui-se um rizoma, um pensamento sem aspiração à universalidade, que não está fundamentado em um todo englobante, sem um sujeito no sentido do princípio que encaixa o ser em outro ser passível de compreensão pela razão, por estar submetido aos seus princípios, um sujeito como ser pensante universal.

Deleuze entende que o pensamento da representação foi sendo profundamente formado por uma imagem dogmática (da identidade e da semelhança) e que tal imagem influenciou significativamente os padrões lógicos de entendimento e de significação acerca do mundo e da vida. Tal proposta de pensamento reconhece uma espécie de imagem recognitiva, da adequação e designação do que é, que tende a gozar de uma natureza reta e moralizante, bem como do exercício de uma prática ascética e de mortificação do corpo e da linguagem. Essa imagem tende a difamar tudo o que seja devir na existência e procura um *telos*, um porto seguro, uma ancoragem, negando o despertar da potência criadora da vida. Assentado em bases moralizantes, o pensamento da representação é configurado em sua severidade identitária, o que leva a uma vida cansada e enfadonha. Tal pensamento se estabelece pela identidade, pela oposição ao predicado, pela analogia no juízo e pela semelhança na percepção<sup>141</sup>.

No entanto, o conceito de criação imanente ao pensamento geofilosófico de Deleuze se diferencia das concepções formalistas e humanistas. Criar não é uma qualidade essencial da humanidade e nem privilégio de uns poucos “inspirados”. Também não é um “ato integrador de um processo existencial”<sup>142</sup>, algo o qual aprimore os indivíduos e se configure como “processo de crescimento contínuo no homem”<sup>143</sup>. A criação não “provém de áreas ocultas do ser”<sup>144</sup>, tampouco transcende a experiência ou visa o alcance de uma compreensão. Criar não é formar, relacionar, configurar, estruturar, ordenar, significar e comunicar. É necessário sair das dimensões cognitivistas, fenomenológicas e ontológicas dos estudos acerca da criação, para pensar o que é o criar enquanto acontecimento produtor de diferença.

---

<sup>141</sup> BRITO, Maria dos Remédios de. Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada. **ALEGRAR**, nº 09, jun., 2012, p. 03.

<sup>142</sup> OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 56.

<sup>143</sup> Ibidem, p.132.

<sup>144</sup> Ibidem, p.55.

Figura 11: Psicologia Política y Comunicación Digital



Fonte: INVESTIGACION Y FORMACION<sup>145</sup>.

Devir-ação!  
Lutas sociais  
E políticas!  
Engajamento,  
Participação!  
Saúde mental em equilíbrio  
Com direitos garantidos!  
Respeito às singularidades,  
Contra a homogeneidade!  
Mobilização e atitude,  
Coletividade!  
Garantia das individualidades!  
Vulneráveis e minorais  
Juntos são fortes  
E desejanter!

<sup>145</sup> INVESTIGACION Y FORMACION. **Psicología Política y Comunicación Digital** [figura]. Disponível em: <<https://www.investigacionyformacion.com/>>. Acesso em: 13 set. 2022.

## 6. FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA POLÍTICA E SEU ARCABOUÇO TEÓRICO.

Para entendermos os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico, antes de qualquer coisa, precisamos entender a trajetória da construção teórico-filosófica da política em si.

Conforme Arendt<sup>146</sup>: “No começo da tradição a política existe porque os homens estão vivos e são mortais, ao passo que a filosofia se ocupa das questões eternas, como o universo”. Considerando-se o filósofo também um mortal, também ele se interessa pela política, porém, tal interesse possui uma relação meramente negativa com a sua posição de filósofo, à medida que o impedia de se dedicar à filosofia. Para Platão, aqueles que tem por aspiração o ser verdadeiro e, dessa forma, buscam descobrir o límpido céu das ideias eternas, deveriam abandonar e repudiar a esfera dos assuntos humanos, ou seja, “tudo aquilo que pertence ao convívio de homens em um mundo comum, em termos de trevas, confusão e ilusão”<sup>147</sup>.

Desde o seu nascimento, portanto, desgraçadamente, a nossa tradição de filosofia política privou os assuntos políticos, ou seja, as atividades concernentes à esfera pública comum que se apresenta onde quer que exista a convivência humana, de toda dignidade própria<sup>148</sup>.

A “ação”, considerada por Arendt a atividade política por excelência, que constitui o corpo político a partir da organização da comunidade do agir e do falar em conjunto, no qual todos devem ser vistos como iguais, é negada na tradição da filosofia política, iniciada com Platão e Aristóteles, a partir do “reino” da contemplação do filósofo<sup>149</sup>. De acordo com Arendt<sup>150</sup>:

<sup>146</sup> ARENDT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2010, p. 131-132.

<sup>147</sup> ARENDT, H. A tradição e a época moderna. ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 43.

<sup>148</sup> ARENDT, 2010, p.133.

<sup>149</sup> COSTA, Frederico Alves. **A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da teoria democrática radical e plural**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

<sup>150</sup> ARENDT, H. **Sobre la violencia**. Madrid: Alianza Editorial, 2006, p.111-112. Tradução de Frederico Alves Costa.

O que faz de um homem um ser político é sua faculdade de ação; é o que o permite unir-se a seus iguais, atuar concertadamente e alcançar objetivos que jamais havia pensado, e ainda menos desejado, se não houvesse obtido este dom para embarcar-se em algo novo. Filosoficamente falando, atuar é a resposta humana à condição da natalidade. Como todos nós chegamos ao mundo por virtude do nascimento, enquanto recém-chegados e principiantes, somos capazes de começar algo novo; sem o fato do nascimento nem sequer saberíamos o que é a novidade, toda “ação” seria mero comportamento, preservação.

Para Rancière<sup>151</sup>, o primeiro a localizar a política em nossa tradição foi Platão e, conforme ele, o que se chama de “filosofia política”, na verdade, é um conjunto de operações de pensamento o qual busca expulsar a política, isto é, regular a racionalidade da política, que é a racionalidade do desentendimento. É em oposição a essa realização da filosofia no lugar da política que Rancière propõe a sua compreensão do “político”, que nos termos dele é denominado de “política”, na diferenciação com a “polícia”<sup>152</sup>.

O fundamento da política, segundo Rancière<sup>153</sup>, é o reconhecimento da pura contingência de qualquer ordem social. Isto é, a demonstração de que a organização das partes da comunidade no interior da comunidade – a qual separa aqueles que são vistos, por serem dotados de palavra e, portanto, poderem pronunciar sobre o justo e o injusto, daqueles que não são vistos, pois, como dotados apenas de voz, expressam somente barulho, sendo, por isso, incapazes de serem reconhecidos como interlocutores – não possui nenhum fundamento último. Nesse sentido, a política é da ordem do desentendimento, da produção de um litígio que arruína o sonho de qualquer organização da ordem social ao revelar um escândalo primordial: a igualdade de qualquer um com qualquer um.

No entanto, para Rancière<sup>154</sup>, “somente o desenvolvimento de uma cena de manifestação específica confere, a essa igualdade, efetividade”. A organização de uma cena comum em que se verifica que os seres, até então vistos como apenas dotados de voz, também são dotados de palavra e, por isso, que a dominação não tem outro fundamento que a pura contingência de toda ordem social, não existindo nada mais a fazer a não ser falar com eles. A política é, assim, antes de tudo, um conflito em torno da existência de uma cena comum, não preexistindo as partes ao conflito que elas nomeiam e são contadas como parte, dado que aqueles somente

---

<sup>151</sup> RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

<sup>152</sup> COSTA, 2014.

<sup>153</sup> RANCIÈRE, *op. cit.*

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 38.

dotados de barulho não são vistos e nem têm razão para serem vistos, à medida que não podem ser concebidos como interlocutores<sup>155</sup>.

Esses papéis de moderação do poder, desempenhados pelo filósofo, segundo Foucault<sup>156</sup>, substituíram-se uns aos outros na história do Ocidente desde a Grécia antiga. Faz-se possível notar em todos eles a presença do elitismo político na medida em que a sabedoria sobre a organização da cidade é uma virtude restrita ao filósofo, sendo alcançada a partir da reflexão filosófica, seja como legislador, pedagogo ou cínico.

Segundo Foucault<sup>157</sup>, apesar daqueles diferentes tipos de filósofos, na Antiguidade, no Ocidente, não existiu nenhum Estado filosófico, tendo isso sido alterado com a Revolução Francesa, a partir da qual se constituíram

regimes políticos que têm ligações não simplesmente ideológicas, mas orgânicas – eu ia dizer organizacionais – com filosofias. A Revolução Francesa, e podemos até dizer o império napoleônico tinham com Rousseau – de modo mais geral com a filosofia do século XVIII – ligações orgânicas. Ligação orgânica entre o Estado prussiano e Hegel; ligação orgânica, por mais paradoxal que seja – mas este é um outro assunto – entre o Estado hitlerista e Wagner e Nietzsche. Ligações certamente entre leninismo, o Estado soviético e Marx. O século XIX viu surgir na Europa alguma coisa que jamais existira: Estados filosóficos – eu ia dizer Estados-filosofias –, filosofias que são simultaneamente Estados, e Estados que pensam sobre si, que refletem sobre si mesmos, que se organizam e definem suas escolhas fundamentais a partir de proposições filosóficas, dentro de sistemas filosóficos e como a verdade filosófica da história.

A questão, conforme Foucault<sup>158</sup>, é que, apesar de todas essas filosofias que constituíram Estados-filosóficos serem filosofias da liberdade, o que se verificou foi a instituição por essas filosofias de regimes opostos ao que se poderiam considerar regimes de liberdade, servindo cada vez mais para autorizar formas excessivas de poder.

Diante deste resgate do conceito de política em si, bem como das relações que a envolvem, como a questão do poder, a mobilização social, a contribuição francesa com o entendimento político mundial, entendamos a partir de agora sobre a Psicologia Política e seu arcabouço teórico.

Laureano e Peixoto Junior<sup>159</sup> dizem que uma teoria política sobre o capitalismo começa a ser construída por Deleuze e Guattari, no capítulo “Selvagens, bárbaros e

---

<sup>155</sup> COSTA, 2014.

<sup>156</sup> FOUCAULT, M. A filosofia analítica da política. MOTTA, M. B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Vol. 5, p. 37-55 (Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 41-42.

<sup>157</sup> Ibid., p. 41-42.

<sup>158</sup> Ibid.

<sup>159</sup> LAUREANO; PEIXOTO JUNIOR, 2014, p. 3.

civilizados” da obra “O anti-Édipo<sup>160</sup>”, ao denominarem agenciamentos como agenciamentos coletivos do desejo: sistemas de relações mais ou menos estáveis que efetuam, estabilizam, regimes de potência. Tem-se, portanto, agenciamentos selvagens, bárbaros (estatistas) e civilizados (capitalistas), porém, também migrantes, nômades, sociedades ecumênicas, bandos etc.

O capitalismo é apontado como sistema caracterizado pelo grande potencial de mistura, inserindo-se como um vírus nas mais diversas formações sociais, mais vasto que os sistemas estatais de captura, o qual procede pela segmentação e pela sobrecodificação dos fluxos sociais. Como, então, elaborar uma política anti ou pós-capitalista, se o capitalismo atua diretamente sobre o campo da imanência do desejo? Como o capitalismo impõe um duplo impasse ao desejo, é um agenciamento social que funciona por meio de dois imperativos contraditórios: que o desejo produza, porém reapropriadamente, pelos mecanismos axiomáticos, ou seja, enquanto acumulação infinita de capital pelo homem privado. Segundo Laureano e Peixoto Junior<sup>161</sup>, a falha constitutiva do desejo humano se afirma através da desestabilização de qualquer adequação entre o particular e o universal: a tragédia do trauma afirmado torna-se núcleo de ação política transformadora.

Segundo Alessandro Soares da Silva<sup>162</sup>, a Psicologia Política se constitui como um campo de conhecimento cuja natureza é interdisciplinar, possuindo seu desenvolvimento histórico pouco investigado. Essa realidade faz com que, para ela, muitos dos sentidos possíveis ainda sejam um desafio investigativo e, do ponto de vista da história do conhecimento e da filosofia, carecemos de pesquisas que ajudem a pensar as relações entre passado, presente e futuro desta Psicologia Política.

Nos séculos XIX e XX, ocorrem rupturas sociais fundamentais, sobretudo na consolidação da chamada “sociedade industrial”, a qual, antes de ser reconhecida como tal, na realidade, inaugurou um processo vivido por meio de uma diversidade de transformações sociais ocorridas por mais de um século, inicialmente na Europa Ocidental e na América do Norte, em que a marca mais forte desta ruptura pode ser vista na reformulação das instituições sociais e políticas, na urbanização das cidades,

---

<sup>160</sup> DELEUZE; GUATTARI, 2010.

<sup>161</sup> LAUREANO; PEIXOTO JUNIOR, *op. cit.*, p. 4,8.

<sup>162</sup> SILVA, Alessandro Soares da. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Psicologia Política**. Vol. 12, n. 25, p. 409-425, set.-dez., 2012, p. 409.



nas formas de organização das relações políticas e produtivas, e no aumento da flexibilidade sobre a vida humana, conforme Alessandro Soares da Silva<sup>163</sup>.

De acordo com Fábio Ortolano<sup>164</sup>, Barracho<sup>165</sup> define Psicologia Política a partir de vários autores. Elster<sup>166</sup> diferencia Psicologia Política da Psicologia Social, por esta se dedicar ao estudo do poder, das agressões, da conformidade à pressão intragrupo, da negociação etc. Davis<sup>167</sup> refere-se à Psicologia Política como complemento à ciência política que desconsiderava as escolhas dos indivíduos acerca das instituições públicas; enquanto as variáveis da psicologia são as atitudes e personalidades, as da ciência política são as instituições e estruturas políticas; a Psicologia Política seria, então, a união destas variáveis. Medina<sup>168</sup> trata da psicologia política como uma psicologia aplicada a materiais especificamente humanos, como a *polis* (cidade) e os cidadãos. Dorna<sup>169</sup> defende que a Psicologia Política se assenta em uma rede de abordagens teóricas à volta de um conceito central que é a percepção social coletiva. Barracho<sup>170</sup> sintetiza, então, a partir destes e outros pensadores, que a psicologia política tem se dedicado ao estudo de fenômenos nos quais os aspectos psicológicos são “contingentes” à política, em vários níveis de análise, no social, no grupal e no organizacional.

Barracho<sup>171</sup> também faz apontamentos no que concerne à ação individual e coletiva, discorrendo acerca da participação e da ação política, inicialmente a partir dos questionamentos sobre o processo eleitoral, porém, expandiu-se por meio de análises sobre o racismo, a xenofobia etc. Ele acredita na autonomia e nas atitudes sociais como determinantes dos comportamentos, uma vez que permitem compreender o posicionamento das pessoas frente a diferentes estímulos e situações. Ele nos mostra que a comunicação de massa tem forte influência sobre os indivíduos

---

<sup>163</sup> SILVA, Alessandro Soares da. Psicologia Política: um olhar crítico sobre a realidade. **Psicologia Política**. Vol. 14, n. 31, p. 445-449, set.-dez., 2014.

<sup>164</sup> ORTOLANO, Fábio. Resenha da obra Psicologia Política de Carlos Barracho. **Psicologia Política**. Vol. 13, n. 28, p. 601-605, set.-dez., 2013, p. 603.

<sup>165</sup> BARRACHO, Carlos. **Psicologia Política**. Lisboa: Escolar, 2011.

<sup>166</sup> ELSTER, Jon. Racionalidade e normas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 5, n. 12, p. 55-69, fev. 1990.

<sup>167</sup> DAVIS, J. H. Group decision and social interaction: A theory of social decision schemes. **Psychological Review**. Vol. 80, n. 2, p. 97-125, 1973.

<sup>168</sup> MEDINA, 2010 *apud* ORTOLANO, 2013, p. 603.

<sup>169</sup> DORNA, 2006 *apud* BARRACHO, 2011.

<sup>170</sup> BARRACHO, 2011.

<sup>171</sup> *Ibid.*

e coletivos, constituindo-se, portanto, um tema relevante à psicologia política, que pode orientar estudos entre o comportamento político e a comunicação de massa.

A psicologia política atua como um dispositivo de análise da realidade, dos discursos nos espaços e nas interações sociais, ao denunciar sua motivação política-ideológica<sup>172</sup>. A psicologia política é um recurso eficaz na denúncia dessas novas formas de poder. Nessa perspectiva, pode atuar politicamente pela compreensão e revelação desses discursos. Segundo Illich<sup>173</sup>, a desconstrução de discursos da ideologia dominante, pela Psicologia Política, está na revelação do importante objetivo de “esconder tão bem de seus participantes a profunda discrepância entre os princípios sociais e a realidade social do mundo de hoje”.

A Psicologia Política, enquanto campo interdisciplinar e heterogêneo, aborda os acontecimentos sociais, os processos psicológicos e as ordenações políticas<sup>174</sup>. A Psicologia Política constitui-se como uma área ampla e difusa, tendo como recurso metodológico teorias que articulam os processos psicológicos aos fenômenos políticos, por buscar entender como os fenômenos políticos atuam nos processos psicológicos<sup>175,176</sup>.

No século XX, ainda em formação, a Psicologia Política obteve outras contribuições que vieram da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, da psicologia behaviorista ou da psicanálise<sup>177,178</sup>. E em meio à instabilidade política e social extrema, cercada de embates ideológicos, mudanças sociais, guerras e crises, não obstante, nesse período houve uma aproximação ainda maior entre a psicologia e a política na tentativa de buscar respostas aos acontecimentos políticos e sociais no século XX<sup>179</sup>.

---

<sup>172</sup> PAVÓN-CUÉLLAR, David. Para uma redefinição Marxista da Psicologia Política. HUR, Domênico Uhg; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina**. Campinas-SP: Alínea, p. 33-47, 2016.

<sup>173</sup> ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Porto alegre: Deriva, 1985, p. 56.

<sup>174</sup> MONTERO, Maritza. ¿Para qué Psicología Política? **Revista Psicologia Política**. Vol. 08, n. 18, p. 199-213, nov., 2009.

<sup>175</sup> SABUCEDO, J.M.C. La psicología política: antecedentes históricos y objeto de estudio. **Psicología Política: aspectos conceptuales**. Síntesis: Madrid, 1996.

<sup>176</sup> PARISÍ, Helio Rodolfo. Crise e insurgência, controle da subversão e subversão do controle: o papel da psicologia política. HUR, Domênico Uhg; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina**. Campinas-SP: Alínea, 2016.

<sup>177</sup> SABUCEDO, *op. cit.*

<sup>178</sup> GARZÓN, Adéla Pérez. Teoría y práctica de la psicología política. **Revista cuadrimestral del Colegio Oficial de Psicólogos de la Comunitat Valenciana**. Valência, n. 93, p. 4-25, mai.-ago., 2008.

<sup>179</sup> SANTANA, Jean Costa. Psicologia política e a potência transformadora do espaço escolar. **Educação, Psicologia e Interfaces**. Vol. 4, n. 1, p. 175-189, jan.-mar., 2020.

Contudo, na América Latina, a Psicologia Política foi redefinida de acordo com as necessidades geopolíticas de um continente submetido ao imperialismo e à colonização. E percebendo elementos políticos e psicológicos, em decorrência de um contexto histórico de repressão política, a latino-americana psicologia política analisou, entre outros elementos, a opressão social, o racismo estrutural, a consciência política, sistemas políticos ditatoriais, o trauma político decorrente das guerras, a ideologia e o papel social do psicólogo e da psicologia<sup>180</sup>. Nessa direção, Montero<sup>181</sup> destaca que, a partir da década de 80, a Psicologia Política latino-americana se debruçou sobre tarefas específicas direcionadas aos sentidos e aos efeitos dos fenômenos psicológicos manifestos nos diversos espaços políticos.

Martín-Baró<sup>182</sup> sustenta que a psicologia colonizada, isto é, dependente, estaria presa em dilemas teóricos falsos os quais não levariam a nada, a não ser a posturas dogmáticas, limitadas por um espírito academicista indiferente ao compromisso científico de dar respostas à realidade latino-americana.

A Psicologia Política no Brasil ainda pode ser considerada como bastante recente, tendo surgido aqui entre o final da década de 1970 e início de 1980, em paralelo à Psicologia Comunitária<sup>183</sup>. Segundo Hur e Sabucedo<sup>184</sup>, no País, o campo é multifacetado e apresenta uma variedade de temáticas investigadas, múltiplos referenciais teóricos e diversas definições. Entre elas, citamos a de Sandoval, Hur e Dantas<sup>185</sup> que compreende a Psicologia Política como uma área que:

[...] busca investigar a participação e o comportamento político na intersecção entre psicologia e política, pretendendo, assim, examinar o papel do pensamento humano, as emoções e os fatores sociais como determinantes do comportamento político [...]. É um campo interdisciplinar que utiliza teorias psicossociais e sociais para analisar o mundo da política e o comportamento das pessoas numa sociedade referenciada pelo Estado.

<sup>180</sup> MONTERO, Maritza. La psicología Política en América Latina, una revisión bibliográfica: 1956-1986. MONTERO, Maritza et al. (Orgs.). **Psicología Política Latinoamericana**. Caracas-Venezuela: Panapo, 1987.

<sup>181</sup> MONTERO, Maritza. Una orientación para la psicología Política en América latina. **Revista Psicología Política**. N. 3, p. 27-43, out., 1991.

<sup>182</sup> MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Hacia una psicología de la liberación**. El Salvador: UCA, 1986.

<sup>183</sup> SANDOVAL, S. A. M.; DANTAS, B. S. A.; ANSARA, S. Considerações históricas sobre a Psicologia Política. SANDOVAL, S. A. M.; HUR, D. U.; DANTAS, B. S. A. (Orgs.). **Psicología Política: temas atuais de investigação**. Campinas-SP: Alínea, 2014.

<sup>184</sup> HUR, Domênico Uhng; SABUCEDO, José Manuel. Psicologia Política no Brasil: análise bibliométrica sobre sua Revista. **Psicología Política**. Vol. 17, n. 38, p. 07-34, jan.-abr., 2017, p. 9.

<sup>185</sup> SANDOVAL, S. A. M.; HUR, D. U.; DANTAS, B. S. A. (Orgs.). **Psicología Política: temas atuais de investigação**. Campinas-SP: Alínea, 2014, p. 7.

Mesmo que a abordagem interdisciplinar já existisse, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América, e que pesquisadores de ambas as regiões mantivessem relações de intercâmbios e trocas, as diferenças existentes entre suas perspectivas eram muito grandes e importantes, pois os temas, os direcionamentos e os recursos metodológicos usados distinguiam-se no modo de entender e atuar no campo psicopolítico.

De acordo com Odair Sass<sup>186</sup>, Oliveira Vianna fez da psicologia social uma psicologia política, sendo o primeiro autor brasileiro a adotar a psicologia social como uma forma de interpretar o homem brasileiro em relação ao meio sociocultural e a organização política brasileira. Nessa perspectiva, Sass<sup>187</sup> afirma:

o significado atribuído por Oliveira Vianna à Psicologia Social aproxima-se bastante daquele assumido pela tendência francesa de tradição durkheiminiana, com uma aplicação singular à época em que escreveu, pois, inscreve a psicologia social como psicologia política, especificamente, como elemento central de sua análise sobre as carências da vida política brasileira e básico para aquilo que ele denomina de 'tecnologia das reformas sociais'.

Conforme Alessandro Soares da Silva<sup>188</sup>, pode-se dizer que a Psicologia Política Brasileira foi gestada em paralelo com a Psicologia Social, uma vez que nomes importantes os quais atuaram na fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) durante os anos de 1980 também puderam contribuir para a produção de uma Psicologia Política com recorte psicossocial. Neste cenário a contribuição de Sílvia Lane é importante, pois, além de cofundar a ABRAPSO, também foi influente para a politização da ação de psicólogas(os) e para uma prática psicossocial mais interdisciplinar. Releva destacar que foi Sílvia quem introduziu a disciplina de Comportamento Político no Programa de Psicologia Social da PUC-SP, e conduziu a contratação do professor Salvador Sandoval, em 1978, para ministrá-la e orientar pesquisas nesse campo. A chegada de Sandoval ao programa reforçava os esforços formativos de Sílvia no campo da Psicologia Social Comunitária a qual era socialmente comprometida. Para Silva<sup>189</sup>:

A escola de Sílvia Lane faz coro não só com o pensamento de Ignacio Martín-Baró (El Salvador), mas também com as proposições de Ignacio Dobles (Costa Rica) e Maritza Montero (Venezuela). A partir desta visão "Libertadora" que Martín-Baró inaugura consolida-se em toda latinoamérica a

<sup>186</sup> SASS, Odair. Psicologia, tecnologia e educação em Oliveira Vianna e Lourenço Filho. 28ª Reunião da Anped, Caxambu/MG. **Anais da 28ª Reunião da Anped**, p.1-15, 2005.

<sup>187</sup> Ibid., p. 10.

<sup>188</sup> SILVA, 2012, p. 417-418.

<sup>189</sup> Ibid., p. 418.

Psicologia da Libertação, a qual se confunde muitas vezes em seu fazer com a Psicologia Social Comunitária inaugurada por Sílvia Lane. Mas esse fazer politicamente comprometido vai gerar, por uma parte, uma nova forma de fazer Psicologia Social e, por outra, uma linha de pensar e agir no campo da Psicologia Política. [...] E Sílvia o sabia, a ponto de haver sido Fundadora Emérita da Sociedade Brasileira de Psicologia Política ao lado de Maritza Montero e de Leoncio Camino, seu primeiro presidente, e de Salvador Sandoval, criador do primeiro grupo de pesquisa brasileiro em Psicologia Política. Foi a partir deste grupo, criado com o apoio de Sílvia Lane, que se iniciaram a Sociedade e a Revista Psicologia Política, ambas uma derivação do I Simpósio Nacional de Psicologia Política ocorrido em maio de 2000 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e organizado pelo Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais desta instituição.

No ano de 2001, iniciou-se no Brasil a publicação do periódico brasileiro “Psicologia Política”, mantido pela ABPP (Associação Brasileira de Psicologia Política). Entre os principais debates desta revista, encontram-se questões relativas ao preconceito e às diferentes formas de racismos e xenofobias, ações coletivas e movimentos sociais, violência coletiva e social, memória coletiva e socialização política, comportamento eleitoral, relações de poder, valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas, relações de trabalho, análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais. Nas palavras de Silva<sup>190</sup>, a revista destaca ser uma “publicação dirigida ao campo de estudos interdisciplinar da Psicologia Política e tem como epicentro a reflexão sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas”.

Nessa perspectiva, observou-se a necessidade de entender brevemente o que compreende a Política, no âmbito da Ciência Política. Em seguida, buscou-se compreender o advento da Psicologia Política a partir da Psicologia Social. Na sequência, conceituou-se Psicologia Política, a partir do referencial europeu e norte-americano, apresentando seus desdobramentos na América Latina e no Brasil, incluindo-se os veículos acadêmicos de divulgação das pesquisas científicas na área.

Nesta tese, foi crucial aprofundar os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico, no sentido de dar o direcionamento necessário à discussão acerca do tema “Estudo dos fundamentos da Psicologia Política e da Clínica Política como base de conceituação da Psicologia da Diferença”.

Aqui há um encontro da Psicologia da Diferença com a Psicologia Política. Viu-se que a Psicologia Política objetiva um devir-ação anticapitalismo e seus agenciamentos, assim como a Psicologia da Diferença, pressupondo que não há

---

<sup>190</sup> SILVA, 2012, p. 418.

respeito às singularidades de cada pessoa, se, enquanto grupo social, permanecerem as máquinas das desigualdades sociais, da opressão àqueles que a Máquina-Sistema enquadra como mais fracos e desprotegidos.

A Psicologia Política leva às ruas, a campo, enquanto protagonistas do processo aqueles que foram deixados de lado, à margem, classificados como vulneráveis pela Máquina-Sistema. Esse protagonismo, em luta coletiva, a partir de reivindicações de seus grupos, promove a identidade, neste encontro com o semelhante, permitindo a percepção da subjetividade, do individual, a partir do coletivo.

A Psicologia da Diferença opõe-se, como a Psicologia Política, à Máquina-Sistema, à Máquina-Capitalismo, à Máquina-Desigualdade. Em um devir-ação, a Psicologia da Diferença pauta-se na luta política também como produtora do desejo, do excesso, da abundância de direitos pessoais e coletivos.

**Figura 12: Da clínica à rua: psicanálise e política**



Fonte: WARBURTON<sup>191</sup>.

---

<sup>191</sup> WARBURTON, Holly. **Da clínica à rua: psicanálise e política** [figura]. Outras Palavras – jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Em 08 out. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/da-clinica-a-rua-psicanalise-e-politica/>>. Acesso em: 13 out. 2022.

Ditadura nunca mais!

Pode me escutar?

Quero ser ouvido.

Posso falar?

Já me calaram demais.

Já foi tudo falta.

Agora é excesso!

Quero desejar!

Mas a clínica tradicional não me atende,  
Necessito de uma proposta de escuta alternativa  
Da Psicologia da Diferença!



## 7. FUNDAMENTOS DA CLÍNICA POLÍTICA, ENQUANTO FORMA TERAPÊUTICA DE ESCUTA EXPERIMENTAL.

Por entender a política como expressão de forças coletivas no encontro e em um regime de produção coextensiva com a vida – expressão dada na partilha e nas formas de distribuição desigual das partes na sociedade em que as pessoas vivem, segundo Rancière<sup>192</sup>, a separação entre política e clínica acaba por subtrair ou esvaziar as pessoas de sua potência crítico-inventiva. Em consequência disso, enquanto efeito desta separação, tem-se a despolíticação das práticas clínicas, as quais decaem ao patamar da normalização enquanto práticas políticas de conformação.

Nesse sentido, Abreu e Coimbra<sup>193</sup> salientam que, enquanto prática de intervenção e invenção de vida, a clínica não pode ser apolítica. A clínica é, então, uma ação política à medida que se estabelece enquanto maneira de ação e relação micropolíticas as quais visam mudar (transformar) as condições de vida das pessoas, constituindo-se uma atividade política de fabricação de outras formas de viver e de se relacionar com o que compõe esta existência<sup>194</sup>.

Um conhecido exemplo de Clínica Política é o GTNM/RJ (Grupo Tortura Nunca Mais – Rio de Janeiro) que, desde 1991, desenvolve o pioneiro Projeto Clínico Tortura Nunca Mais. A ausência de uma política pública para o atendimento específico aos atingidos pela violência do Estado brasileiro, durante o período da Ditadura, motivou a realização desse projeto o qual desenvolve atividades de assistência clínico-médico-psicológica, reabilitação física e social, de acordo com Grabois e Machado<sup>195</sup>.

Prado, Lima e Xavier<sup>196</sup> propõem um trajeto que vai de uma política clínica – tratada em termos de política dos modos de cuidado, da instituição dos modos de ser e de transformação – para que postule uma clínica política. Contudo, entendem como clínica política não somente aquela que se dedica aos efeitos da macropolítica ou

---

<sup>192</sup> RANCIÈRE, 1996.

<sup>193</sup> ABREU, A. M. R. M.; COIMBRA, C. M. B. Quando a clínica se encontra com a política. MACIEL, A., KUPERMANN, D.; TEDESCO, S. (Orgs.) **Polifonias: Clínica, Política e Criação**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

<sup>194</sup> GONDAR, J. A clínica como prática política. **Lugar Comum**. N. 19, 2009.

<sup>195</sup> GRABOIS, Victória Lavinia; MACHADO, Maysa Pinto. **Grupo Tortura Nunca Mais/RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas**. Rio de Janeiro: GTNM, 11 ago., 2014.

<sup>196</sup> PRADO, Guilherme Augusto Souza; LIMA, Carla Fernanda de; XAVIER, Monalisa Pontes. A clínica política: experimentação e produção de vida. **Mnemosine**. Vol. 15, n. 2, p. 34-52, 2019, p. 40-41.

aquela que trabalha necessariamente com pessoas em algum imbróglio político – no sentido com o qual se faz clínica em alguns lugares do País como, por exemplo, com refugiados haitianos ou sírios, ou mesmo a clínica com perseguidos políticos praticada pelo Grupo Tortura Nunca Mais. Sem nenhuma dúvida, são trabalhos nobres e atribuições muito importantes para a clínica, porém, visam alargar o escopo e o lugar desta clínica política, para ampliar a ideia de clínica política para uma clínica preferencialmente atenta aos efeitos os quais opera no cotidiano.

A clínica se faz clínica política, pois não deixa de operar na distribuição das partes no real, uma clínica a qual opera e visa intervir com e a partir do lugar social, com base no reposicionamento e na ressignificação de lugares sociais. A clínica política trabalha, sob este ponto de vista, com e na perspectiva de sujeitos psicossociais. Com essa ponderação, tem-se dois pontos a serem imediatamente desdobrados. Primeiramente a ampliação do que se entende por clínica política, como a dimensão da clínica a qual trabalha com e na distribuição das partes da realidade sensível – de acordo com a atribuição do lugar da política em nossa sociedade, conforme considera Rancière<sup>197</sup>. Trata-se, portanto, de uma clínica que opera com a maneira de cada pessoa se entender e se mover no mundo, e não somente aquela feita com refugiados ou com as pessoas que sofreram e sofrem violências sistemáticas no decorrer dos regimes civil-militar e do período da democratização, na visão de Prado, Lima e Xavier<sup>198</sup>, que afirmam:

No âmbito do rompimento com a ordem naturalizada das coisas é que a clínica se liga aos processos de subjetivação política. A subjetivação produz e dá lugar a um sujeito (a uma instância de enunciação) não identificável ou representado anteriormente; logo, os processos de subjetivação têm ação política de modificação da distribuição do sensível.

Nesse sentido, reiteram que a clínica – em especial a clínica da atenção psicossocial – é clínica política à medida que opera uma nova partilha do sensível, enquanto redistribui as partes que definem as posições na sociedade e o próprio jogo político-social.

Por exemplo, na clínica, a operação de transversalização apresenta-se em um duplo registro, segundo Passos e Barros<sup>199</sup>: a) o que é acolhido pela clínica é, de um

---

<sup>197</sup> RANCIÈRE, 1996.

<sup>198</sup> PRADO; LIMA; XAVIER, 2019, p.45.

<sup>199</sup> PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia, ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 26-27.

lado, um sujeito com sua história, suas verdades, sua forma identitária e memória, porém não só isso; também acolhe, de outro lado, um processo de subjetivação em curso o qual vai se realizando pelas frestas das formas, lá onde o intempestivo apresenta-se, impulsionando para a criação. Nessa perspectiva, existe sempre um quantum de transversalização com o qual se pode contar, uma vez que a forma definitiva (a identidade, a verdade, a individualidade, o fato histórico acabado) é somente uma idealidade ou meta a ser alcançada; b) por sua vez, a clínica é ela própria um caso de transversalização, ou seja, seu trabalho dá-se justamente desta forma. Deve-se entender a intervenção clínica como uma operação de transversalização a qual se realiza na zona de vizinhança ou de indefinição entre dois processos – os processos de subjetivação os quais se passam na relação analista-analisando e aqueles os quais se passam na relação ente a clínica e o não clínico: a clínica e a política, a clínica e a arte, a clínica e a filosofia etc. (a transdisciplinaridade da clínica). Falar, então, de coeficientes de transversalização da clínica é intensificar, ou mesmo apostar mais, ou menos, nos devires os quais estão sempre presentes em diferentes graus de abertura e potências variadas de criação.

Contribui para a compreensão da clínica política sua interrelação com métodos, como a cartografia, por exemplo. Podemos entender a cartografia como um método de pesquisa acerca da produção de subjetividades de pessoas e de grupos. A partir das ideias dos autores Deleuze e Guattari, faz-se um mapeamento tanto de modos de vida, como dos processos e dos movimentos dos afetos e desejos. Esse “mapear”, que é por si só cartográfico, parte da lógica rizomática de interconexões que se podem estabelecer, no intuito de se captar a dimensão processual dos fenômenos, ao acompanhar seus trajetos com a finalidade de dar vazão às diferenças, bem como àquilo que está por vir.

Para Passos e Barros<sup>200</sup>, o tema da transversalidade desdobra-se no tema das redes as quais Guattari descrevia, neste primeiro momento, como redes comunicacionais. Contudo, é pela importância que esta dimensão reticular assume na experiência clínico-política que a definição do método irá modular as conexões rizomáticas. Guattari desdobra a análise da dinâmica comunicacional nas instituições ao colocar, lado a lado, o que é distinto, ao tornar grupo sujeito e grupo sujeitado como dinâmicas as quais diferem, porém não se separam. Interessa, portanto, o que se

---

<sup>200</sup> PASSOS; BARROS, 2015, p. 28.

passa entre os grupos, nos grupos, no que está para aquém e além da forma dos grupos, entre as formas ou no atravessamento delas. A rede conecta termos, gerando consistência ao espaço intermediário. Os grupos, as instituições e as organizações constituem-se redes de inter-relações, ou seja, relações entre relações. Logo, o método é a cartografia do intermediário.

O método da cartografia, na visão de Passos e Barros<sup>201</sup>, tem como direção clínico-política o aumento do coeficiente de transversalidade, o que garante uma comunicação a qual não se esgota nos dois eixos hegemônicos de organização do *socius*: o eixo vertical o qual organiza a diferença hierarquicamente, e o eixo horizontal o qual organiza os iguais de maneira corporativa. A natureza política do método cartográfico diz respeito à forma como se intervém sobre a operação de organização da realidade a partir dos eixos vertical e horizontal. Pode-se afirmar que a operação de organização hegemônica, ou majoritária, do *socius* dá-se no modo da conexão entre variáveis menores em oposição a variáveis maiores. Por outro lado, existe outra operação, considerada operação transversal, a qual conecta devires minoritários.

Rosa<sup>202</sup> nomeia de psicanálise clínico-política as possíveis respostas do psicanalista diante dos conflitos da *polis* (cidade), ao ressaltar a importância do deslocamento do psicanalista ao território no qual emergem tais conflitos sociais.

Broide<sup>203</sup>, quando discute o trabalho do psicanalista nessas situações, propõe pensar no caráter político das ditas “figuras de exclusão”. Soler<sup>204</sup> situa o valor político do sintoma neurótico: tanto no caso das neuroses de guerra, nas quais os sintomas apresentados pelos sujeitos que os impediam de voltar ao *front* levantavam dúvidas se estavam realmente doentes, ou se expressavam sentimentos antimilitaristas, quanto no caso das conversões histéricas, com suas manifestações incapacitantes, o sintoma ganha valor político à medida que objetiva, coloca a ordem vigente do discurso do mestre (do militar) ou da sexualidade de uma época em causa.

---

<sup>201</sup> PASSOS; BARROS, 2015, p. 28.

<sup>202</sup> ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

<sup>203</sup> BROIDE, E. Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, Vol. 27 (Volume Especial de Psicologia), abr.-jun., 2014.

<sup>204</sup> SOLER, 2012 *apud* BROIDE, E. Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, Vol. 27 (Volume Especial de Psicologia), abr.-jun., 2014.

De maneira análoga, para Sato *et al*<sup>205</sup>, as figuras de exclusão atuais (pessoas em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei etc.) devem ser pensadas como um acontecimento clínico, na dimensão política da opressão e em sua dimensão ética de resistência, uma vez que fazem objeção à lógica capitalista, à medida que:

[...] expõem o corpo, perambulam nas ruas e nas instituições manicomiais, carcerárias e penais, não respeitam fronteiras e ocupam brechas entre a lei, a disciplina e a moral. Radicalizam a alteridade, perturbando as ficções de identidade. Ignoram que, ao mesmo tempo em que explicitam a divisão subjetiva própria, desvelam e trazem à tona o sintoma social —considerando-se o sintoma social como marca que particulariza uma sociedade, assim como o sintoma do sujeito particulariza a sua forma de inscrição no discurso<sup>206</sup>.

Nesse sentido, para Canavez e Herzog<sup>207</sup>, a resistência pode ser considerada como uma produção singular do sujeito no intuito de resguardá-lo das tentativas de homogeneização incentivadas pela cultura de nossa época, posição a partir da qual se destaca a importância da escuta tanto do analista quanto dos pares entre si, fenômeno o qual o grupo possibilita. Trata-se, então, do oposto à homogeneização.

Formigoni<sup>208</sup> enquadra a homogeneização como efeito da aliança entre o discurso científico e o capitalista, o qual reduz os indivíduos a objetos de um saber do outro o qual “vocifera conhecimentos, palavras de ordem e respostas que, além de prometerem aniquilar as angústias e conquistar o almejado bem-estar, serviriam igualmente a todos”. Tais saberes totalizantes aprisionam o sujeito em conjuntos uniformizados, como, por exemplo, os “noias”, os refugiados, as mulheres e os garotos da periferia, os quais supostamente teriam especificidades que os segregam em massas humanas, o que deixa de fora tanto as singularidades como a condição humana que nos une. Nessa perspectiva, a resistência – diante das injunções que aspiram à individualização capitalista ou à universalidade científica – não deve ser compreendida enquanto obstáculo, mas sim como o que insiste da singularidade do sujeito.

Conforme Sato *et al*<sup>209</sup>, é possível aproximar tal compreensão de resistência àquela do caráter político do sintoma, dado que ambas expressam o movimento de

<sup>205</sup> SATO, Fernanda Ghiringhello; MARTINS, Raonna Caroline Ronchi; GUEDES, Carina Ferreira; ROSA, Miriam Debieux. O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. **Psicologia Política**. Vol. 17, n. 40, p. 484-499, set.-dez., 2017, p. 491.

<sup>206</sup> BROIDE, 2014, p. 3.

<sup>207</sup> CANAVEZ, F.; HERZOG, R. De Freud a Deleuze: os descaminhos da resistência. Ribeirão Preto: **Paidéia**, Vol. 21, n. 48, p.111-118, 2011.

<sup>208</sup> FORMIGONI, M. C. Segregação, infância generalizada e alegria: questões para a psicanálise. **Stylus Revista de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 75-82, 2017, p. 75.

<sup>209</sup> SATO; MARTINS; GUEDES, 2017, p. 492.

subversão à norma, ao resguardar algo da singularidade do sujeito, o próprio cerne da experiência analítica, e caberia, então, ao analista escutar e acolher.

Como se observou, nesta breve explanação, a clínica política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental, tem a potência da escuta e do acolhimento necessários a quem passou por qualquer tipo de violência, coletiva ou individual, de cerceamento de suas liberdades, mediante imposição de máquinas como a Máquina-Estado, como a Máquina-Ditadura, como a Máquina-Militarismo, como outras máquinas correlatas.

Esta escuta especializada pode permitir uma potência criadora de novas possibilidades, que oportunizem o desejo à falta, o excesso à escassez, em uma capacidade libertadora e libertária de um redimensionamento de novos sentidos à promoção da vida em abundância.

Aqui há um encontro da Psicologia da Diferença com a Clínica Política, no âmbito da promoção da vida, nesta ética da vida, uma vida livre, no âmbito da liberdade espinosista, que supere a falta freudiana e busque o esbalde do desejo em Deleuze e Guattari, com devir-ação de atitude política, na relação com o coletivo e com os anseios individuais, respeitadas as singularidades de cada pessoa.

Figura 13: Nova Ordem Mundial



Fonte: POLYP<sup>210</sup>, 2022.

---

<sup>210</sup> POLYP, Polyp the Cartoonist. **Africa, unfair trade, mining minerals, gold** [Cartoon]. Polyp. Disponível em: <[https://polyp.org.uk/cartoons/wealth/polyp\\_cartoon\\_africa\\_unfair\\_trade\\_mining\\_minerals\\_gold.jpg](https://polyp.org.uk/cartoons/wealth/polyp_cartoon_africa_unfair_trade_mining_minerals_gold.jpg)>. Acesso em: 13 out. 2022.

Tira daqui e coloca lá.  
Mas aqui estão as riquezas, isso tem valor para lá.  
E de lá vem o padrão.  
Preto ou pardo? Não.  
Mulher ou trans? Não.  
Pobre? Não.  
Crenças não cristãs? Não.  
Línguas Nativas? Não.  
Imposição.  
Exploração.  
Padronização.  
Triste lógica de repetição.



## **8. PSICOLOGIA DA DIFERENÇA COMO ANTÍTESE DOS DISCURSOS DE HIERARQUIZAÇÃO E DE HEGEMONIA, OBJETIVANDO A VALORIZAÇÃO DAS SINGULARIDADES.**

Neste oitavo capítulo do referencial teórico desta tese, tem-se a Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização da multiplicidade e das singularidades.

Como pode ser observado, inclusive no Estado do Conhecimento apresentado no quarto capítulo deste trabalho, não há, na literatura, em artigos acadêmicos ou científicos, em livros, ou mesmo em teses ou dissertações, de outros(as) autores(as), indicação segura de que se desenvolveu algum pensamento sobre o tema “Psicologia da Diferença”, o que nos fez crer na necessidade da investigação científica, na perspectiva conceitual e epistemológica aqui proposta.

Para entender por que a Psicologia da Diferença se coloca como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, entendamos, de maneira sucinta, o teor de tais discursos.

Nessa perspectiva, cabe compreender: o padrão hegemônico; e quem são os vulneráveis da Psicologia da Diferença.

### 8.1. Padrão hegemônico

O padrão hegemônico é pautado numa lógica eurocêntrica a qual estabelece categorias dominantes em relação a categorias dominadas. Este eurocentrismo tem por base as relações de poder que se estabeleceram no mundo a partir do período das grandes navegações em que países da Europa, como Portugal e Espanha, por exemplo, passaram a colonizar lugares onde faziam suas feitorias, inicialmente na costa africana e, posteriormente, na América, sobretudo na América Latina.

Privilegiando os valores e a cultura europeia, tais colonizações implicavam uma imposição sobre os povos colonizados, que estavam submetidos à religião oficial do país colonizador, bem como à sua língua, à sua música, aos seus costumes, à sua cultura culinária etc.

Numa tentativa de homogeneização dos povos colonizados, colocava-se a Europa como centro, como referência, como cultura a ser seguida, daí as terminologias eurocentrismo e padrão eurocêntrico.

Mais tarde, com o advento do capitalismo e com ele, a nova lógica econômica funcionando como força norteadora das relações entre estados, países como os Estados Unidos da América passaram a ser protagonistas do padrão hegemônico, impondo sua língua, seus costumes, suas características.

A partir disso, cientistas sociais passaram a compreender o padrão hegemônico a partir de categorias hegemônicas, nas quais as relações de poder se estabelecem determinando as forças dominantes e as forças dominadas.

Nessa lógica hegemônica, são consideradas categorias dominantes: homem; branco; heterossexual; cisgênero; rico; estudado; e afins. Em contrapartida, consideram-se categorias dominadas o exato inverso: mulher; não branco; não heterossexual; transgênero; não rico; com pouca escolaridade; e afins.

Luna Mochocovitch objetivou analisar o conjunto de conceitos que foram introduzidos pelo filósofo italiano Antonio Gramsci, ao longo de sua obra, no intuito de analisar a Cultura e a Ideologia. O conceito de Hegemonia está entre esses conceitos, entendido enquanto o conjunto das “funções de domínio e direção exercido por uma

classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade”<sup>211</sup>.

Segundo Rossano Rafaele Sczip<sup>212</sup>, aparece em Gramsci o conceito de Hegemonia com uma dupla função: tanto de domínio como de direção intelectual e moral, “função própria da hegemonia”. A função de domínio dá-se sobre aqueles a quem se pretende “liquidar”, enquanto a função de direção ocorre em relação aos grupos que são aliados.

Outra contribuição relevante para compreender o conceito de hegemonia é a apresentada por Raymond Williams, uma das principais influências no pensamento de Apple e que também se fundamenta em Gramsci.

Uma das grandes contribuições de Gramsci é que ele enfatiza a questão da hegemonia, e a compreende numa profundidade que considero rara. Pois hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, que não é meramente secundário ou superestrutural, como na acepção fraca de ideologia, mas que é vivido numa tal profundidade e satura a sociedade de tal maneira que, como Gramsci coloca, constitui a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência e corresponde à realidade da experiência social muito mais claramente do que quaisquer noções derivadas da fórmula de base e superestrutura. [...] Essa noção de hegemonia como algo no qual a consciência de determinada sociedade está profundamente imersa me parece fundamental. E a hegemonia leva vantagem sobre noções genéricas de totalidade, pois ao mesmo tempo enfatiza o fato da dominação<sup>213</sup>.

Na visão de Piotte<sup>214</sup>, “a hegemonia dá conta das relações travadas entre as classes sociais, especificamente fora do terreno da produção econômica”. Isto é, como escreveu Marilena Chauí, uma classe se constitui como hegemônica “não só porque detém a propriedade dos meios de produção e o poder do Estado” – controle jurídico, político e dos instrumentos de repressão da sociedade, mas “sobretudo porque suas ideias e valores são dominantes, e mantidos pelos dominados até mesmo quando lutam contra essa dominação”<sup>215</sup>. É o caso dos movimentos sociais os quais conseguem se realizar e fazer avançar suas pautas sem, com essa atitude, questionar a própria hegemonia da classe dominante.

<sup>211</sup> MOCHOCOVIATCH, Luna G. **Gramsci e a Escola**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 20.

<sup>212</sup> SCZIP, Rossano Rafaele. **De quem é esse currículo? Hegemonia e contra-hegemonia no ensino de história na base nacional comum curricular**. Dissertação de Mestrado em Ensino de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

<sup>213</sup> WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, n. 66, p. 209-224, 2005, p. 216. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448/15266>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

<sup>214</sup> PIOTTE apud MOCHOCOVIATCH, Luna G. **Gramsci e a Escola**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 21.

<sup>215</sup> CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008, p. 110.

Ideologia é mobilizada por Apple de maneira a perceber como o conhecimento oficial pode “representar configurações ideológicas dos interesses dominantes numa sociedade? Como as escolas podem legitimar esses padrões limitados e parciais do saber como verdades não questionadas?”<sup>216</sup>.

Conforme aduz Sczip<sup>217</sup>, a classe social faz parte da realidade material, manifesta-se nas relações sociais que são estabelecidas entre diferentes seres sociais os quais se encontram para produzir e para reproduzir sua vida. Não se trata de uma invenção de gabinete. Pode-se entender, por esse modo, que a classe desempenha um determinado papel na história. Com destacou Hobsbawm, “no capitalismo a classe é uma realidade histórica imediata e em certo sentido vivenciada diretamente”<sup>218</sup>, e nessa vivência, produz cultura, por meio das suas formas de organização, da sua maneira de pensar a sociedade e de projetar o futuro.

a classe operária (...) é constituída quase que por definição de pessoas que não podem fazer coisas acontecerem exceto coletivamente. (...). Mas mesmo sua ação coletiva requer estrutura e lideranças para que sejam eficazes. Sem uma organização formal para a ação, (...) é improvável que sejam eficazes; sem alguém que seja capaz de exercer hegemonia (para usarmos a expressão de Gramsci) irão permanecer tão subalternos como a plebe do passado pré-industrial<sup>219</sup>.

Como reflete Sczip<sup>220</sup>, acerca da consciência de classe e do papel que desempenha na História, Hobsbawm resgata as formulações de Lênin, em que cada classe possui dois níveis de aspirações a que correspondem tipos de organização e de consciência, distintos, entretanto, às vezes, ligados e combinados. O nível considerado mais baixo é representado pelo que Lênin denominou de consciência sindical. Seriam as exigências específicas, as reivindicações circunscritas ao plano tido como meramente econômico, que são voltadas para a melhoria das condições de vida da força de trabalho e de vida. O nível considerado mais alto é representado por exigências mais gerais, como uma consciência socialista, a qual poderíamos classificar como sendo reivindicações político-ideológicas, que são voltadas para o modelo de sociedade, ou mesmo, mas de forma mais rara, como algum tipo de consciência a qual prefigura a transformação total da sociedade.

<sup>216</sup> APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 27.

<sup>217</sup> SCZIP, 2020.

<sup>218</sup> HOBBSAWN, E. J. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, p. 37.

<sup>219</sup> *Ibid.*, p. 45.

<sup>220</sup> SCZIP, *op. cit.*

A primeira é aquela gerada mais espontaneamente, mas também a mais limitada. Sem a última [socialista], a consciência de classe da classe operária é, historicamente falando, incompleta, e as própria presença como classe pode se questionada (...), embora este questionamento seja incorreto. Sem ambas os trabalhadores poderiam ser completamente insignificantes, ou mesmo invisíveis, para propósitos políticos<sup>221</sup>.

A consciência de classe operária em ambos os níveis – exigências específicas ou mais gerais – implica, ainda de acordo com Hobsbawm,

a organização formal e uma organização que seja ela mesma a portadora da ideologia de classe, que sem ela seria pouco mais que um complexo de hábitos e práticas informais. A organização (o “sindicato”, partido, movimento) torna-se assim uma extensão da personalidade do trabalhador individual, que ele contempla e completa<sup>222</sup>.

Para o autor “as formas mais elementares de consciência de classe, ação de classe e organização tendem a desenvolver-se espontaneamente dentro da classe operária”. Isto é, se não lutarem por seus interesses, quem irá lutar? Isso posto, as sociedades de capitalismo industrial vivenciaram o desenvolvimento de significativos movimentos sindicais, ainda mais quando se olha para os séculos XIX e XX, bem como a regulação das condições de venda e de compra da força de trabalho. Edward P. Thompson, outro relevante historiador britânico, o qual muito contribuiu para a renovação do marxismo, no que tange ao materialismo histórico e, por consequência, dos estudos de classe, legou-nos uma formulação em que a classe se constitui como agente de sua própria história, presente ao seu fazer-se. “A classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se”<sup>223</sup>. É um processo e uma relação não só econômica como cultural. Um processo em formação e uma relação entre membros de uma mesma classe e uma relação entre membro desta classe com membros que pertencem a outra classe.

Segundo Célia Vendramini, Thompson “retoma a ideia marxista da classe como sujeito, ampliando seu significado, enquanto relação”. Valoriza, desse modo, “as tradições, costumes e modos de vida dos sujeitos sociais”<sup>224</sup>. Em seus estudos, ele

<sup>221</sup> HOBBSAWN, 2005, p. 47.

<sup>222</sup> Ibid., p. 46.

<sup>223</sup> THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária Inglesa**. A árvore da liberdade. v. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

<sup>224</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**. V. 10, n. 2, p. 124, maio/agosto 2006. Disponível em:

<<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6051#:~:text=A%20categoria%20exper%C3%AAncia%20desenvolvida%20por,%2C%20exper%C3%AAncia%20humana%2C%20E.%20P.%20Thompson>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

analisou os aspectos objetivos e subjetivos os quais contribuíram para a formação da classe. Para Vendramini,

Thompson fornece importantes indicações para a apreensão dos saberes do trabalho, ao considerar o contexto, a materialidade, as condições objetivas de realização do trabalho e da educação, aliadas às condições subjetivas, à experiência humana e à aprendizagem constituídas coletivamente pelos sujeitos sociais<sup>225</sup>.

Essa produção historiográfica tem contribuído ainda no intuito de problematizar outras questões da formação da classe operária brasileira na Primeira República (1889-1930), como, por exemplo, a ideia de uma classe trabalhadora “branca, fabril e masculina”<sup>226</sup> ou a ideia de total ruptura entre as maneiras de luta contra o trabalho escravo e aquelas que são próprias do trabalho assalariado<sup>227</sup>.

Alexandre Fortes registrou que, a partir do modelo thompsoniano de formação de classe, três ordens de inovações se constituíram nas últimas décadas:

a) a relação entre classe e questões “identitárias”, tais como gênero, raça, etnicidade, nação e religião; b) a tensão entre “mercantilização” e “não mercantilização” do trabalho; c) a problematização da relação entre cultura, direito, cidadania e classe nos contextos nacionais e a necessidade de revitalização dessas conexões em contextos coloniais e transnacionais<sup>228</sup>.

São essas mesmas relações de classes e questões tidas como “identitárias” que reforçam a lógica hegemônica que norteia as relações sociais: gênero; raça; etnicidade; nação; religião etc. Nesse espectro mercantil das relações sociais, estabelecem-se as questões coloniais e impositivas.

Releva destacar que Deleuze e Guattari reposicionam a luta de classes, para dar relevância ao investimento libidinal, cuja distinção se dá entre o investimento paranoico-reacionário e o investimento esquizo-revolucionário. Trata-se aqui do plano molecular, inconsciente, do desejo. A luta de classes se dá no plano da consciência, no plano do interesse.

---

<sup>225</sup> VENDRAMINI, 2006.

<sup>226</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do Liberalismo Oligárquico. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 153-182.

<sup>227</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

<sup>228</sup> FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 602-603, nov. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/63764>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

Isso à medida que os “objetos parciais são as funções moleculares do inconsciente”<sup>229</sup>. Dessa maneira, segundo Lima e Bedê<sup>230</sup>, tais funções moleculares não possuem como referência figuras edípicas globais; ao contrário, elas se conectam a fluxos os quais apontam para além das formas humanas. Nesse sentido, muito mais do que representantes parentais ou familiares, a libido investe diretamente no social, isto é, aquilo que é “estranho, não-mãe, não-pai, não-família, índice daquilo que há de não humano no sexo, e sem o que a libido não montaria suas máquinas desejanças”<sup>231</sup>. Nessa perspectiva, Deleuze e Guattari, em seu projeto geral, buscam criticar as tradicionais separações dicotômicas entre indivíduo e sociedade, entre desejo e social, entre economia libidinal e economia política, dado que, para os autores, a diferença entre esses termos não é de natureza, mas sim de regime.

A partir da compreensão desse aspecto, explica-se por que o padrão é o maior dos servos. Isso porque, entre os analistas de meados do século XX, a tendência comum, de acordo com Deleuze e Guattari, era fazer com que se remetesse ao Édipo do paciente todas as questões que eram trazidas pelo analisando ao consultório: “Suspiro de alívio: veja, o coronel, o instrutor, o professor, o padrão, tudo isto queria dizer isso, Édipo e a castração”<sup>232</sup>.

---

<sup>229</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia** (1979). 2. ed. São Paulo: 34, 2011, p. 429.

<sup>230</sup> LIMA, Vinícius Moreira; BEDÊ, Heloísa Moura, Para além do Édipo: entre Deleuze-Guattari e Laplanche. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 2, p. 162-170, 16 jun. 2020, p. 165. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5762>>. Acesso em 21 out. 2022.

<sup>231</sup> DELEUZE, *op. cit.*, p. 471.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 94.

## 8.2. Quem são vulneráveis para a Psicologia da Diferença?

Há uma tendência, nas ciências sociais, em se considerar como vulneráveis apenas as pessoas em situação econômica precária, pertencentes à classe baixa, classificados como pobres ou miseráveis. Porém, há muitas outras vulnerabilidades percebidas a partir dos agenciamentos do capitalismo e da lógica hegemônica.

A Psicologia da Diferença se posiciona contra o padrão hegemônico, contra essa lógica opressora de poder do mais forte em relação ao tido como mais fraco, contra esses agenciamentos advindos do processo de colonização reverberante até hoje.

Nesse sentido, entende-se que são vulneráveis todos aqueles que não são considerados enquanto categorias dominantes de gênero; de raça e etnia; de orientação sexual; de classe social; de escolaridade; de religião ou crença; de saúde.

No que tange às questões de gênero, o padrão hegemônico privilegia a categoria “homem” (masculino) e a condição “cisgênero”. Estão em vulnerabilidade, portanto, a categoria “mulher” (feminino) e a condição “transgênero”.

As mulheres sempre figuram em desvantagem nesta sociedade machista que paga salários maiores a empregados homens em relação a empregadas mulheres. Mas isso não só ocorre no mercado de trabalho. Há muita violência doméstica na qual as agressões, na maioria dos casos, recaem sobre o sexo feminino. Isso sem contar os outros tipos de violência, como a verbal e a moral, a que a mulher está submetida socialmente. Em muitos casos, mesmo tendo sido vítima de violência doméstica, a própria família incentiva o perdão ao companheiro agressor alegando que isso seria melhor para os filhos do casal ou para a situação financeira da mulher (“ruim com ele, pior sem ele” diz o dito popular). Essas e outras questões se refletem diretamente na saúde psíquica das mulheres que precisam de uma escuta alternativa que as acolha e oriente num devir-ação que as façam buscar encontros de alegria e não de tristeza.

A categoria “trans”, sem dúvida, sofre muito preconceito de vários setores da sociedade, sobretudo dos mais conservadores. Relewa destacar que o Brasil é um dos países em que mais se mata “trans”, devido a este arraigado moralismo pautado na lógica hegemônica. Travestis, transgêneros, transexuais, bem como pessoas não binárias são vítimas de todo tipo de violência desde sempre. O moralismo religioso dominante que alega tratar-se de uma afronta a Deus tal transformação respalda os



maiores absurdos sofridos por essas pessoas. Precisa existir uma clínica preparada para escutar os indivíduos transgêneros, bem como potencializar suas capacidades no intuito do pleno desenvolvimento físico e psicológico de suas singularidades.

Como a colonização ocorreu verticalmente de cima para baixo, do hemisfério norte para o sul, isso também influenciou as questões étnicas e de raça. O padrão hegemônico privilegia o indivíduo branco, caucasiano, europeu (e mais recentemente norte americano). Logo, negros, pretos, pardos, latinos, africanos (e também asiáticos), na condição de colonizados estão em vulnerabilidade. O racismo estrutural e o epistemicídio enfatizam as diferenças entre raças ainda na atualidade.

Desde os primórdios, também por agenciamentos da religião dominante que objetivava a procriação enquanto estratégia de povoar o planeta, mantendo tais fiéis sob domínio, pregou-se como orientação sexual dominante a heterossexualidade. A partir disso, tanto desejo se tornou falta, quanto se reprimiu a potência de desejar dos homossexuais, dos bissexuais, dos pansexuais e de todos os que não se encaixam na heterossexualidade. Essa imposição foi da religião para o mercado de trabalho, impondo-se também nas relações sociais. Isso reverberou em correntes clássicas da Psicologia, que outrora já até ofertara tratamento para este “desvio”. A própria Psicanálise Freudiana tratou (por óbvio) de categorizar: complexo de Édipo mal resolvido, por exemplo. E quanto sofrimento isso causou a quem era diferente e não foi acolhido em sua diferença. Em contrapartida, a Psicologia da Diferença pauta-se no desejo, livre de agenciamentos e imposições, não definido por regras ou padrões. Se a Psicanálise é falta, a Psicologia da Diferença é excesso!

É claro que os agenciamentos do capitalismo também colocam na condição de vulnerável a pessoa de classe baixa, pobre ou miserável. As oportunidades dadas ao rico para que se torne ainda mais rico fortalecem essa lógica hegemônica. A condição de exclusão social, no âmbito financeiro, deixa sequelas psicológicas que só uma proposta de clínica alternativa é capaz de fazer superar, sobretudo, na perspectiva de um engajamento político e social em um devir-ação que coloque o pobre como protagonista da luta por seus direitos e por equidade. A Psicologia da Diferença que se encontra de maneira rizomática com a Psicologia Política e com a Clínica Política pode potencializar essa ação transformadora na perspectiva individual a partir da perspectiva coletiva.

A lógica hegemônica também se estende ao campo religioso. Religiões de matriz africana, crenças indígenas politeístas, crenças não cristãs (no caso do Brasil)

ou que destoem da religião principal de determinado país sofrerão perseguição, violência e agenciamentos de poder opressor. Consideram-se, então, também vulneráveis para a Psicologia da Diferença aqueles que passam por qualquer tipo de perseguição religiosa, não praticantes da religião dominante.

Há, ainda, a categoria dos saudáveis que domina sobre aqueles que portam alguma doença, grave ou rara. Estes também se encontram em situação de vulnerabilidade e carecem de uma clínica que entenda suas particularidades.

Como pode ser observado, para a Psicologia da Diferença, o conceito de vulnerabilidade transpassa a percepção apenas de âmbito financeiro das ciências sociais. São vulneráveis, portanto, todos os enquadrados por essa lógica de poder dominante como dominados, independente da categoria hegemônica que lhes compete.

Não se pode, ainda, considerando-se a Psicologia da Diferença, a partir de sua relação rizomática com a Filosofia da Diferença, de Deleuze e Guattari, deixar de ampliar o escopo do conceito de vulnerabilidade, reduzindo-a somente a essas categorias, uma vez que, para eles, são também vulneráveis as pessoas mais paranoicas, as que se deixam axiomatizar, que não suportam incertezas etc.

Para Lima e Bedê<sup>233</sup>, conforme apontam Deleuze e Guattari, não foi a psicanálise quem inventou Édipo, uma vez que antes dela já havia a repressão social. “Tudo mostra o contrário: os sujeitos já chegam edipianizados à psicanálise, eles pedem e tornam a pedir isso mesmo”<sup>234</sup>, de forma que o desejo busca sua própria repressão, de maneira edipiana. E isso se transmite desde o ambiente familiar, à medida que, antes de ser um sentimento de neurótico, “Édipo é uma ideia de paranoico adulto”<sup>235</sup>. Dito de outra maneira, é o pai paranoico o qual edipianiza o filho, partindo dos investimentos sociais os quais incidem nesse pai para que ele produza um sujeito dócil, normalizado.

Esse sujeito dócil e normalizado é, por si só, vulnerável. Está vulnerável aos agenciamentos sociais, por ter sido condicionado por sua família (neste caso específico, na figura do seu pai), a seguir todas as regras e as imposições sociais, acatando ordens e, assim, matando seus próprios desejos. Cumprirá regramentos para se enquadrar nos assédios da máquina do produtivismo capitalista.

---

<sup>233</sup> LIMA; BEDÊ, 2020, p. 163.

<sup>234</sup> DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 64.

<sup>235</sup> Ibid., p. 362.

Segundo Lima e Bedê<sup>236</sup>, o desejo não brota de um indivíduo, dado que ele é, antes de qualquer coisa, devedor de “um campo social no qual o pai e o filho estão mergulhados”<sup>237</sup>. Devido a isso, Deleuze e Guattari<sup>238</sup> afirmam que a triangulação edipiana “explode” por todos os cantos: as famílias “são cortadas por cortes que não são familiares”; o pai, a mãe e o eu “estão em combate e em contato direto com os elementos da situação histórica e política”; a “relação com o não familiar é sempre primeira”<sup>239</sup>, e isso sob a mesma forma da sexualidade, da libido a qual investe esses atravessamentos do *socius*. As crianças não brincam apenas de “papai-mamãe”, elas também brincam “de feiticeiro, de cowboy, de polícia e ladrão”<sup>240</sup>. De modo que, por trás do Édipo, encontra-se, fundamentalmente, uma relação com o externo, como elementos da etnia, do gênero, da situação econômica, histórica, cultural etc. os quais são investidos pela libido enquanto libido sexual. “Sente-se tesão em meio a fluxos e seus cortes”<sup>241</sup>.

Dessa maneira, a máscara edipiana vem para desfigurar e para encobrir o potencial revolucionário do desejo: “Se o desejo é recalçado é porque toda posição de desejo, por menor que seja, pode pôr em questão a ordem estabelecida de uma sociedade [...] ele é perturbador; não há posição de máquina desejante que não leve setores sociais inteiros a explodir”<sup>242</sup>. Na visão de Lima e Bedê<sup>243</sup>, a partir de Deleuze e Guattari, trata-se de algo que coloque radicalmente em questão as estruturas de exploração, de sujeição e de hierarquias de uma sociedade. Por isso, a representação do desejo por intermédio do Édipo acabou escondendo a produção desejante, ou seja, as produções do inconsciente, que é a grande descoberta da psicanálise.

Esses agenciamentos maquínicos inibidores da potência desejante tornarão vulneráveis quem a ele sucumbe. Sejam agenciamentos de sexo, de gênero, de cor, de raça, de etnia, de condição social, de escolaridade, de religião etc.

A Psicologia da Diferença mapeia cartograficamente os vulneráveis não na perspectiva da identificação dos sujeitos “coitadinhos”, mas sim, por seu rizoma com Psicologia Política, enquanto sujeitos potencialmente capazes de superar os

---

<sup>236</sup> LIMA; BEDÊ, 2020, p. 163.

<sup>237</sup> DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 363.

<sup>238</sup> Ibid., p. 134.

<sup>239</sup> Ibid., p. 473.

<sup>240</sup> Ibid., p. 66.

<sup>241</sup> Ibid., p. 473.

<sup>242</sup> Ibid., p. 158.

<sup>243</sup> LIMA; BEDÊ, *op. cit.*, p. 164.

agenciamentos sociais da máquina capitalista e familiares edipianos. Suas raízes também farão interface com a Psicologia Social na medida em que a Psicologia da Diferença potencializará grupos sociais, a quem chamam de populações vulneráveis, conclamando-os à autonomia na busca por direitos e garantias roubados pela hegemônica lógica capitalista de poder.

## 09. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema o “O arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença e suas relações com a Psicologia Política e a Clínica Política”.

Partindo-se da inexistência do termo “Psicologia da Diferença”, na perspectiva proposta neste trabalho, em publicações de outros(as) autores(as) e estudiosos(as), relevou conceituar a Psicologia Política e a Clínica Política, evidenciando teoricamente a Psicologia da Diferença como um rizoma.

Para isso, a pesquisa recorreu ao Método Estado do Conhecimento, enquanto panorama científico capaz de apresentar os estudos em separado dos descritores deste estudo, com base em teses e dissertações, que, juntamente com a base bibliográfica de livros e artigos publicados em relevantes periódicos científicos, pudessem dar suporte a este manuscrito epistemológico.

A pesquisa afirmou a hipótese proposta: “Tendo como ponto de partida a ética de Spinoza e a ideia da diferença em Deleuze e Guattari, a Psicologia da Diferença, pensada como rizoma, conecta-se à Psicologia Política, enquanto forma experimental de escuta, assim como à Clínica Política, enquanto prática de abertura a grupos e pessoas afetados por variadas formas de violência política”.

O objetivo principal desta pesquisa foi, então, “compreender o corpo conceitual da Psicologia Política e a prática da Clínica Política, com o objetivo de estabelecer relações com o corpo conceitual da Psicologia da Diferença, assim como com sua proposta de escuta”.

No que concerne à organização estrutural desta tese, após a justificativa e a metodologia, foi apresentado o terceiro capítulo, da Metodologia. Do ponto de vista metodológico, este trabalho fundiu a Pesquisa Teórica e Bibliográfica, o Método Estado do Conhecimento – considerando-se suas três etapas (Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada e Bibliografia Categorizada) – e o Método Epistemológico. O quarto capítulo apresentou o método Estado do Conhecimento, aplicando-o às suas etapas: Bibliografia anotada; Bibliografia sistematizada; Bibliografia categorizada.

A tese respondeu ao seguinte problema: “Que traços do arcabouço conceitual da Psicologia da Diferença se conectam rizomaticamente com a Psicologia Política e com a Clínica Política?”.

Para responder a este problema, este trabalho partiu da ideia da diferença em Deleuze e Guattari, sobretudo no que concerne a questões como a própria Filosofia da Diferença, bem como a análise do que os autores propõem no livro *Anti-Édipo*, e sua proposta de clínica Esquizoanalítica.

Esta pesquisa trouxe cinco objetivos específicos. Eles foram desenvolvidos nos capítulos que compõem o referencial teórico deste trabalho. Os capítulos que desenvolveram cada objetivo específico foram construindo a resposta ao problema de pesquisa.

O primeiro objetivo específico foi “apresentar as contribuições de Spinoza acerca da teoria dos afetos, colocando em diálogo a sua *Ética* com a leitura de sua obra feita por Deleuze e outros(as) autores(as)”. Este primeiro objetivo específico foi trabalhado no quinto capítulo, em que tivemos as contribuições de Spinoza acerca da Teoria dos Afetos, dialogando com a sua *ética* e a leitura de sua obra feita por Deleuze e outros(as) autores(as). Este capítulo contou com três subcapítulos: Deus em Spinoza enquanto Natureza; afetos em Spinoza; e a ideia da Diferença em Deleuze e Guattari.

Deleuze e Guattari buscam na filosofia de Baruch de Espinosa as noções de desejo como positividade e a ideia de imanência, dentre outras questões. E também esta pesquisa trouxe o conceito de Deus em Espinosa enquanto Natureza, na perspectiva da necessária compreensão deste Deus Imanente que rompe com o Deus Transcendente da hegemônica concepção da tradição cristã. Além disso, fez-se o estudo da Teoria dos Afetos de Espinosa, com toda a potência do *conatus* enquanto perspectiva clínica do fomento a encontros de alegrias em detrimento dos encontros de tristeza.

Volta-se à ação a filosofia espinosana à medida que oferece coragem ao sujeito para que perca o medo de viver, desenvolvendo uma ciência intuitiva que lhe faça compreender as formas as quais lhe afetam. Nessa perspectiva, essa filosofia inspira as pessoas a não mais serem escravas dos encontros de tristeza (encontros fortuitos), mas sim que busquem encontros de alegrias, os bons encontros, que produzam paixões alegres as quais aumentem sua potência de agir. Essa dinâmica da teoria dos afetos de Espinosa possui implicações diretas com a liberdade plena, a qual rompe com os agenciamentos hegemônicos, capitalistas e escravagistas. Daí Deleuze aduzir que Espinosa oferta uma imagem da vida que é afirmativa e positiva.

A relevância do rompimento com o Deus Transcendente da tradição cristã não se dá numa tentativa de orientação religiosa por parte da Psicologia da Diferença, nem de uma crítica às pessoas que se entendem cristãs e que, no cristianismo, encontram conexões que lhe fazem bem. O rompimento aqui proposto é no sentido da lógica colonizadora que unificou países e religiões, sobretudo no período histórico das grandes navegações, impondo aos colonizados regras, costumes, religião e cultura do conquistador.

Essa imposição objetivou apagar a identidade cultural e religiosa, como se deu, por exemplo, tendo-se o Brasil como caso concreto. O povo nativo que aqui habitava foi escravizado e sua cultura foi aniquilada. Sua fé politeísta, a qual concebia elementos da natureza como deuses, foi catequizada, num processo que, aos poucos, foi impondo o Deus do colonizador juntamente com sua religião.

O Deus em Espinosa enquanto Natureza possui caráter imanente, isto é, não está separado do mundo, ao contrário, está ligado ao mundo íntima e necessariamente, ao formar com ele apenas uma coisa, uma substância, ou seja, o mundo (a Natureza) e Deus são a mesma coisa, uma vez que o mundo é uma produção, e não uma criação.

O segundo objetivo específico foi “estudar os fundamentos da Psicologia Política e seu arcabouço teórico”. Este foi abordado no sexto capítulo que explicou a relação rizomática da Psicologia Política com a Psicologia da Diferença. O quinto objetivo específico foi “discutir como a Psicologia da Diferença se articula com a Psicologia Política e com a Clínica Política”. A articulação da Psicologia Política com a Psicologia da Diferença, que constitui a primeira parte do quinto objetivo específico, foi apresentada na síntese que finaliza o sexto capítulo deste trabalho.

Entendendo-se a ideia da Diferença, em Deleuze e Guattari, a partir de Espinosa e sua ética, partiu-se para o estudo do arcabouço teórico da Psicologia Política, a qual se diferencia da Psicologia Social, enquanto um novo campo o qual apresenta não apenas a coletividade como perspectiva de inserção social. Porém, pensa os indivíduos como sujeitos políticos, capazes de produzir um devir ativo que se mobilize contra os agenciamentos de opressão, os quais reforçam a lógica de poder e fomentam vulnerabilidades.

Pode-se definir a Psicologia Política como um campo interdisciplinar o qual utiliza teorias sociais e psicossociais, no intuito de analisar o mundo da política, bem como o comportamento das pessoas nesse mundo que é referenciado pelo Estado.

Esse campo de estudo examina o papel do pensamento humano, suas emoções e os fatores sociais que são determinantes do comportamento político. Considerando que a Psicologia se dedica aos sujeitos, qualquer intervenção que com eles seja realizada produzirá efeitos no coletivo, pois sempre haverá uma implicação de ordem política, haja vista ser essa prática uma ação sobre a vida desses sujeitos.

O terceiro objetivo específico foi “investigar os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental”. Ele foi abordado no sétimo capítulo que discutiu os fundamentos da Clínica Política, enquanto forma terapêutica de escuta experimental, também enquanto rizoma da Psicologia da Diferença, apresentando como elas se articulam. As conexões da Clínica Política com a Psicologia da Diferença, que compõem a segunda parte do quinto objetivo específico, foram sintetizadas ao final do sétimo capítulo deste manuscrito.

Após essa conexão rizomática da Psicologia Política com a Psicologia da Diferença, tratou-se de observar também suas conexões com a Clínica Política, enquanto maneira terapêutica de uma escuta experimental, a qual tem a potência de escutar e acolher quem passou por qualquer tipo de violência, coletiva ou individual, de cerceamento de suas liberdades, por meio da imposição de máquinas como: o Estado; a Ditadura; o Militarismo; e outras máquinas correlatas.

A experiência da proposta de escuta da Clínica Política com torturados durante a ditadura militar, por exemplo, permitiu a vítimas de violência ditatorial e fascista ressignificarem para si que o problema estava no violentador, no agressor, naquele que estava acobertado pela máquina do Estado Ditador. A partir disso, a reconstrução da liberdade de poder ser feliz e buscar encontros de alegria (com as pessoas, com a natureza e com as coisas) pode produzir ação necessária para uma vida livre e feliz.

O quarto objetivo específico foi “conceituar Psicologia da Diferença como antítese dos discursos de hierarquização e de hegemonia, objetivando a valorização das singularidades”. Ele foi desenvolvido no oitavo capítulo do trabalho. Para isso, seus subcapítulos versaram sobre o padrão hegemônico e sobre quem são vulneráveis para a Psicologia da Diferença.

Por fim, na perspectiva epistemológica de evidenciar o que é Psicologia da Diferença, esta pesquisa discorreu sobre o padrão hegemônico, refletindo sobre quem são os vulneráveis desta área do conhecimento, estabelecendo-a também como uma proposta de escuta.



Não foi objetivo desta pesquisa conceituar a ciência Psicologia da Diferença diferenciando-se das outras psicologias já existentes e fundamentadas epistemologicamente. Mas, sim, tratou-se de compreender por que é uma Psicologia da Diferença, do que ela se difere, a partir de sua própria ideia criadora de Diferença, antagônica da repetição e da reprodução, meramente replicativas.

Espera-se que esta pesquisa possa servir como trabalho a ser explorado por outros(as) pesquisadores(as) que queiram aplicar o escopo acerca da definição epistemológica do que é Psicologia da Diferença, bem como que possam ser realizadas novas articulações rizomáticas com esta nova área da Psicologia.

Acredita-se que a Psicologia da Diferença enquanto ciência possa inspirar desmembramentos e perspectivas clínicas alternativas que objetivem dar voz e potência aos vulneráveis desta pesquisa como protagonistas de um devir-ação político, com vistas a romper com os agenciamentos da máquina capitalista (que axiomatiza inclusive a partir da telecomunicação), da lógica da repetição e da reprodução, do Édipo castrador, evidenciando uma potência criadora de desejo.

## 10. REFERÊNCIAS

- ABREU, A. M. R. M.; COIMBRA, C. M. B. Quando a clínica se encontra com a política. MACIEL, A., KUPERMANN, D.; TEDESCO, S. (Orgs.) **Polifonias: Clínica, Política e Criação**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- ALVES, Joaquim Teixeira. **Espinosa: potência natural e seus reflexos no Direito e na política**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- ANSARA, Soraia. **Memória política da Ditadura Militar e repressão no Brasil: uma abordagem psicopolítica**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- ARENDT, H. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- ARENDT, H. A tradição e a época moderna. ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 43-68.
- ARENDT, H. **Sobre la violencia**. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- ASPIS, Renata Lima. Notas esparsas sobre Filosofias da diferença e currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 429-439, set./dez., 2016.
- AZEVEDO, Adriana Barin de. **A intuição clínica: entre Espinosa e Deleuze**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- BARRACHO, Carlos. **Psicologia Política**. Lisboa: Escolar, 2011.
- BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo do Liberalismo Oligárquico. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 153-182.
- BDTD, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Acesso em: 02 jan. 2021. Disponível em: <<https://bdttd.ibict.br>>.
- BISSOLI, Enzo Banti. **Uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.
- BRAGA, Luiz Carlos Montans. **Trama afetiva da política: uma leitura da filosofia de Espinosa**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

BRITO, Maria dos Remédios de. Dialogando com Gilles Deleuze e Félix Guattari sobre a ideia de subjetividade desterritorializada. **ALEGRAR**, nº 09, jun., 2012, p.03.

BROIDE, E. Possibilidades de singularização do sujeito nas políticas públicas: do resto à causa. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, Vol. 27 (Volume Especial de Psicologia), abr.-jun., 2014.

BRUM, L. A Esquizoanálise e sua clínica das diferenças. **Olhares PSI - Boletim Online**. Fisma: Santa Maria, 2014.

CAFFAGNI, Lou Guimarães Leão. **Entre Deleuze, Guattari e o currículo: uma cartografia conceitual (2000-2015)**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

CANAVEZ, F.; HERZOG, R. De Freud a Deleuze: os descaminhos da resistência. Ribeirão Preto: **Paidéia**, Vol. 21, n. 48, p.111-118, 2011.

CARNEIRO, Altair de Souza. **Deleuze & Guattari: uma ética dos devires**. Dissertação de Mestrado. Toledo-PR: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013.

CARRASCO, Bruno. **Rizoma em Deleuze e Guattari** [figura]. Em 18 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.ex-isto.com/2020/07/rizoma-esquizoanalise.html>>. Acesso em: 13 out. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005, p. 121.

CHAUÍ, Marilena. **Desejo, Paixão e Ação na Ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, Frederico Alves. **A dimensão do político na Psicologia Social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da teoria democrática radical e plural**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CRUZ, Pedro Augusto Dinelli Garcia. **Sociedade e multiplicidade: por uma política não teológica, pela potência da multidão**. Dissertação de Mestrado. Seropédica (RJ): Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

DÁVILA, J. M.; FOUCE, J.G.; GUTIÉRREZ, L.; LILLO, A.; MARTÍN, E. La Psicología Política Contemporánea. **Revista Psicología Política**, n. 17, p. 21-43, nov., 1998.

DAVIS, J. H. Group decision and social interaction: A theory of social decision schemes. **Psychological Review**. Vol. 80, n. 2, p. 97-125, 1973.

DELEUZE, G. **Diferença e repetição**. Tradução Roberto Machado e Luis B. L. Orlandi. São Paulo: Graal, 2006.

DELEUZE, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia, v. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: 34, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo**. São Paulo: 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia (1979). 2. ed. São Paulo: 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** Tradução Bento Prado Júnior e Alberto Alonzo Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DETTMANN, Ana Paula da Silva. **Psicologia, política e ética**: histórias e personagens da política pública de assistência social. Dissertação de Mestrado. Vitória-ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

DIANAKC. **Uma simplificação do Diagrama de Venn da definição de conhecimento**. Em 04 jul. 2013. Disponível em: <[https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diagrama\\_conhecimento.svg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Diagrama_conhecimento.svg)>. Acesso em: 13 out. 2022.

ELSTER, Jon. Racionalidade e normas sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 5, n. 12, p. 55-69, fev. 1990.

ESPINOSA, Baruch de. **Breve tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar**. Prefácio Marilena Chauí. Tradução e notas Emanuel Angelo da Rocha Fragoso, Luís César Guimarães Oliva. Belo Horizonte: Autêntica, 2012 (Coleção FILÔ/Espinosa).

FERREIRA, Amauri Carlos. **Introdução à Filosofia de Spinoza**. São Paulo: Quebra Nozes, 2009, p.16 [Disponibilizado por Le Livros]. Acesso em: 14 abr. 2019. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/8ex51>>.

FERREIRA, Giorgio Gonçalves. **De sensatio a affectus**: a genealogia do pensamento de Espinosa sob a ótica da relação corpo-mente. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2015.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. **A comunicação organizacional**: um estudo epistemológico. Tese de Doutorado em Comunicação Social. São Bernardo do Campo: Umesp – Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

FORMIGONI, M. C. Segregação, infância generalizada e alegria: questões para a psicanálise. **Stylus Revista de Psicanálise**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 75-82, 2017.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 602-603, nov. 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/63764>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

FOUCAULT, M. A filosofia analítica da política. MOTTA, M. B. (Org.). **Ética, sexualidade, política**. Vol. 5, p. 37-55 (Coleção Ditos e Escritos). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GARZÓN, Adéla Pérez. Teoría y práctica de la psicología política. **Revista cuadrimestral del Colégio Oficial de Psicólogas de la Comunitat Valenciana**. Valência, n. 93, p. 4-25, mai.-ago., 2008.

GODINHO, Danilo Marques da Silva. **Clínica em movimento: cidade e política da amizade no AT**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Ano III, Vol.III, n. 7, jul.-dez., p.95-107, 2020, p.98.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Para compreender Deus em Spinoza enquanto Natureza. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Econômicos**. Ano IX, n. 21, jan./jun., 2019.

GONDAR, J. A clínica como prática política. **Lugar Comum**. N. 19, 2009.

GRABOIS, Victória Lavínia; MACHADO, Maysa Pinto. **Grupo Tortura Nunca Mais/RJ: origens, compromissos, lutas e ações políticas**. Rio de Janeiro: GTNM, 11 ago., 2014.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. NUREG (Núcleo de Estudos sobre Regionalização e Globalização) – Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2020.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução de João Vergílio Galleranni Cutter. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 22-23.

HOBBSAWN, E. J. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HUR, Domênico Uhng; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina**. Campinas-SP: Alínea, p. 33-47, 2016.

HUR, Domênico Uhng; SABUCEDO, José Manuel. Psicologia Política no Brasil: análise bibliométrica sobre sua Revista. **Psicologia Política**. Vol. 17, n. 38, p. 07-34, jan.-abr., 2017.

ILLICH, Ivan. **Sociedade sem escolas**. Porto alegre: Deriva, 1985.

INVESTIGACION Y FORMACION. **Psicología Política y Comunicación Digital** [figura]. Disponível em: <<https://www.investigacionyformacion.com/>>. Acesso em: 13 set. 2022.

JAPIASSÚ, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, p. 23.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. rer. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 85.

JORGE, Marco Aurelio Soares. **A produção de sintomas como silenciamento da violência**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Fundação Oswaldo Cruz), 2009.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 313.

LAUREANO, Pedro Sobrino; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Três pontos de vista sobre o capitalismo atual: um estudo a partir de Harvey, Jameson, Zizek, Deleuze e Negri. **Psicologia & Sociedade**. Vol. 26, n.1, 2014, p.2-11, 2014.

LEITE, Wiltonn William. **O homem livre em deus por Bento Espinosa**. Dissertação de Mestrado. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2016.

LIMA, Vinícius Moreira; BEDÊ, Heloísa Moura. Para além do Édipo: entre Deleuze-Guattari e Laplanche. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 2, p. 162-170, 16 jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5762>>. Acesso em 21 out. 2022.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1994.

MAQUET, Nathalie. **Espinosa – Deus [ou a Natureza]**. Figura extraída do sítio Razão Inadequada. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2013/07/06/deus-ou-a-natureza/>>. Acesso em: 13 out. 2022a.

MAQUET, Nathalie. **Espinosa – Origem e Natureza dos Afetos**. Figura extraída do sítio Razão Inadequada. Disponível em: <<https://razaoinadequada.com/2014/07/15/espinosa-origem-e-natureza-dos-afetos/>>. Acesso em: 13 out. 2022b.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Hacia una psicología de la liberación**. El Salvador: UCA, 1986.32

MARTINO, Luis C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da Comunicação. LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Edit.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MOCHOCOVIATCH, Luna G. **Gramsci e a Escola**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

MONTEIRO, Rafael dos Santos. **Unidade entre mente e corpo na experiência afetiva em Espinosa**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

MONTERO, Maritza. La psicología Política en América Latina, una revisión bibliográfica: 1956-1986. MONTERO, Maritza et al. (Orgs.). **Psicología Política Latinoamericana**. Caracas-Venezuela: Panapo, 1987.

MONTERO, Maritza. ¿Para qué Psicología Política? **Revista Psicologia Política**. Vol. 08, n. 18, p. 199-213, nov., 2009.

MONTERO, Maritza. Una orientación para la psicología Política en América latina. **Revista Psicologia Política**. N. 3, p. 27-43, out., 1991.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções**. Educação por Escrito. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez., 2014.

MOROSINI, Marilia Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine de. Estado de Conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades e Inovação**. Vol. 8, n. 55, 16 dez. 2021. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4946>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

NOGUEIRA, José Roberto Netto. **Psicologia política e relações étnico-raciais: a discussão do "princípio da guerra" no contexto brasileiro da luta política por equidade social**. Universidade de São Paulo, 2018.

OLIVA, Alberto. **Filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

OLIVEIRA, Marcio Francisco Teixeira de. **O Deus de Espinosa: substância uma ou múltipla? Um estudo sobre a possibilidade do monismo**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

ORTOLANO, Fábio. Resenha da obra Psicologia Política de Carlos Barracho. **Psicologia Política**. Vol. 13, n. 28, p. 601-605, set.-dez., 2013.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. Petrópolis: Vozes, 1978.

PAPINEAU, David. Filosofia da ciência. BUNNIN Nicolas; TSUI-JAMES, E.P (Edits.). **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2002, p. 291-324.

PARISÍ, Helio Rodolfo. Crise e insurgência, controle da subversão e subversão do controle: o papel da psicologia política. HUR, Domênico Uhng; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina**. Campinas-SP: Alínea, 2016.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia, ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Para uma redefinição Marxista da Psicologia Política. HUR, Domênico Uhng; LACERDA JUNIOR, Fernando. **Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina**. Campinas-SP: Alínea, p. 33-47, 2016.

PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco, 2015.

PEREIRA, Ondina Pena; TIMM, Flávia Bascuñán; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Psicologia da Diferença: por uma ética da singularidade. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Ano II, Vol. II, n.4, jan./jun., 2019.

PEREIRA, Ondina Pena; TIMM, Flávia Bascuñán. Mulheres e violência: em busca de um método de atendimento psicossocial da diferença. PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco, 2015.

PEREIRA, Ondina Pena. A prática psicológica e a crítica aos sistemas hegemônicos de produção de significados: uma contribuição conceitual. PEREIRA, Ondina Pena (Org.). **Saúde mental, ética e política: vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco, 2015.

PEREIRA, Ondina Pena; SETEMBRINO, Argus; PEREIRA, Carla Freitas Pacheco (orgs.). **Outras Palavras para uma Psicologia da Diferença**. Brasília: JRG, 2021.

POLYP, Polyp the Cartoonist. **Africa, unfair trade, mining minerals, gold** [Cartoon]. Polyp. Disponível em: <[https://polyp.org.uk/cartoons/wealth/polyp\\_cartoon\\_africa\\_unfair\\_trade\\_mining\\_minerals\\_gold.jpg](https://polyp.org.uk/cartoons/wealth/polyp_cartoon_africa_unfair_trade_mining_minerals_gold.jpg)>. Acesso em: 13 out. 2022.

PONCZEK, Roberto Leon. **Deus ou seja a natureza: Spinoza e os novos paradigmas da física**. Salvador: EDUFBA, 2009.

PRADO, Guilherme Augusto Souza; LIMA, Carla Fernanda de; XAVIER, Monalisa Pontes. A clínica política: experimentação e produção de vida. **Mnemosine**. Vol. 15, n. 2, p. 34-52, 2019.

PRADO, Marco Aurélio M. Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”. **Revista Psicologia Política**, jul., 2000.

QUEIROZ, Lourenco da Silva. **Para uma cartografia da servidão inconsciente em o anti-Édipo de Deleuze e Guattari**. Dissertação de Mestrado. Guarulhos-SP: Universidade Federal de São Paulo, 2019.



QUINTANILLA, Miguel Angel. **Breve dicionário filosófico**. Tradução de Laura Nair Silveira Duarte. Aparecida/SP: Santuário, 1996.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

RAYEL, Mara Lafourcade. **A potência dos afetos diante das urgências tecnocomunicacionais do capitalismo e a invenção de outros possíveis**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

RODRIGUES, Juarez Lopes. **O império da razão: os caminhos do tornar-se ativo em Espinosa**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

ROSA, M. D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2016.

ROSSETO, G. A. R. S. et al. Desafios dos estudos “estado da Arte”: Estratégias de pesquisa na pós-graduação. **Educação: Saberes e Práticas**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2013. Disponível em: [http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista\\_saberes\\_praticas/pasta\\_upload/artigos/a18.pdf](http://revistaeletronica1.hospedagemdesites.ws/revista_saberes_praticas/pasta_upload/artigos/a18.pdf). Acesso em: 05 abr. 2020.

SABUCEDO, J.M.C. La psicología política: antecedentes históricos y objeto de estudio. **Psicología Política: aspectos conceptuales**. Síntesis: Madrid, 1996.

SANDOVAL, S. A. M.; DANTAS, B. S. A.; ANSARA, S. Considerações históricas sobre a Psicologia Política. SANDOVAL, S. A. M.; HUR, D. U.; DANTAS, B. S. A. (Orgs.). **Psicologia Política: temas atuais de investigação**. Campinas-SP: Alínea, 2014.

SANDOVAL, S. A. M.; HUR, D. U.; DANTAS, B. S. A. (Orgs.). **Psicologia Política: temas atuais de investigação**. Campinas-SP: Alínea, 2014.

SANTANA, Jean Costa. **Psicologia política, marxismo e América Latina**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2019.

SANTANA, Jean Costa. Psicologia política e a potência transformadora do espaço escolar. **Educação, Psicologia e Interfaces**. Vol. 4, n. 1, p. 175-189, jan.-mar., 2020.

SANTOS, Claudia Ferreira dos. **Unidade e diversidade no espinosismo: o atributo como infinita expressividade da substância única**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Zamara Araújo dos. **A Geofilosofia de Deleuze e Guattari**. Tese de Doutorado submetida ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas: Unicamp, 2013.

SASS, Odair. Psicologia, tecnologia e educação em Oliveira Vianna e Lourenço Filho. 28ª Reunião da Anped, Caxambu/MG. **Anais da 28ª Reunião da Anped**, p.1-15, 2005.

SATO, Fernanda Ghiringhello; MARTINS, Raonna Caroline Ronchi; GUEDES, Carina Ferreira; ROSA, Miriam Debieux. O dispositivo grupal em psicanálise: questões para uma clínica política do nosso tempo. **Psicologia Política**. Vol. 17, n. 40, p. 484-499, set.-dez., 2017.

SAVAZZONI, César Augusto. **Subjetividade e devir à luz da filosofia de Deleuze e Guattari**: contribuições para uma psicologia. Dissertação de Mestrado. Ribeirão Preto-SP: Universidade de São Paulo, 2012.

SCZIP, Rossano Rafaelle. **De quem é esse currículo? Hegemonia e contra-hegemonia no ensino de história na base nacional comum curricular**. Dissertação de Mestrado em Ensino de História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020.

SILVA, Alessandro Soares da. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Psicologia Política**. Vol. 12, n. 25, p. 409-425, set.-dez., 2012.

SILVA, Alessandro Soares da. Psicologia Política: um olhar crítico sobre a realidade. **Psicologia Política**. Vol. 14, n. 31, p. 445-449, set.-dez., 2014.

SOUSA, Karla Julliana da Silva. **A cena como dispositivo da clínica psicanalítica no campo da saúde mental**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. [Tradução de Tomaz Tadeu] Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SCHWIEDER, Emanuel Otto. **Figuras para uma clínica política institucional**: análise de implicação e gestos de gestar relações não fascistas. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

TADEU, Tomaz. A arte do encontro e da composição: Spinoza + Currículo + Deleuze. **Educação e Realidade**. Vol. 27, n.2, jul.-dez., 2002.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária Inglesa**. A árvore da liberdade. v. I. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WARBURTON, Holly. **Da clínica à rua**: psicanálise e política [figura]. Outras Palavras – jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Em 08 out. 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/da-clinica-a-rua-psicanalise-e-politica/>>. Acesso em: 13 out. 2022.

WENDLING, Michelle Menezes. **Duas versões do desejo: Lacan, Deleuze & Guattari**. Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Social do Centro de Ciências de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: UFS, 2010.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **Revista USP**, n. 66, p. 209-224, 2005, p. 216. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448/15266>>. Acesso em: 05 mar. 2022.

VEIGA, Maria Aparecida Cunha Malagrino. **Do comportamento político à psicologia política no Brasil**: a história da psicologia política vista pelos participantes da Associação Brasileira de Psicologia Política. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**. V. 10, n. 2, p. 124, maio/agosto 2006. Disponível em: <<https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6051#:~:text=A%20categoria%20experi%C3%Aancia%20desenvolvida%20por,%2C%20experi%C3%Aancia%20humana%2C%20E.%20P.%20Thompson>>. Acesso em: 30 jan. 2020.